

ÁGUIDA MENESES VALADARES DEMÉTRIO

LAZER E AGRICULTURA FAMILIAR: COMPLEMENTARES OU
ANTAGÔNICOS NOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociedade e Cultura na Amazônia, como requisito para a
obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na
Amazônia.

Orientadora: Professora Doutora Rita Maria dos Santos Puga Barbosa

MANAUS - AM

2017

ÁGUIDA MENESES VALADARES DEMÉTRIO

LAZER E AGRICULTURA FAMILIAR: COMPLEMENTARES OU
ANTAGÔNICOS NOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia,
como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Rita Maria dos Santos Puga Barbosa (Presidente e orientadora)

Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos

(Membro titular)

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro

(Membro titular)

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D3771 Demetrio, Águida Meneses Valadares
Lazer e agricultura familiar: complementares ou antagônicos nos aspectos socioeconômicos no projeto de assentamento Tatumã Mirim? / Águida Meneses Valadares Demetrio. 2017
173 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Rita Maria dos Santos Puga Barbosa
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Agricultura familiar. 2. Assentamentos rurais. 3. Lazer. 4. Produtividade. 5. Trabalho. I. Barbosa, Rita Maria dos Santos Puga II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LIBERDADE PRODUTIVA

Liberdade assistida, liberdade vigiada, liberdade descuidada, liberdade consciente, liberdade acompanhada. O termo “liberdade” nos transporta a diversos sentimentos, em que “o outro” complementa o sentido desta palavra. No meu período do Mestrado, esta palavra me acompanhou na relação orientanda/orientadora, instigada pela confiança mútua: de um lado a maturidade da minha orientadora, prof^a. Dr^a. Rita Maria dos Santos Puga Barbosa, com seus aconselhamentos pertinentes, do outro a minha persistência, por saber que caminho trilhar.

E desse livre arbítrio me permitido, resolvi produzir. E produzir não somente aquilo que me era determinado (e esperado) que eu realizasse: eu quis ir além... Instigada pela certeza que todo campo pesquisado gera ciência, que deve ser divulgada, a fim de que ela progrida a partir das possibilidades de falseabilidade de teorias anteriores, ou através das fissuras que continuamente podem surgir a partir de novas pesquisas, acreditei que o tema da minha Dissertação poderia dar veracidade às minhas crenças teóricas.

Produzir é se instigar, imaginar, investigar e comprovar! Certezas detectadas, verdades constatadas, só geram ciência se publicadas. Comprovações não publicadas são somente memórias, que o tempo se encarrega de apagar. E isto não era o que eu pretendia com minha pesquisa. Me “vesti” de pesquisadora, botei no meu “embornal” a perspicácia, para captar o “dito” e o “não dito”, e parti para uma viagem enriquecedora com destino às publicações científicas. Desta viagem nasceram artigos científicos e livros, todos originados da pesquisa para a Dissertação, alguns já publicados e outros ainda “aguardando designação” por periódicos.

À medida que eu ia findando os capítulos, os artigos surgiam como sementes a germinar em terreno fértil, que seguiram o seu destino rumo aos seminários e periódicos, para se perpetuarem através das publicações, e registrar o seu lugar no mundo das ciências sociais. A compostagem para formar esse “adubo produtivo” ocorreu da mistura de liberdade, confiança, norteamentos pertinentes. Obrigada à minha orientadora, Professora Doutora Rita Maria dos Santos Puga Barbosa:

1-artigo - Assentamentos rurais e dois brasis bem brasileiros

2-artigo - Coerção e Panoptismo exercido pelo INCRA nos assentamentos rurais

3-artigo - Ajustes culturais no Tarumã Mirim, decorrentes do Programa Luz para Todos

4-artigo - O poder simbólico das associações no Tarumã Mirim

5-artigo - O processo civilizador e as configurações cegas no Tarumã Mirim

6-artigo - Apego, afeto e territorialidade. Elos entre o idoso e o seu ambiente

7-artigo - As escolas rurais e a teoria freiriana: regionalizar para ensinar

8-artigo - A técnica da fé nas manifestações culturais no Tarumã Mirim

9-artigo - O lazer como trabalho, produto e mercadoria no Tarumã Mirim

10-artigo - A importância do lazer no contexto social

11-artigo - A trupe da boia e puxiruns de mandioca: trabalho, lazer e/ou *bricolagem* num assentamento em Manaus

1-capítulo de livro - As diversidades dos puxiruns no Tarumã Mirim

2-capítulo de livro – Lazer e agricultura familiar: novos paradigmas de subsistência com sustentabilidade

1-Livro completo - Contornos Amazônicos: uma experiência etnográfica no Tarumã Mirim

2-Livro completo - Brasis amazônicos: as múltiplas faces do projeto de assentamento Tarumã Mirim

Grandes são os motivos que me levam aos agradecimentos:

A Deus, que me proporcionou determinação, para que eu aqui chegasse, apesar dos obstáculos que surgiram na minha vida até este momento;

Ao meu esposo, que entende meus extensos momentos dedicados aos estudos;

Aos meus filhos Danilo e Rafael, que, ao sentirem orgulho de mim, tal sentimento me impulsiona a fazer mais, e melhor, para dar-lhes o exemplo da amplitude em que os estudos podem proporcionar ao ser humano discernimento, cognição e prazer;

Ao meu pai e minha mãe, *in memoriam*, aos quais devo a vida e as concepções entre o certo e errado que sempre nortearam meus passos;

Aos meus intermediadores na pesquisa, na comunidade pesquisada. Não posso citar seus nomes, devido ao sigilo que se faz necessário para protegê-los;

À minha orientadora, Rita Maria dos Santos Puga Barbosa, pelas valiosas contribuições, pois sem o seu auxílio este trabalho não seria possível;

Aos Membros da minha Banca Examinadora, que me auxiliaram mesmo antes da formação da mesma, com os seus preciosos conhecimentos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela sua Interdisciplinaridade, que permite um intercâmbio nas diversas áreas do conhecimento, de forma recíproca e coordenada.

Aos assentados da comunidade Afatam, que me permitiram olhar através dos seus olhos e sentir com os seus corações, o elo afetivo com o seu meio ambiente, entre medos e confidências, me mostrando suas mazelas e benesses, no horizonte paralelo de um Brasil Real, que sonha com um Brasil Ideal.

A simbologia escrita (as palavras) tem para mim um profundo significado, porém, é imprescindível que nela haja a representatividade da emoção, dando-lhes alma a um corpo simbólico.

Porém, nenhum simbolismo, em nenhum grupo de palavras, pode expressar o pesar de uma mãe, ao perder um filho. Filho de ENT-12, morador na comunidade Afatam, vítima fatal na lida cotidiana com o equipamento motosserra (quando do período da pesquisa de campo), representa o rompimento da ordem natural da vida, quando pais enterram seus filhos.

Nenhum corpo simbólico substitui a ausência do corpo físico de esposo ou esposa, em que deixou vazio o lado do leito matrimonial, levado pela finitude da vida, e muito menos o lado afetivo, de quem foi escolhido para trilhar junto os caminhos da vida.

Para ENT-12 (mãe) e TRU-4(esposa), cujos nomes reais foram substituídos por siglas, devido ao sigilo na pesquisa, meus sinceros sentimentos por tão grande perda. Que Deus acalante seus corações, amainando a dor, lhes propiciando consolo ao espírito e harmonia ao corpo, para prosseguir a caminhada.

A morte não mata o Espírito, porque Deus, na sua grande bondade, só o transportou de um Plano a outro, recebendo-o na Sua graça!

Sementes de ontem, frutos de hoje. Sementes de hoje, frutos de amanhã! Por isso, não perca de vista o que você anda escolhendo para deixar cair na sua terra. Cuidado com os semeadores que não lhe amam. Eles têm o poder de estragar o resultado de muitas coisas. Cuidado com os semeadores que você não conhece. Há muita maldade escondida em sorrisos sedutores... Cada escolha, por menor que seja, é uma forma de semente que lançamos sobre o canteiro que somos. Viver é plantar!

Padre Fábio de Melo

RESUMO

Esta pesquisa interpretou as imbricações entre trabalho e lazer no projeto de assentamento Tarumã Mirim. Por um lado analisou os aspectos socioeconômicos que regem a agricultura familiar, por outro apresentou propostas ao desenvolvimento socioeconômico, tendo como premissa a própria exploração do lazer, transformando-se em produção e mercadoria, com valor econômico, assim como a agricultura familiar. A abordagem teórico-metodológica empregada foi quantiqualitativa, pesquisa aplicada, exploratória, descritiva, dialogando com diversas áreas do conhecimento, através da interdisciplinaridade. O método adotado foi etnográfico, contou com as técnicas de entrevistas (estruturada, semiestruturada e aberta), e Observação Participante, dados registrados no Diário de Campo. Partiu da premissa que o tópico requeria interpretações através de dois ângulos: o Brasil Ideal das normatizações e o Brasil Real, vivenciado pelos assentados. A amostra foi composta de 70 assentados, 15 cozinheiras do acampamento, seis personagens representativos socialmente na comunidade, três instituições governamentais. O objeto pesquisado apresenta aspectos peculiares: proximidade da metrópole, natureza ainda exuberante, abundância de águas. Esses fatores instigam o surgimento dos sítios do lazer, que provocam controvérsias, mas também propiciam novos nichos econômicos. Foram detectados dois contextos a envolverem o lazer naquele assentamento: os sítios que ofertam os bens naturais, materiais, serviços (terra, água, natureza, mão de obra) e imateriais (o prazer advindo do lazer) em caráter comercial; e aqueles que não envolvem o desejo de obterem lucros financeiros nas propriedades, mas que buscam o renovar das emoções em seus momentos fora das atividades profissionais. As classificações de tipos econômicos na agricultura familiar de Guanziroli (2011): produtivos e subsistência, foram categorizadas e acrescido a de lazer. Foram identificadas as principais formas de lazer vivenciado pelos entrevistados, e relatado a historicidade local, costumes, tradições, culturas, nas interdependências e inter-relações sociais. Concluímos que lazer e agricultura familiar se entrelaçam nas complementaridades e antagonismos em caráter dialógico, por existir duas lógicas, dois princípios, unidos, porém sem que a dualidade se perca nessa unidade. As vertentes antagônicas e as complementariedades possuem características produtivas, tanto pelo lado material, quanto imaterial, observadas nas respostas dos sujeitos no contexto. Lazer e agricultura familiar são antagônicos, através do “olhar institucional”, pelas concepções produtivas tradicionais, conforme regem as instruções normativas, e influenciam as concepções de diversos entrevistados, porque direta e indiretamente os prejudicam em diversos fatores. São complementares porque os que comercializam o lazer, e os que o usufruem em caráter particular, procuram manterem intactos os traços florestais, preservando a natureza. Ambiente preservado ecologicamente representa o *marketing* principal a valorizar o produto ou mercadoria. Também os “do lazer” contribuem com os aspectos socioeconômicos, por adquirirem produtos locais, absorverem mão de obra, interagirem com a comunidade. Confirmando a dialógica do tema, as duas vertentes não se anulam, pois possuem suas benesses e entraves, ora complementando, ora antagonizando, representando a complexidade e peculiaridade do Tarumã Mirim.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Assentamentos rurais. Lazer. Produtividade. Trabalho.

ABSTRACT

This research interpreted as imbricated between work and leisure without project of settlement Tarumã Mirim. On other hand, it analyzed the socioeconomic aspects that govern family farming. By others it presented proposals for socioeconomic development having as premise the own exploration of the leisure that transforming itself into production and merchandise with economic value as well as family farming. The theoretical-methodological approach used was quantitative techniques Applied research, exploratory, descriptive, dialoguing with several areas of knowledge through interdisciplinarity. The method adopted was ethnographic that counted on interviews techniques (structured, semi-structured and open) and Participating Observation. Data recorded in field journal. From the premise that the topic required interpretation from two perspectives: The Ideal Brazil of standardization and The Real Brazil experienced by the settlers. A sample was composed of 70 settlers 15 camp kitchens six socially representative characters in the community three governmental institutions. The object searched has peculiar aspects such as proximity to the metropolis, nature still exuberant and abundance of water. These factors induce the appearance of places of leisure that cause controversies, but also provide new economic niches. Two contexts involving leisure have been detected in that settlement the aspects that offer natural goods materials, services (land, water, nature, labor) and materials; And that does not involve the desire to make financial profits on the properties, but that seeks to renew the emotions in their moments for professional activities. The Classifications of Economic Types in the Guanziroli's Family farming (2011). Productive and subsistence were categorized and added in leisure. They were identified the main forms of leisure lived by interviewees and reported local historicity customs, traditions, cultures, interdependencies and social relationships. We conclude that leisure and family farming intertwine sometimes complementing sometimes retreating even though both are part of the same context because although they are different positions one and the other form a complete set. The antagonistic strands and complementarities with productive characteristics both on the material and immaterial sides we observed on the responses of the interviewees not in the context. Leisure and family farming are antagonistic through the "institutional eyes" for traditional productive conceptions and how they influence the conceptions of different interviewees because they directly and indirectly harm them in several factors. They are complementary because those who commercialize the leisure and those who enjoy in the private character try to keep intact the forest traces preserving nature. Ecologically preserved environment represents the main marketing to value of the product and merchandise. "Leisure" also contributes to the socioeconomic ones by acquiring local products by absorbing labor and by interacting with a community. Confirming the dialogue of the theme the two strands do not cancel out because they have their blessings and obstacles now complementing sometimes antagonizing, representing the complexity and peculiarity of Tarumã Mirim.

Keywords: family farming, Rural settlements, leisure, Productivity, Work.

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 – O rio e os igarapés que delimitam o projeto de assentamento Tarumã Mirim	39
Figura 2 – Campo de futebol no lote da ENT-2	47
Figura 3 – Viveiro de peixe no lote do ENT-42	69
Figura 4 – Plantações no sistema do puxirum comunitário no Tarumã Mirim	86
Figura 5 – Forno para torrefação da farinha no lote da ENT-2	90
Figura 6 – Brasil Ideal. Patrulha mecanizada, máquinas novas e assentados felizes	100
Figura 7 – Brasil Real. Máquinas sucateadas e abandonadas no ramal do Pau-rosa	101
Figura 8 – Posto de saúde do ramal do Pau-rosa	102
Figura 9 – Escola Municipal Neusa dos Santos Ribeiro no ramal do Pau Rosa	108
Figura 10 – Área social para o lazer, às margens do igarapé, no lote do ENT-35	128

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valor Bruto das produções familiares nos Censos Agropecuários 1996 e 2006...	55
Gráfico 2 – Faixa etária dos assentados e moradores da comunidade Afatam.....	130

LISTA DO QUADROS

Quadro 1 – Desejo dos pais à permanência dos filhos na propriedade rural.....	130
Quadro 2 – Análise geral das percepções produtivas sobre os “assentados do lazer”	141

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1 – Quinteto das necessidades da comunidade Afatam	97
Tabela 2 – Classificação, por ordem de preferências, do lazer na comunidade Afatam	116

LISTA DOS APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista estruturada aplicada na comunidade Afatam	162
Apêndice B – Entrevista semiestruturada aplicada na comunidade Afatam	164
Apêndice C – Entrevista aberta aplicada com as cozinheiras do “Acampamento da boia” ..	165
Apêndice D – Entrevista aberta com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Divisão Serviço de Educação e Cidadania	166
Apêndice E – Entrevista aberta aplicada no Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM).....	168
Apêndice F – Entrevista aberta aplicada no Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)	170

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
AFATAM – Agricultura Familiar no Tarumã Mirim
AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas
CCU - Contrato de Concessão e Uso da Terra
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP – Documento de Aptidão do Produtor
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do *Amazonas*
ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAPL – Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais
ONG – Organização Não Governamental
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SEMINF - Secretaria Municipal de Infraestrutura
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde
SEPROR – Secretaria de Estado de Produção Rural
SNPA – Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	Os objetivos gerais e específicos	23
1.2	A abordagem teórico-metodológica	24
1.3	O método da Pesquisa Etnográfica	26
1.4	Relatando as classificações.....	27
1.5	Os tipos das amostras e os procedimentos para a coleta de dados.....	29
1.6	Explicando as entrevistas	32
1.7	A análise dos resultados	35
2	TERRA DE TRABALHO, SÍTIO DE LAZER: NOVOS PARADIGMAS DE SUBSISTÊNCIA COM SUSTENTABILIDADE	37
2.1	A origem do projeto de assentamento Tarumã Mirim.....	38
2.2	Lazer e produtividade (i)material	40
2.3	O lazer e o renovar das emoções no tempo disponível	41
2.4	Trabalho, produto e mercadoria: a utilidade define a sua função	42
2.5	O lazer como mercadoria: Karl Marx na roça	44
2.6	Desfecho conclusivo da seção	47
3	UM OLHAR INSTITUCIONAL AOS ASSENTAMENTOS RURAIS	49
3.1	Políticas Públicas nos assentamentos, em benefício à agricultura familiar.....	50
3.2	Os vieses da agricultura familiar	53
3.3	A voz que fala e as vozes que se calam: a transubstanciação	58
3.3.1	As reuniões ordinárias e extraordinárias.....	61
3.4	Desfecho conclusivo da seção	62

4	HORIZONTE PARALELO: UM MUNDO À PARTE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	64
4.1	Cultura, memória e historicidade da comunidade Afatam	64
4.1.1	As especificidades do Tarumã Mirim	65
4.1.2	Alimentação e regionalismo: diversidade no prato	67
4.1.3	A técnica da fé	70
4.2	Transformações e ajustes culturais frente às tecnologias	78
4.3	As diversidades dos puxiruns no Tarumã Mirim	85
4.3.1	O puxirum comunitário: os cultivos de muitos donos	85
4.3.2	O puxirum do dia: farinhagem	86
4.3.2.1	A <i>bricolagem</i> dos excedentes da mandioca	91
4.3.3	O puxirum da noite: colhendo cheiro verde	92
4.3.4	O puxirum da madrugada: a colheita na plasticultura	94
4.4	O quinteto das necessidades	96
4.4.1	As estradas do sol	97
4.4.2	Saúde Pública no assentamento: cuidado ou utopia?	102
4.4.3	A escola e a leitura de mundo: regionalizar para ensinar	106
4.4.4	O elo entre dois brasis	109
4.4.5	Um projeto para quem?	111
4.5	Desfecho conclusivo da seção	113
5	LAZER, PROCESSO CIVILIZADOR E... FORÇAS ANTAGÔNICAS?	115
5.1	Lazer e morte nas águas do Tarumã	121
5.2	O processo civilizador e as configurações cegas	122
5.2.1	As configurações e as interdependências sociais	124

5.2.2	Observando o processo civilizador na pesquisa de campo	126
5.2.3	Configurações cegas ou aspectos eventuais?.....	129
5.3	Apego, afeto e territorialidade: elos entre o idoso e seu ambiente	132
5.3.1	Consumismo ou desapego?.....	133
5.3.2	A teoria do apego.....	134
5.4	Topofilia: o elo afetivo entre o homem e o meio em que vive	135
5.4.1	O avançar da idade, o aumento topofílico	138
5.5	Os “sítios do lazer” complementam ou antagonizam a economia local?	140
5.6	Desfecho conclusivo da seção	143
6	CONCLUSÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICES	162
	ANEXO	172

LAZER E AGRICULTURA FAMILIAR: COMPLEMENTARES OU ANTAGÔNICOS NOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM?

1 INTRODUÇÃO

Lazer e prazer nos remetem às manifestações de bem-estar e qualidade de vida (saúde, bem-estar físico, mental e emocional). Em conformidade com a sociologia do lazer, aquele é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade para repousar, divertir-se, recrear-se, desenvolver uma formação desinteressada, socializar-se após desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e afins.

Outrossim, o prazer, dialógico e social, é sentir bem-estar, em manifestações do organismo ou da mente. O prazer advém através de diversas formas, tais como praticando exercícios, comendo, fazendo sexo, escutando música, lendo, pescando, nadando, escrevendo, embalando-se na rede, realizando algo que, particularmente, cause prazer ao indivíduo. Lazer e prazer confortam corpo e mente.

Porém, apesar das benesses do lazer, este também pode ser estigmatizado, menosprezado ou diminuído de importância, nas comparações com o trabalho. Todavia, vale ressaltar que tanto o trabalho quanto o lazer possuem suas características produtivas, porque tanto um quanto outro contribuem para propiciar qualidade de vida e sustentabilidade aos indivíduos.

Nesse contexto, analisando o trabalho pela visão de Elias e Dunning (1992, p. 107) nos citam que o trabalho é o que as pessoas executam como modo de ganhar a vida, e dele gerar condições para sua sobrevivência, quer seja na utilização da terra, da mata, do ar ou da água. Na perspectiva marxista (2014), o trabalho pode ser compreendido como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas. Nessa concepção, o trabalho é vida, e se a vida não for todos os dias permutados por alimento, depressa sofre danos e morre, necessitando, portanto, da subsistência para sua sobrevivência.

Ao analisarmos lazer e agricultura familiar, ambos representam subsistência, pois um e outro possuem a sua representatividade e relevância no tocante à qualidade de vida. Quando apreciamos o nosso lazer, tão ao nosso alcance, inseridos cotidianamente na nossa rotina, tais como assistir TV, ir ao cinema, nos comunicar pelas redes sociais, dançar, isto está tão inserido no nosso contexto, nos remetendo a um fato social inerente à nossa vida, que não nos instigamos

a definir o lazer como algo que contribui para a nossa sustentabilidade, quer emocional, quer produtiva.

Ao apreciarmos o nosso tradicional café da manhã, com um copo de leite, um delicioso cuscuz de milho, ou mesmo uma farofa, estamos atendendo ao nosso apelo biológico. À hora do almoço, ao nos sentarmos à mesa e apreciarmos o tradicional arroz com feijão, e, se possível, acompanhado com um franguinho ou uma deliciosa costela suína, isto também é agradável ao corpo, mas isto não nos estimula a pensar: quem plantou, colheu e comercializou esses produtos, tão essenciais à vida? Não nos interessamos em saber se tais processos ocorreram originados do pequeno produtor ou dos grandes latifúndios.

Porém, às vezes buscamos nos afastar dos grandes centros urbanos, à procura de silêncio, paz, ócio ou contemplação. Nesse momento, nos deparamos com outro contexto, o universo rural, onde um sítio, às margens de um igarapé de águas límpidas e frescas, nos induz a estender o nosso olhar e o nosso pensamento além da nossa satisfação biológica. E foi nessa busca de refúgio, nas fugas esporádicas da cidade, que nos deparamos com o projeto de assentamento Tarumã Mirim, na zona rural de Manaus, nos levando a questionamentos, expandindo o nosso olhar para além do nosso alimento, do nosso riso ou do nosso repouso.

Surpreendeu-nos que, apesar da percepção da agricultura familiar estar geralmente associada a formas atrasadas de produções devido ao uso de enxadas, foices, machados e rastelos, ao invés de tratores e colheitadeiras, responde por 50% da produção de aves, 48,6% da produção de milho, 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão e 59% do plantel de suínos produzidos no Brasil, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, demonstrando que a agricultura familiar é um processo essencial para a zona rural, tanto quanto para a zona urbana, devido aos aspectos produtivos, sociais, econômicos.

Não obstante, ao pesquisar o projeto de assentamento Tarumã Mirim, constatamos existem lotes que não são destinados ao plantio ou criatório, que distam das normatizações governamentais, as quais norteiam que os projetos de assentamentos são para cultivar, plantar e colher, utilizando predominantemente a mão de obra familiar.

Foram esses lotes, em que os beneficiários os utilizam somente para o lazer aos finais de semana, que nos instigaram a questionamentos: esse lazer, na representatividade desses sítios, são complementares ou antagônicos, dentro dos aspectos socioeconômicos daquele assentamento?

Procuramos nesta pesquisa, conhecer os fundamentos e os processos da agricultura familiar, destinados aos assentamentos rurais, através das políticas públicas direcionadas a

aquele nicho, nos seus aspectos socioeconômicos, bem como assimilar as interligações entre trabalho, lazer e produtividade.

Para o entendimento desse contexto rural, procuramos percorrer diversas vertentes: argumentar sobre o lazer pelo seu aspecto produtivo, ou seja, o lazer como produto e como mercadoria; relatar os fundamentos da agricultura familiar e as competências dos principais órgãos governamentais de apoio; descrever a historicidade do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim e as particularidades da comunidade pesquisada, com as suas benesses, dificuldades, culturas, configurações sociais e as inter-relações socioeconômicas; identificar as principais formas de lazer vivenciado pelos assentados e, por último, captar as percepções, tanto dos assentados quanto das instituições, referentes aos lotes onde lazer e produtividade se interligam, formando processos complexos, que demandam diversos olhares interpretativos.

O projeto de assentamento Tarumã Mirim é constituído por diversas comunidades, e sua área geográfica é extensa (42.910,76 ha – 429 km²) com capacidade para assentar mais de 1.042 famílias, porém na pesquisa de campo constatamos haver duas ou mais famílias vivendo em cada lote, o que representa uma média de 1.500 famílias naquele assentamento.

Devido a tal, tornou-se inviável o trabalho de campo abranger a todo o assentamento, o que nos levou a definirmos o espaço de uma das comunidades para as entrevistas. Outras análises, tais como os costumes nos puxiruns, o sistema de ensino, a saúde pública, foram abrangidos não somente na comunidade em foco, mas no âmbito de diversas comunidades, por possuírem rotinas e costumes similares.

Em virtude de este trabalho relatar alguns fatos que possam comprometer a posse da terra de alguns moradores, bem como no intuito de mantermos o sigilo da pesquisa, resolvemos substituir o nome da comunidade escolhida por um pseudônimo em que não a identifique, porém que detenha o significado do objeto pesquisado. A agricultura familiar no Tarumã Mirim, que forma o acrônimo¹ AFATAM, que o adotamos. Os acrônimos são escritos em letras maiúsculas, porém neste trabalho o nome da comunidade será citada em minúsculo, exceto a 1ª letra, como se fosse uma palavra própria, identificando-a.

Para a forma expressa do linguajar caboclo, foi adotado na íntegra as suas fonéticas, conforme suas pronúncias, não tendo como objetivo estigmatizar os entrevistados, mas sim respeitar as formas de expressões dos mesmos, em similaridade ao adotado por outros trabalhos, tais quais Baldino et al. (2015, p. 398), em que empregaram a mesma sistematização linguística.

¹ Palavra formada pelas letras ou sílabas *iniciais* de várias outras *palavras*.

Na Seção 1 relatamos a metodologia utilizada, classificando a pesquisa como quanti e qualitativa, inserindo-a, segundo a área de conhecimento, entre as Ciências Sociais Aplicadas, pois estamos buscando conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas, através dos resultados detectados. Trata-se também de uma pesquisa exploratória e descritiva, devido ao estudo nos permitir um conhecimento mais completo e mais adequado da realidade, nos possibilitando a identificação, registro e análise das características, captadas através da etnografia.

A pesquisa etnográfica tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente, mediante a utilização de procedimentos em profundidade e a observação por um tempo prolongado. A técnica da coleta de dados ocorreu através da Observação Participante, que consiste em ver, ouvir, captar e entender as palavras e expressões, que, de acordo com Malinowski, consiste em ver, ouvir, vivenciar, participar das conversas, da rotina *in loco* do ambiente e dos povos pesquisados.

Na seção 2 correlacionamos agricultura familiar e *balnearismo* (modalidade de turismo saudável, com a utilização da água), apresentando novos paradigmas de subsistência com sustentabilidade, imbricando produtividade e lazer. As benesses pelo lazer se destinam não somente ao homem pelo aspecto individualizado, mas também contribuem de forma positiva à sociedade, gerando elementos essenciais como forma de produção de novas tensões, ou renovações das emoções, porque esses processos nos proporcionam “produtividade” física e emocional, conforme a Sociologia do Lazer, analisada através das obras de Dumazedier, Marcelino e Elias e Dunning, dentre outros.

Na seção 3 relatamos as premissas da visão institucionalizada sobre os assentamentos rurais e os diversos órgãos norteadores e fiscalizadores, remetendo-nos posteriormente à agricultura familiar, finalizando sobre o entendimento acerca das representações simbólicas das associações de moradores, figura jurídica que personaliza os assentados. Tais norteamentos se deram através de revisões bibliográficas de Guanziroli, Bourdieu, leis, estatutos, instruções normativas e publicações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Na seção 4, para uma interpretação imparcial, resolvemos ceder “visão e voz” para olhares “empíricos” dos assentados da comunidade Afatam, afinal, dois olhares e duas vozes formam uma melhor visão e uma melhor sinfonia e, se na seção anterior o olhar foi “institucional”, neste daríamos vez e voz àqueles que vivenciam o cotidiano de um assentamento rural.

Analisamos o “quinteto das suas necessidades” (saúde, educação, estradas, cursos de capacitação e liberação de subsídios). Mas também ouvimos suas histórias, seus sonhos, seus

medos e suas memórias, através dos seus hábitos e comportamentos, estudamos a sua cultura e a sua identidade. Nos entremeios das narrativas, vivenciando dia a dia na comunidade na pesquisa de campo, dialogando e observando, e posteriormente nas análises dos dados coletados, nos deparamos com diversos aspectos afetivos entre o homem e o meio ambiente. O apego daqueles assentados ao meio em que vivem, em sua harmonia com a natureza, respeitando-a porque ganha a vida com ela, nos mostraram valores subjetivos, que intrigam e estimulam a entender melhor o comportamento humano.

Na seção 5 relatamos as formas de lazer vivenciadas naquela comunidade rural, sem internet, sem o respaldo governamental, sem subsídios de terceiros. O brincar das crianças se resume em subir em árvores, brincar com os animais (nem sempre domésticos) e apreciar os banhos nos igarapés.

O processo civilizador encontra-se intrinsecamente presente nos indivíduos, tanto no lazer quanto no trabalho, formando as inter-relações sociais. Nesse momento, nos deparamos com aspectos antagônicos, entre construção-desconstrução em diversos parâmetros. Finalizando com as análises conclusivas se os “sítios do lazer” complementam ou antagonizam socioeconomicamente aquele assentamento rural.

1.1 Objetivos Gerais e Específicos

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as imbricações entre trabalho e lazer, conhecer os fundamentos e os processos da Agricultura Familiar nos assentamentos rurais, através das políticas públicas direcionadas àquele nicho, nos seus aspectos socioeconômicos, bem como relatar a cultura, tradição, lazer e costumes do caboclo amazônida no projeto de assentamento Tarumã Mirim.

Para a apreensão e entendimento desse contexto rural procuramos percorrer os caminhos especificados: correlacionar produtividade e lazer, nas suas imbricações entre produção e emoção; relatar os fundamentos da agricultura familiar e as competências dos principais órgãos governamentais de apoio; categorizar os aspectos produtivos da comunidade e descrever a historicidade do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim, com a sua cultura, tradições, costumes e as configurações sociais e as inter-relações socioeconômicas; identificar as principais formas de lazer vivenciado pelos assentados; interpretar as percepções, tanto dos assentados quanto das instituições, referentes aos “lotes do lazer”, formando processos complexos.

1.2 A abordagem teórico-metodológica

Este trabalho foi apresentado à Plataforma Brasil, Comitê de Ética na Pesquisa em 13/11/2015, submetido à análise em 25/11/2015 e aprovado em 03/12/2015, através do Parecer 1.350.135, CAAE 512955159.0000.5020, conforme Anexo 1. A proposta de abordagem teórico-metodológica que mais se adequou aos processos da pesquisa se fundamentou na pesquisa quanti e qualitativa. Esses dois parâmetros têm norteado diversas pesquisas, através de alicerces metodológicos que se complementam nas ciências humanas e sociais.

Os dois tipos de abordagem são compatíveis, pois entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produzem riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa (Minayo, 2015, p. 22). Nessas compatibilizações foram trabalhadas abordagens em que uma complementava a outra, para obtenção de um resultado mais aprofundado.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2015) se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, e, como tal, houve uma relação dinâmica, apresentando um caráter exploratório, muitos aspectos subjetivos. Em algumas partes da entrevista, os entrevistados foram estimulados a falar livremente sobre o tema pesquisado.

Na pesquisa quantitativa, segundo Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas, através de técnicas estatísticas, às quais propiciam como diferencial, a intenção de garantir resultados com poucas chances de distorções.

Bourdieu e Passeron (2010) sugerem que a escolha do método não deve ser rígida, porém rigorosa, pois o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez. Sugere também propiciar familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado, para que as pessoas possam sentir-se mais à vontade, e mais seguras para colaborar. É recomendável que o pesquisador desça do “pedestal cultural”, isolando o seu “capital cultural” para que ambos, pesquisador e pesquisado, possam se entender, e diminuir a violência simbólica na sua atuação.

O diálogo com grandes áreas do conhecimento, através da interdisciplinaridade, interage entre multiplicidade de disciplinas, em um intercâmbio de conhecimentos, de forma recíproca e coordenada (LORIETI, 2010). Nessa perspectiva metodológica, ocorre integração de resultados, quer de Exatas, Humanas, Sociais, permitindo um aprofundamento em áreas como a sociologia, psicologia, antropologia, estatística, etc. porque, tanto as quantificações, quanto as subjetividades, estavam interpostas entre o sujeito e o objeto deste trabalho.

Ao classificarmos segundo a sua finalidade, este trabalho inseriu-se na pesquisa aplicada (GIL, 2010, p. 26), pois buscou conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas, através dos resultados detectados; foi uma investigação original concebida pelo interesse em sua aplicabilidade, visando utilidade econômica e social (DACTES, 2012).

Classificamos também como pesquisa exploratória, por apoiar-se em determinados princípios bastante difundidos. Através das interpretações de Piovesan e Temporini (1995, p. 320-324) a pesquisa exploratória permite um conhecimento mais completo e mais adequado da realidade, correspondendo a uma visualização da face oculta da realidade proporcionando maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito, confirmando hipóteses (GIL, 2010, p. 27), ou, pelas palavras de Severino (2007, p. 123) buscando levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho e mapeando as condições do objeto.

Definimos também como uma pesquisa descritiva, pois visa à identificação, registro e análise das características, adquiridas através de coletas de dados, estudados no seu habitat natural, relatados no Diário de Campo. As pesquisas deste tipo têm como objetivo a descrição das características de determinada população (GIL, 2010; MARCONI e LAKATOS, 1999), com a sua distribuição por idade, opiniões, atitudes, crenças, costumes, etc.

Além de todas essas classificações, classificamos esta pesquisa como “autônoma”, seguindo as concepções de Severino (2007, p. 215), em que o trabalho autônomo não significa desconhecimento ou desprezo da contribuição alheia, mas, ao contrário, capacidade de um inter-relacionamento enriquecedor, portanto dialético, com outros pesquisadores, com os resultados de outras pesquisas e as próprias percepções coletadas. Essa autonomia também adveio ao buscarmos os “diversos olhares”, entre assentados e instituições, entre o dito e o “não dito”, captados entre as falas deles e as percepções assimiladas. “É preciso soltar-se, criar, avançar e não ficar apenas num eterno repetir de ideias e descobertas já feitas” (SEVERINO, 2007, p. 216). Uma pesquisa geradora de conhecimento científico deve superar o simples levantamento dos fatos e coleção de dados. Devem ser articulados no nível de uma interpretação teórica, considerando-se a observância dos dois lados, resultando na miscelânea entre o empírico e o teórico. Só a teoria pode dar “valor” científico aos dados empíricos, mas, em compensação, ela (a teoria) só gera ciência se estiver em interação articulada com esses dados empíricos (SEVERINO, 2007, p. 219).

1.3 O método da Pesquisa Etnográfica

Em conformidade com o método empregado, esta se classificou como uma pesquisa etnográfica, tendo a sua origem na Antropologia, utilizada tradicionalmente para a descrição dos elementos de uma cultura específica, a exemplificar: comportamentos, tradições, crenças, valores, baseadas em informações coletadas mediante trabalho de campo (GIL, 2010, p. 40). A pesquisa etnográfica tem como propósito o estudo das pessoas em seu próprio ambiente, mediante a utilização de procedimentos em profundidade e a observação por um tempo acentuado. Para esta pesquisa, permaneci em campo por seis meses, de forma continuada, e mais três meses, de forma fragmentada, reanalisando alguns dados coletados.

Oliveira Filho (1999, p. 212), orienta que as narrativas etnográficas devem ser escritas na 1ª pessoa, pois o olhar etnógrafo descreverá as diferenças e a variação no outro. A partir do dito, cito o “eu” nos momentos específicos da pesquisa de campo, retornando ao pronome na 1ª pessoa do plural “nós” nas análises e interpretações dos dados coletados, os quais foram procedidos conjuntamente com a orientadora deste trabalho.

Geertz (2008) defende que praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos, manter um diário, porque a etnografia é uma descrição densa dos fatos em análise. Se a etnografia é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição, então a questão determinante é fazer as transcrições de forma concisa e minuciosa, tentando salvar o “dito” (GEERTZ, 2008, p. 12-15) no discurso, diferenciando as diversas interpretações das piscadelas², porque às vezes o “dito” o é dito de forma que não representa a realidade vivenciada, instigado somente pelo momento da entrevista. Minúcias nas descrições propiciam uma aproximação entre o ocorrido e o registrado, sendo, portanto, essencial que os registros se concretizem tão logo tenha ocorrido o fato, a entrevista, a observação, o fato detectado.

Nesse tipo de pesquisa, Malinowski (1978, p. 31), recomenda ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado a máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo, tomando parte nas atividades, passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas. A técnica para a coleta de dados ocorreu através da observação participante, que consiste em ver, ouvir, captar e entender as palavras e expressões, conforme esclarecimentos de Whyte (2005); Malinowski (1978); Alves (2011). Para tal, contamos com

² Alusão ao texto de Geertz onde ele descreve que uma piscadela possui diversas maneiras interpretativas, dependendo do contexto em que foi praticada: é uma insinuação; um tique nervoso; uma imitação.

um informante-chave, mediador para quesitos de dúvidas ou para sanar falsas interpretações, passando ele a ser colaborador da pesquisa, que foi o líder daquela comunidade e presidente da associação dos moradores. Obtivemos também auxílio relevante também da ex-presidente da associação, por ela residir há 15 anos na comunidade e ter sido presidente da associação por oito anos, tornando-a deveras conhecedora do ambiente, e dos aspectos socioeconômicos da área pesquisada.

1.4 Relatando as classificações

Para uma definição clara sobre a classificação dos lotes³, elaboramos o formulário do questionário estruturado, contendo nove questões fechadas (Apêndice A). Esclarecemos aqui que em todas as pequenas áreas rurais demarcadas no assentamento, e também referenciado neste trabalho, usamos a denominação “lote” para definir a definição da localidade, seguindo o costume local, porém, ao nos referirmos aos “sítios do lazer”, essa expressão “sítio” é o mais utilizado quando estão a referir-se àqueles que têm a sua função de lazer de caráter particular.

Para a classificação “1” - Foram definidos como “sítios do lazer”: aqueles em que os beneficiários da terra só comparecem nos seus respectivos lotes nos finais de semana (ou somente algumas vezes no ano), ficando o restante do tempo com a residência fechada; aqueles beneficiários que mantêm caseiros⁴ (denominados como “prepostos” pelo INCRA), em que o beneficiário não mantém residência fixa no sítio, aparecendo somente esporadicamente. Para esta classificação, foram também observados os seguintes critérios:

a) os referidos “assentados do lazer”, após as entrevistas, que não se assumiram como “assentados do lazer” (classificação 1), foram recatalogados corretamente pela administração atual da associação de moradores e reconfirmada pela administração anterior, firmando carimbo e assinatura no formulário na nova catalogação;

b) em virtude da dificuldade em localizar o próprio beneficiário da terra, procedeu-se a entrevista com alguns caseiros, somente após cinco tentativas de localizar o proprietário, em datas alternadas;

c) junto às entrevistas com os caseiros, foram anotadas na ficha-relatório dos assentados do lazer, as datas em que ocorreram as tentativas de localização dos beneficiários dos sítios;

³ Dentre as três classificações dos lotes, duas seguiram as classificações de Guanzioli (2001), obedecendo-se as escalas de valor, e a terceira categoria, por perceber esse aspecto peculiar de lotes destinados ao lazer no Tarumã Mirim.

⁴ Nesse contexto gerando renda para o preposto.

d) nos lotes em que não foi possível localizar nem caseiro nem proprietário em todas as tentativas, os mesmos não puderam ser catalogados, ficando, portanto, na margem do desvio-padrão;

e) nos lotes onde não foi possível observar a produtividade (existência de canteiros, cultivos, criatórios, plasticultura) devido a proibição por parte do proprietário, ou outro motivo similar, o mesmo também foi descartado, para, com tal procedimento, a pesquisa aproximar-se ao máximo da veracidade dos fatos relatados.

Para a classificação “2” - Foram definidos como “produção de subsistência”:

a) os lotes com produções que geraram excedentes para comercialização menor que de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao ano⁵, aproximadamente;

b) os lotes com produções somente para subsistência própria;

c) os lotes sem produção aparente, porém com residência fixa no local, sendo a sua subsistência do assentado/morador através de outras formas, quer seja em prestações de serviços em outras localidades dentro do assentamento, ou assistências do governo.

Para a classificação “3” - Foram definidos como “produtivos”, os lotes com produções que geraram excedentes para comercialização acima de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao ano, aproximadamente.

Para as informações prestadas não foram solicitadas comprovações oficiais, tais como notas fiscais de vendas ao consumidor, devido à impossibilidade para tal, bastando a informação verbal fornecida pelo beneficiário da terra, e confirmadas pela as informações prestadas pela associação de moradores e pelas verificações *in loco*. No transcorrer da pesquisa detectamos que alguns lotes descritos como produtivos no relatório fornecido pela associação decorriam da “comercialização do lazer”, atingindo o patamar econômico estipulado. Foi essencial não ter pressa na execução da pesquisa, pois minúcias observadas foram importantes na interpretação dos dados, ademais, em conversas mais alongadas, captei melhor tanto o dito, quanto o não dito. Ao me afastar de alguns lotes em que observei divergência com o registrado na ficha-relatório, realinhei as informações e reconfirmei com os membros da associação de moradores posteriormente.

⁵ Tendo por base o ano de 2014.

1.5 Os tipos das amostras e os procedimentos para a coleta de dados

Para calcular estatisticamente o tamanho da amostra, foi solicitado e obtido da Associação dos Moradores e Trabalhadores da Agricultura Familiar da comunidade Afatam, no projeto de assentamento Tarumã Mirim, a quantidade de lotes naquela comunidade, com descrição por classificação produtiva.

Os tipos de amostragem foi não-probabilística, porque a escolha dos elementos foi feito de forma não-aleatória, existindo um procedimento de seleção dos elementos da população segundo critérios estabelecidos pela pesquisadora (SANTOS, 2011, p. 134-136), dividido em grupos proporcionais ao seu tamanho.

Existem, atualmente, 85 lotes na comunidade, os quais foram incluídos na ficha-relatório, elaborado pela associação de moradores e cedido para esta pesquisa, na qual foram descritas as identificações dos moradores, as formas de acesso, as suas produções e as respectivas classificações produtivas.

Os 85 lotes foram distribuídos em três categorias: produtivo (35 lotes); de subsistência (33 lotes) e de lazer (17 lotes). Foi admitido um erro amostral de 5 % com intervalo de confiança de 95% e com $p = 0,5$, o que dá o máximo para a expressão $p(1 - p)$.

O tamanho mínimo da amostra necessária para estimar uma proporção foi calculado inicialmente como segue:

$$n_0 = \left(\frac{Z_{\alpha/2}}{\epsilon} \right)^2 \times p \times (1 - p) = \left(\frac{1,96}{0,05} \right)^2 \times 0,5 \times 0,5 = 384,16 \cong 385.$$

Em seguida, foi realizada a correção da população finita, admitindo-se uma perda de 17,85%, conforme segue:

$$n = \frac{n_0}{1 + \frac{n_0}{N}} = \frac{385}{1 + \frac{385}{84}} = 68,96 \cong 69.$$

A amostra foi estratificada por classificação produtiva dos lotes e proporcional ao tamanho do estrato. Os 69 lotes amostrados foram assim distribuídos: produtivos 29 lotes; de subsistência 26 lotes e de lazer 14 lotes. Durante a execução da pesquisa de campo, um dos entrevistados da classificação de subsistência não se sentiu confortável para responder a questão da entrevista semiestruturada (Apêndice B), o que nos instigou a entrevistar um indivíduo a

mais, para manter a totalidade das entrevistas dentro da margem estatística, totalizando 70 entrevistados.

Para proceder a pesquisa de campo, os entrevistados aceitavam participar da pesquisa, respondiam aos questionamentos e assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Tais documentos encontram-se arquivados, e não serão anexados a esta pesquisa, devido ao sigilo que tal pesquisa demandou. As entrevistas seguiram os seguintes trâmites:

a) interrogação direta aos entrevistados, através da entrevista estruturada, constando nove questões (Apêndice A), aplicadas nos assentados e moradores constantes na ficha-relatório, nas três categorias catalogadas na comunidade: produtivo; de subsistência; “assentados do lazer”;

b) entrevista semiestruturada, contendo uma questão, onde lhes perguntei: “Você acredita que os “lotes do lazer de final de semana” são “entraves”, que interferem negativamente no desenvolvimento da sua comunidade, ou contribuem para as relações sociais, econômicas e culturais?” A cada entrevistado foi explicado detalhadamente às duas vertentes apresentadas – entraves e contribuições - para evitar aspectos tendenciosos.

Para esses sujeitos da pesquisa foram estipulados as siglas ENT-1 até ENT-70, substituindo as identificações reais existentes no Diário de Campo, tais como nomes, sobrenomes e números de lotes. O nome da comunidade também foi substituído por um pseudônimo, pelo mesmo sentido cuidador, porém sem perda da qualidade da informação, no intuito de preservar o anonimato dos entrevistados.

Os critérios de inclusão para amostra da coleta de dados dos entrevistados com as entrevistas estruturadas e semiestruturadas foram: ser assentado pelo INCRA ou ser morador (não assentado) e residir no assentamento há mais de um ano; ser maior de 18 anos; homem ou mulher responsável pelo lote; aceitar participar da entrevista. Para os critérios de exclusão, definimos: ser menor de 18 anos; não ser o responsável direto pelo lote; se recusar a participar da pesquisa.

Para complementar a pesquisa, a permitir um “segundo olhar”, ou seja, o “olhar institucional”, foram procedidas entrevistas abertas com os representantes departamentais de instituições de maiores representatividades dentro do contexto “Assentamentos Rurais”, que foram: o INCRA, por ser o órgão gestor (Apêndice D); o IDAM, por ser o órgão responsável pela elaboração e aprovação de projetos para os assentados (Apêndice E), bem como cursos de capacitação através de práticas de manuseio e o IDESAM (Apêndice F), pelo seu trabalho de orientação e capacitação dentro do assentamento.

O IDESAM é uma Organização Não Governamental (ONG), de direito privado e sem fins lucrativos, que atua por meio de projetos via contratos e doações. Em busca de uma aproximação mais amigável no intuito de entender sobre as capacitações e orientações técnicas, resolvemos, no decorrer da pesquisa, acompanhar o trabalho de campo dos técnicos do IDESAM em diversas comunidades do assentamento Tarumã Mirim, bem como entrevistá-los, para uma maior aproximação entre teoria e prática, e melhor assimilação sobre as capacitações aos assentados.

Essas entrevistas e acompanhamentos se fizeram necessário, no intuito de entender o motivo das poucas adesões dos assentados aos cursos de formação e capacitação que a eles são ofertados, bem como para captar “o outro olhar”, ou “o olhar institucional”, para que este trabalho não se tornasse tendencioso, por possuir somente o “olhar de dentro”, ou “o olhar somente da comunidade”. Ao referirmos às coletas de dados junto a essas instituições, não usaremos siglas, porque nos foi autorizado citá-los livremente nesta pesquisa, conforme autorizações expressas no TCLE. No desenvolver da pesquisa de campo, mais fatos fora do contexto estatístico foram surgindo, que demandaram ampliar a coleta de dados, no intuito da complementariedade às informações, tais como:

No desenvolver da pesquisa de campo, ocorreram fatos que nos propiciaram estudos complementares acerca dos aspectos entre trabalho, socialização e lazer, com sujeitos fora dos critérios de inclusão, porém com pertinentes importâncias. Acompanhei a rotina de 15 mulheres, que formaram quatro equipes diferentes, denominadas “Trupe da boia”, cada uma pelo período de 15 dias cada equipe, totalizando dois meses, que cozinham na sede da associação de moradores, para os trabalhadores da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF) que estavam fazendo a recuperação das vicinais naquela comunidade. Nessas observações com a “Trupe”, busquei avaliar sobre a renovação das emoções e a socialização entre elas. Ao final do período de cada equipe, pedi que me relatassem as suas experiências, através de três perguntas, cabendo-se respostas abertas, que foram as seguintes:

A experiência ajudou a socialização entre vocês, estreitando os laços de amizade? Vocês se divertiram, mesmo trabalhando?

Quebrou a rotina anterior, da vida de vocês?

A estas 15 mulheres foram denominadas as siglas entre TRU-1 a TRU-15, que constituíram materiais pertinentes às análises propostas sobre socialização, lazer e quebra de rotina, para o renovar das emoções e desenvolvimento socioeconômico regional.

Foram entrevistados os moradores que possuem maiores representatividades no assentamento, quer seja pelas suas influências, quer seja pelas suas memórias pertinentes. Para

essas coletas de dados, os resultados não foram através dos procedimentos de perguntas e respostas, porque lhes foram sugeridos que falassem livremente acerca de fatos que retratassem os costumes e memórias. Devido a “Diversidade” que foi apresentado nesse quesito, denominamos as siglas DIV-1 a DIV-6, para os entrevistados nesse quesito.

Ao final, totalizaram 94 entrevistas, sendo: 70 dentro dos critérios de inclusão (ENT-1 a ENT-70); 15 cozinheiras do acampamento da “Trupe da boia” (TRU-1 a TRU-15); seis personalidades representativas locais (DIV-1 a DIV-6) e três representantes departamentais de instituições governamentais. As idades dos ENT- serão mencionadas somente nos diálogos diretos, na 1ª vez em que forem citados, ou em contextos específicos, em que a menção à idade seja esclarecedora.

1.6 Explicando as entrevistas

Na entrevista, o entrevistador quer ter certeza que ele faz as mesmas perguntas para cada informante. As perguntas estão claramente definidas nesta pesquisa, e ela foi adotada pela necessidade da presença da pesquisadora, para os aspectos subjetivos (observar, ouvir, inquirir), interligando assim a técnica da entrevista com a observação participante. Para a coleta de dados, as entrevistas estruturadas foram elaboradas, e aplicadas, no intuito de captar as seguintes informações:

a) selecionar os lotes da comunidade em: lotes produtivos que, de acordo com a segunda escala de Grupos de Renda Total inseridos a partir dos dados coletados no Censo Agropecuário 1996⁶, por Guanziroli et al. (2001, p. 75) que são aqueles em que seus excedentes comercializados ultrapassaram o valor de R\$ 3.000,00⁷ anuais, considerando-se o ano-base 2014; subsistência familiar, em que sua produção atende somente à necessidade familiar ou com valores inexpressivos de comercialização (venda inferior a R\$ 3.000,00 anuais); e “sítios do lazer”, que são aqueles em que os assentados só comparecem nos seus lotes nos finais de semana ou de forma esporádica;

b) perceber o perfil dos assentados no que concerne à sua prática em lidar com a terra; as suas experiências acerca dos órgãos governamentais que lhes dão (ou deveriam dar), apoio

⁶ Os dois últimos Censos Agropecuários foram os de 1996 e 2006. Ao utilizar as escalas de Guanziroli (2001), remete-nos ao Censo 1996. Porém, entre 1996 e 2006 não houveram discrepâncias entre os valores apresentados.

⁷ Nesta escala adequam-se os valores entre R\$ 3.000,00 a R\$ 8.000,00 de Renda Total, não abatidos os gastos com investimentos em insumos e mão de obra.

em relação a subsídios, orientações e capacitações; quais os subsídios já (e se) utilizaram; as necessidades e dificuldades enfrentadas na lida diária;

c) os anseios, perspectivas, percepções, que fazem parte da vivência dos assentados, bem como ao elo afetivo que os instigam a permanecerem nos seus lotes;

d) as formas de lazer vivenciadas na comunidade.

Com relação à pergunta-chave, semiestruturada, a função foi captar informações sobre os “assentados do lazer”, se, pelas concepções dos entrevistados, os referidos são “entraves”, que interferem negativamente no desenvolvimento da sua comunidade ou se contribuem de alguma forma para o desenvolvimento do socioeconômico da região.

Para compor a historicidade local, foram selecionados personagens por representatividade, tais como: a agente de saúde; a benzedeira, puxadeira e parteira local e fatos que ajudaram a compor a cultura e as memórias da comunidade, pelos seus aspectos simbólicos ou esdrúxulos⁸, constituindo esse “horizonte paralelo” que são os assentamentos rurais, no regime da agricultura familiar.

As entrevistas estruturadas (Apêndice A), e semiestruturadas (Apêndice B) com os 70 entrevistados, foram elaboradas para permitir uma análise quantitativa e qualitativa, conforme justificado cada questão das entrevistas:

a) quando especificamos “assentado” e “morador”, foi devido às questões sobre utilização de subsídios, elaborações de projetos, etc.

b) quando questionamos a idade do entrevistado, o fazemos para um melhor entendimento acerca da faixa etária, para definir se o assentamento se constitui de jovens, adultos ou anciãos, e as repercussões advindas de tal fato;

c) ao inquirirmos, a partir da percepção do entrevistado, qual a eficácia dos órgãos governamentais na comunidade, isto possibilitou-nos comparar com a percepção advinda das instituições criadas para o acompanhamento e apoio dos assentamentos, nos fornecendo uma melhor amplitude desse universo rural, para uma análise acerca das duas percepções;

d) os aspectos topofílico foram detectados desde as prévias desta pesquisa, o que nos instigaram a efetuar perguntas que confirmassem o seu apego à terra;

e) as necessidades enfrentadas são elementos presentes em qualquer comunidade. A historicidade de uma comunidade relata-se através das suas vivências, ocorrências, dificuldades, e somente aqueles sujeitos inseridos na comunidade têm melhores condições de

⁸ Algo fora do comum. Estranho.

relatar os devidos fatos, nos seus aspectos deficitários e satisfatórios, e, destas inquisições, constatamos, por ordem de prioridades, o quinteto deficitário da comunidade;

f) além das necessidades, o lazer, através da socialização, também são partes que constituem a vivência. Levamos em consideração que neste quesito não foi mencionado formas de lazer em que depende de conexões de internet, em virtude daquela comunidade ainda não contar com este benefício.

A entrevista semiestruturada nos possibilitou abrangência maior na resposta, porque permitiu ao entrevistado que ele se expressasse espontaneamente, dentro do quesito sugerido, ao perguntar-lhes: “Você acredita que os “sítios do lazer de final de semana” são “entraves”, que interferem negativamente no desenvolvimento da sua comunidade ou contribuem de forma positiva para as relações sociais, econômicas e culturais locais?”.

Além da fala dos entrevistados, foram observadas as situações peculiares no momento, e no contexto das respostas, com as minúcias do que foi detectado, ouvido, percebido, tanto no que foi dito, quanto no que foi pressentido (e não falado), para entender as concepções advindas daqueles assentados, que residem no assentamento, em relação àqueles que não moram, para formatar uma análise sobre se esses fatos formam um antagonismo ou criam situações complementares que contribuem para o desenvolvimento da comunidade.

Para a entrevista aberta com as 15 cozinheiras do acampamento (Apêndice C), buscamos assimilar ciência e experiência, para entender se, ao romper ou modificar a rotina diária, o lazer se apresenta, e se a socialização se sobressai no trabalho coletivo, fora da rotina laboral do dia a dia cotidiano. E, por último e não menos importante, as entrevistas nos órgãos institucionais que dão norteamentos e apoio aos assentamentos rurais, IDESAM, IDAM e INCRA foram imprescindíveis, para nos proporcionar uma segunda visão, uma amplitude no contexto rural.

Para os procedimentos no trabalho de campo foi utilizado o gravador, e transcrito posteriormente para o Diário de Campo. Os percursos para as entrevistas foram feitos a pé, ou em companhia do intermediador, com seu veículo trucado, (em virtude da precariedade das estradas), ou então no meu próprio veículo (somente para os acessos mais fáceis).

Em lotes sem acesso veicular, a caminhada fez parte da pesquisa de campo. Salvo o receio às onças, o risco aos animais peçonhentos, o cansaço após o dia inteiro caminhando, o outro lado, a “outra visão” foi apreciada pelo abraçar da natureza, no silêncio só pressentido nos “capão” de matas⁹, que me recordava a canção de Victorino Silva, “És”, que me murmurava

⁹ Expressão usada pelos assentados e moradores, ao referirem-se aos remanescentes da floresta, onde vivem os animais silvestres.

sua letra: “Raio de luz dentre as sombras, o sonho ideal da poesia, ouvindo o doce marulho das águas, na fonte dos mananciais”, me impregnando também da topofilia, num contágio de emoção e respeito, por este povo que aprendi a amar.

1.7 As análises dos resultados

As análises dos resultados foram executadas por diferentes formas, haja vista que a coleta de dados também foi procedida de maneiras diferenciadas, demandando, portanto, complexidade e perspicácia:

a) as respostas das entrevistas estruturadas e semiestruturadas foram compiladas, contendo todos os dados coletados, que originou o gráfico 2 (faixa etária dos assentados da comunidade Afatam); as Tabelas: 1 (Quinteto das necessidades na comunidade); 2 (Classificação por ordem de preferência, do lazer na comunidade Afatam) e os Quadros: 1 (Desejo dos pais à permanência dos filhos na propriedade rural; 2 (Análise geral das percepções produtivas sobre os “assentados do lazer”;

b) nas tabelas 1 e 2, utilizamos a escala de pesos, por consideramos relevantes as prioridades com que foram escolhidas as respostas pelos entrevistados. Com relação às necessidades enfrentadas pelos assentados, respeitamos a escala de importância dada a cada item apresentados, que foram: saúde, educação, estradas, subsídios e cursos de capacitação;

c) nas análises sobre o lazer, respeitamos a importância que demandou maior apreço, determinando um peso maior. Ao primeiro lazer citado, demandou-se peso 5, ao segundo lazer citado, peso 4, e assim sucessivamente;

d) Para o critério de desempate, levamos novamente em consideração as “prioridades” com que foi citado na pesquisa.

Diversos fatores reforçaram os aspectos topofílicos, tais quais as adversidades enfrentadas, e citadas por eles: malárias, leishmaniose, as infestações por animais peçonhentos, etc. e nem assim os assentados pretendem abandonar seus lotes.

As entrevistas abertas com o INCRA, IDAM, IDESAM nos deram subsídios para uma visão mais ampla acerca dos assentamentos rurais e as questões sobre a produtividade (ou a sua ausência), principalmente no que concerne ao fator “capacitação”, ofertados e não usufruídos, devido às anormalidades relacionadas ao uso de alguns lotes no assentamento.

Na transcrição integral ou fragmentada dos diálogos, foram observados a fonética da pronúncia. Inicialmente houve o receio de tal procedimento estigmatizar o (a) entrevistado (a), porém, conforme orientação da Mestra na área da Filosofia da Educação, Elvira Eliza França,

em comunicação pessoal em 09 de junho de 2016, recebida por correio eletrônico, nos instruiu para manter a forma de expressão da pessoa entrevistada, registrando o linguajar caboclo, para que não se perca a característica linguística regional de quem deu o depoimento. Ainda que este não seja um trabalho voltado para a análise da linguagem, ele poderá se constituir em material futuro para investigação de algum outro pesquisador nessa área, daí a importância da riqueza linguística dos depoimentos coletados.

Em outros trabalhos acadêmicos também observamos o respeito à fonética original transcrita na íntegra das pronúncias, a exemplificar com algumas citações de Baldino et al (2015): “minha fia, fui *trabaiá* e *esquici* de *istudá*. As professora do Mobral veio aqui em casa, *pelejô* comigo e eu não fui” (idem, p. 391); “Uma vizinha quis *aprendê*” (P. 392); “*Num* aprendi nada, nem *assiná* o nome, mas lembro da *parmatória*. E *tamém* tinha uma régua cumprida lavrada assim que ele dava nas perna da gente” (idem, p. 393); “*Aprindi* a *benzê* cum *dizoito* ano, de vê *os benzedô benzê*. Fui *oiano* e fui *aprendeno*. Eles me *binzia* e eu punha *sintido nu* que eles falava. Quando me dava dor de cabeça eu ia *benzê*, ô dor no corpo. De *iscutá aprindi*” (idem, p. 394).

É válido esclarecer, e ressaltar, que o caboclo amazônida possui elevado conhecimento no cultivo e na sobrevivência nas regiões inóspitas, se sobressaindo em conhecimentos empíricos que destacam sua sabedoria popular, merecendo o respeito e admiração, não sendo, portanto, o seu linguajar característico interiorano citado neste trabalho que venha a estigmatizá-lo.

Na escrita da redação da Dissertação, ao surgirem dúvidas relacionadas à grafia de diversas palavras após a 5ª reforma ortográfica da língua portuguesa em 2009, recorreremos ao site da Academia Brasileira e Letras, onde há disponível o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)¹⁰, sanando dúvidas existentes, ou através do Portal da Língua Portuguesa, do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC)¹¹. Foram observadas as normas da NBR 10520 e NBR 6023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o auxílio interpretativo de Barbalho e Morais (2003) no Guia para Normatização de Relatórios Técnicos Científicos, publicado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM)¹².

¹⁰ Site disponível em: <http://academia.org.br/>.

¹¹ Fonte:
<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/novoacordo.php?action=novoacordo&act=list&version=pbb>

¹² Fonte: www.hugv.ufam.edu.br/downloads/guia_relatorio.doc

2 TERRA DE TRABALHO E SITIO DE LAZER: NOVOS PARADIGMAS DE SUBSISTÊNCIA COM SUSTENTABILIDADE

O Amazonas responde por aproximadamente 20% da água doce do planeta e seus principais rios são: Negro, Amazonas-Solimões, Madeira, Juruá, Purus, Içá, Uaupés e Japurá, conforme dados da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM, 2012). Também é o Estado mais preservado do país, com 92,84% do seu bioma e remanescente florestal, de acordo com o mapeamento do Ministério do Meio Ambiente (2005) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA, 2015). Aliados a esse universo verde, estão também outros rios (Canumã, Jutaí, Preto da Eva, Urubu, Xingu, etc.), lagos (Encantado, Jucurui, Verde, Acarituba, Pingá, etc.) e igarapés (Mindu, Tarumã Açu, Tarumã Mirim, etc.), componentes indispensáveis para marcar o contato inesquecível com a maravilhosa natureza amazônica (SEMA, 2015).

Este “paisagismo” líquido, corrente, negro, turvo ou barrento, formam caminhos suaves, percorrendo distâncias, interligando comunidades, transportando bens materiais, fomentando sonhos de ir ou voltar. Próximo ou longe, também há o manto verde, que se sustenta sob e sobre o solo, em simbiose harmônica às diversas espécies existentes, instigando os homens a olharem-no com consciência, mostrando-lhes o seu valor “em pé” e não caído.

Na história do município de Manaus, consta que a partir de 1877, o Amazonas, como alternativa de sobrevivência, recebeu migrantes atraídos pelas perspectivas de enriquecimento fácil, fixando-se quase sempre nas áreas periféricas às margens dos igarapés (WITKOSKI et al., 2011). Nessas regiões, às quais foi possível a preservação ambiental, elas se transformaram em pontos turísticos, tendo como elemento chamativo a água, a propiciar o mergulho refrescante, ou o apreço ao ócio e contemplação.

Porém, com o avanço da metrópole, diversas localidades do município se degradaram, devido ao descuido do poder público, mas também pela falta de conscientização e educação ambiental da população, esquecendo-se que essas mesmas águas, que as estão poluindo, é também fonte de lazer e prazer. Mais afastados das áreas urbanas de Manaus, alguns igarapés escaparam da poluição das suas águas e da degradação das suas margens, mantendo o seu manto verde, como o projeto de assentamento Tarumã Mirim, na zona rural de Manaus, não em sua totalidade, infelizmente, porém na sua maior parte. Nesse ambiente mítico, onde o silêncio também conta a sua história, alguns assentados “escutaram” a voz da floresta, e substituíram o machado, a motosserra e a caixa de fósforos, por um cultivo mais sustentável: o *balnearismo*.

Mesmo de forma tímida, sorrateira, simplista, distante do turismo elitista que demandam recursos elevados, os “comerciantes do lazer” têm como clientes cativos os “turistas de finais de semana”, que se achegam a este ambiente rústico em busca diversão e relaxamento. Ambos aprenderam, ou persistiram, na capacidade de escutar a natureza, e dela tirar proveito, sem agredi-la, cultivando seu atributo imaterial, ofertando ao público-alvo - o turista de cercanias – o lazer. Nesses dois polos estão, de um lado, os clientes, geralmente residentes na área metropolitana, a usufruir o lazer, de outro lado, os “comerciantes do lazer”, empreendedores que ofertam esse lazer, como mercadoria. Tal categorização “sítios do lazer” provoca controvérsias porque, pelos aspectos norteadores da legislação que rege os assentamentos rurais, tal categoria se encontra na contramão do que preconiza a lei, por “nada produzirem”.

Ademais, pela visão de diversos assentados, bem como pelos aspectos da teoria defendida pela Sociologia do Lazer, ao analisarmos sobre lazer e produtividade, o referido possui a sua importância relevante. A legislação é clara referente ao direito ao lazer, inserida na Constituição Federal, porém também muito clara sobre o uso da terra, nas Instruções Normativas do INCRA. Entre direitos e normatizações, existe o projeto de assentamento Tarumã Mirim, a instigar o lazer e a demandar produtividade, impulsionando assentados e visitantes a enxergarem aquele assentamento além da enxada ou aquém da assinatura em um decreto, porque ele se constitui de peculiaridades que vale a pena conhecer, apreciar e pesquisar.

2.1 A origem do projeto de assentamento Tarumã Mirim

O projeto de assentamento Tarumã Mirim foi criado pelo INCRA, através da Resolução nº 184, de 20 de agosto de 1992, estando aquele imóvel rural inserido no Projeto Fundiário Manaus da década de 1970 e com o decorrer do processo foi-se subdividindo em diversas comunidades¹³, dentre elas a comunidade Afatam. O acesso ao referido assentamento pode ser realizado via terrestre, através do Ramal do Pau-rosa, estrada secundária, à altura do KM 21 da BR 174 (sentido Manaus-Boa Vista), e via fluvial pelo Rio Negro através do igarapé Tarumã Mirim a sudoeste e a noroeste pelo Igarapé Tarumã Açú. Limita-se ao norte e ao sul com terras da União de competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). O

¹³ . Abelinha, Amigos Imigrantes, Azamor, Boa Vida, Colônia Central, Cristiano de Paula, Cristo Rei, Ebenézer, Fé em Deus, N. Srª de Fátima, N. Srª do Livramento, Nova Esperança, Nova Luz do Bom Retiro, Novo Amanhecer, Novo Paraíso, Raio de Sol, São José, São Sebastião, União da Vitória Cuieiras, e diversas outras, que não foi identificado no momento.

Projeto de Assentamento Tarumã Mirim possui uma área de 42.910,76 ha (429 km²), com capacidade para assentar 1.042 famílias (INCRA/AM 1999:1; PINTO e CARVALHO, 2007).

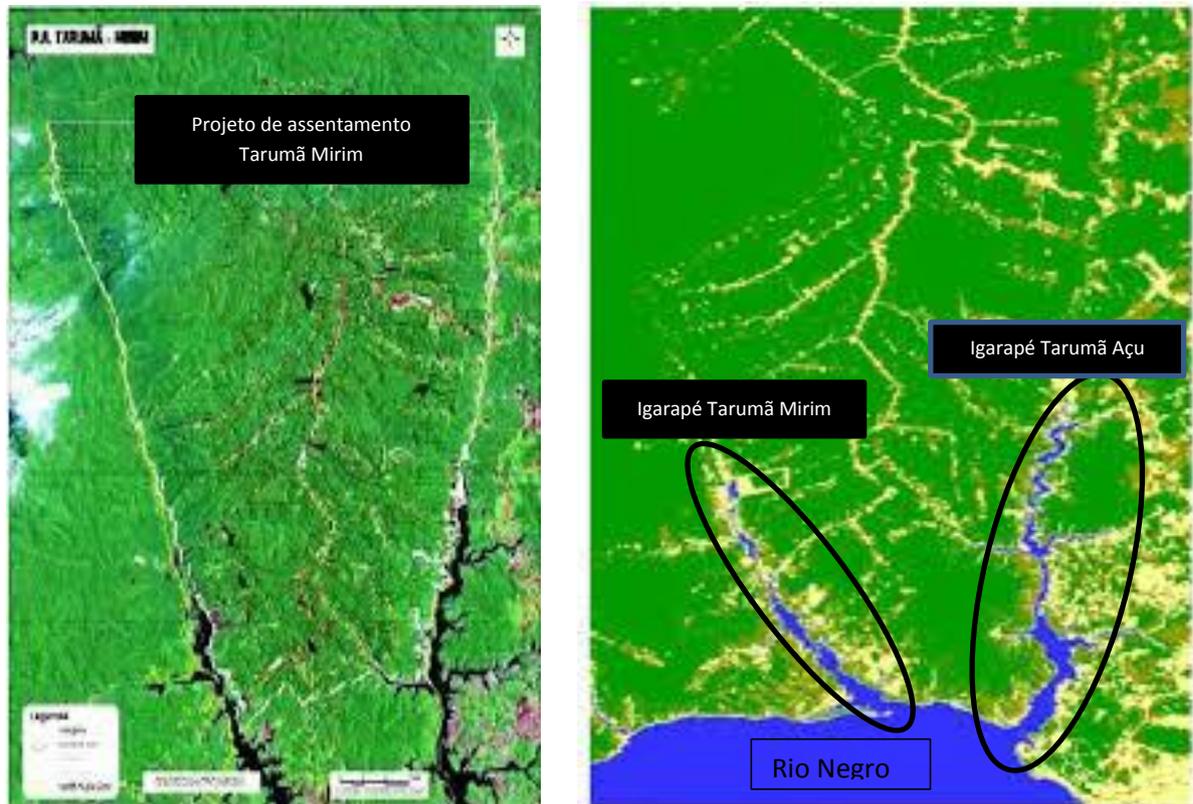


Figura 1 – O rio e os igarapés que delimitam o projeto de assentamento Tarumã Mirim

FONTE: https://www.google.com.br/search?q=bacia+hidrogr%C3%A1fica+do+rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am&biw=1517&bih=714&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwitlbyGsYXOAhVIkpAKHbBzDAgQ_AUIBygC&dpr=0.9#tbn=isch&q=rio+tarum%C3%A3+a%C3%A7u+am+e+projeto+de+assentamento+tarum+mirim&imgc=_

O nome que deu origem ao ramal principal (Pau-rosa) procedeu-se da atividade da retirada da madeira pau-rosa no km 30 do referido ramal, para extração do óleo e da própria madeira, nativa e abundante na época da criação do assentamento, porém nos dias atuais essa espécie encontra-se praticamente extinta¹⁴, salvo poucas unidades em alguns lotes. Ainda há a usina (desativada), onde se extraía o óleo (muito utilizado na indústria de cosméticos) e a madeira (de lei, nobre, devido à sua boa qualidade, aroma e beleza).

¹⁴ Na obra de Matos (2015 p.119) ele cita que o pau-rosa quase foi à extinção devido à extração do óleo, para fabricação do Chanel nº 5. A lendária frase dita pela atriz Marilyn Monroe de que dormia vestida apenas com algumas gotas de Chanel nº 5 guarda um toque bem brasileiro. O principal ingrediente do famoso perfume francês lançado pela empresa de mademoiselle Coco Chanel em 1921 é o óleo essencial extraído da madeira do pau-rosa, uma árvore nativa da Amazônia. Fonte: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2005/05/01/pau-rosa-n5/>

Do ramal principal (Pau-rosa) ramificam-se as vicinais, que adentram no território rural, formando as comunidades. Dentre essas, encontra-se a comunidade Afatam, na penumbra do anonimato, loco desta pesquisa, fundada em 13/09/1997, e formada por 85 lotes. A referida comunidade segue ao padrão espacial tradicional, conforme cita Leite (2004, p. 81), “a organização espacial interna dos projetos de assentamentos é diferenciada e parece seguindo um padrão preexistente entre os agricultores familiares”, observado pela forma de se organizarem (através de associações ou cooperativas), existindo um ramal principal que corta o assentamento (Pau-rosa), bem como a necessidade dos órgãos governamentais norteadores, fiscalizadores e de incentivos para o desenvolvimento comunitário e de sustentabilidade para os meios de subsistência dos assentados, na agricultura familiar.

2.2 Lazer e produtividade (i)material

Em diversas formas analíticas da vida, buscamos conceituar trabalho como aspecto produtivo, dando-lhes uma valoração maior, em detrimento ao lazer, que para muitos se apresenta de menor importância. Tal conceituação é refutada por Elias e Dunning (1992, p. 106), ao citar que a satisfação advinda do lazer pode ser da maior importância para o bem-estar das pessoas enquanto indivíduos ou sociedades, ou seja, as benesses pelo lazer se destinam não somente ao homem pelo aspecto individualizado, mas também contribuem de forma positiva ao conjunto dessas pessoas, formando uma sociedade menos estressada e, portanto, mais produtiva. É válido enfatizar o lazer como “bem de consumo de suma importância”, através de uma economia imaterial, porém lucrativa em termos físicos e emocionais.

Matos (2015, p. 117) relata que “o Amazonas proporciona o exotismo do seu paisagismo ao mexer com as emoções de muita gente”, e é nesse prisma das emoções que a região pode deslanchar-se em aspectos econômicos, incrementando o lazer, como forma produtiva. Na verossimilhança deste estudo com a obra de Matos (2015, p. 121), percebemos a importância do lazer, tanto para os indivíduos, nos aspectos biológicos, quanto sociais, contribuindo, direta e indiretamente, na sua otimização produtiva, o que fazem as pessoas se sentirem bem no renovar das emoções.

Portanto, o lazer nos apresenta como elemento essencial, tanto na qualidade de vida, quanto na produtividade econômica e social, rompendo-se com o estigma de que o lazer seja somente um aspecto complementar do trabalho. Afinal, os indivíduos não são somente máquinas produtivas, são pessoas, indivíduos, que além do fator financeiro, dependem dos aspectos do prazer e contentamento para terem qualidade de vida.

Segundo Aguiar (2000, p. 115), a produtividade depende do desenvolvimento dos recursos humanos, envolvendo habilidade, vontade, interesse, consciência, técnica, gerenciamento, em contexto social, econômico e político. Qualidade e produtividade, juntamente com tecnologia e recursos humanos, formam os principais indicadores do desempenho produtivo. Quando o elemento humano se encontra apto, tanto física quanto emocional, para desenvolver as suas atividades laborais, o ciclo produtivo se completa, instigado pelo bem-estar, e não porque o lazer foi fator compensatório preponderante.

Para o desenlace desse ciclo, o lazer é fator preponderante, porque participa de forma ativa nesse preparo mental e corporal. Ao nos reportarmos especificamente sobre o lazer, salientamos que se trata de um “direito constitucional dos trabalhadores urbanos e rurais”, conforme Art. 6º e 7º da Constituição Federal de 1988, os quais citam os direitos sociais, imbricados entre educação, saúde, alimentação, trabalho moradia, lazer, segurança, etc. em que visam à melhoria de sua condição social. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, Art. XXIV cita que “todo ser humano tem direito a repouso e lazer”, ou seja, trata-se de um elemento básico do cidadão, como parte essencial à sua qualidade de vida.

2.3 O lazer e o renovar das emoções no tempo disponível

O tempo de lazer, enquanto um tempo de fruição (desfrutar, ter prazer com), torna-se também um tempo de aprendizagem e de socialização. O lazer poderá vir a ser uma ruptura, num duplo sentido: a interrupção das atividades impostas pelas obrigações profissionais, familiares, e, ao mesmo tempo, o reexame das rotinas, estereótipos e ideias já prontas que concorrem para a repetição e especialização das obrigações cotidianas (DUMAZEDIER, 1973, p. 265).

Elias e Dunning (1992, p. 181) esclarecem que as pessoas esperam das suas atividades de lazer não só “relaxamento”, mas também estímulos, alegria, um despertar emocional agradável, em resumo, a produção de tipos específicos de tensão em companhia dos outros. Se o lazer fosse vivenciado para eliminar as tensões do trabalho, ninguém, após horas laborando, com suas emoções pessoais controladas, iriam participar de competições no lazer, não assistiriam nunca a filmes de terror (com sua sobrecarga de ansiedade, mas o medo é um dos elementos do lazer), não participaria de jogos perigosos (onde o medo predomina), e muito menos participaria de brincadeiras onde as expectativas elevam as emoções, tensões, conduzindo o ser humano a polos opostos tais como medo e excitação, relaxamento e tensão, risos e lágrimas.

Lazer e trabalho são processos diferenciados e não complementares entre si, conforme também cita Marcellino (1998, p. 16), o qual considera o lazer como cultura vivenciada no “tempo disponível”, não em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas de obrigação da vida social, combinando os aspectos tempo e atitude.

Salientando que Marcellino (p. 29) aborda outro parâmetro relacionado ao lazer no “tempo livre” haja vista que, se levarmos o conceito que restringe o lazer a um tempo determinado, como classificaria a ação que uma mesma pessoa pode praticar, num certo período de tempo, por exemplo, ouvir música enquanto trabalha? Além disso, tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social.

Talvez fosse mais correto falar em tempo disponível, ao invés de tempo livre. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência no aspecto do lazer. Para Marcellino (2007, p. 14) estas incluem atividades como “as práticas esportivas, os passeios, a pesca, a ginástica e todas as atividades em que prevalece o movimento, ou o exercício físico, incluindo as diversas modalidades esportivas”, gerando tensões ou relaxamentos, dependendo da atividade praticada. No tempo disponível, Marcellino (idem, p. 34) diz que o indivíduo pode fazer o que quiser, seja atividade física ou descanso, de cultura ou esporte, turismo, ócio ou contemplação.

Dumazedier (1973) explana que a função do divertimento, recreação e entretenimento é para liberar do tédio, livrar do sentimento de privação e gerar a ruptura com o universo cotidiano. Essa ruptura poderá levar ainda a atividades reais, baseadas em mudanças de lugar, ritmo e estilo (viagens, jogos, esportes), ou então a recorrer a atividades fictícias, com base na identificação e na projeção (cinema, teatro, romance).

Por último, o desenvolvimento da personalidade, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica; oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais; possibilita o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade e incita a adotar atividades ativas na utilização de fontes diversas de informação, tradicionais ou modernas (imprensa, filme, rádio, televisão).

2.4 Trabalho, Produto e Mercadoria: a utilidade define a sua função

Sparovek (2003) em concordância com Marx (1990) nos elucida que, em sua essência, todo produto obtido pelo homem tem como origem o seu trabalho sobre a natureza. Esse processo foi acelerado quando o homem começou a produzir excedentes, porque suas ações de

trocas e negociações os conduziram a processos econômico-sociais. Nem toda a produção torna-se uma mercadoria, haja vista que quando se produz um artigo somente para consumo pessoal, cria-se um produto, mas não uma mercadoria (MARX, 2002, p. 43). Se não envolve valor de troca que represente recurso financeiro negociável, não é uma mercadoria.

Ora, o valor de uso de uma mercadoria tem dupla qualidade. Uma é aquela que tem em comum o valor de uso de todas as outras mercadorias (a de satisfazer uma determinada necessidade); a segunda é qualidade que somente a ela pertence, que é a de criar valor (MARX, 2014, p. 91). Uma mercadoria tem um valor, porque é o resultado do trabalho social, a atender aos anseios de quem produz e daquele que a compra.

Marx (1990) também nos elucida que o trabalho é, antes de tudo, um ato que se passa entre o homem e a natureza. Nele o homem é também uma força natural. Ao mesmo tempo em que modifica a natureza exterior, modifica sua própria natureza, porque o trabalho o norteia à produtividade e à ação criativa, diferindo dos outros animais, por produzir sua própria subsistência. O resultado do trabalho humano preexiste idealmente na imaginação do trabalhador. O trabalho não propicia somente modificação de forma nas matérias naturais, mas também realiza aí o próprio fim de que tem consciência, ao qual deve subordinar seus direcionamentos na execução das tarefas.

Marx (1990) permanece nos elucidando que o tempo de produção se decompõe em dois períodos: num período o capital se acha no processo de trabalho (plantação, cultivo e manuseio da terra) e no outro ele é abandonado à ação de processos naturais (maturação), sem que permaneça no processo de trabalho. Somente após ter atravessado o período de produção é que o produto está acabado, pronto para deixar o estado de capital produtivo e inserir-se como capital-mercadoria.

Para Marx (1990) o processo de trabalho se extingue no produto, pois, ao manusear a terra, o trabalho se materializou e a terra tornou-se economicamente produtiva, porque foi arada, adubada, irrigada, transformando-se o trabalho e o objeto de trabalho constituintes intrínsecos dos meios de produção. Se deixarmos de lado a apreensão de subsistências já encontradas na natureza, veremos que o trabalhador se apodera imediatamente de seu meio de trabalho, e não do objeto do trabalho, ou seja, a terra se torna meio, mas só começa a funcionar como tal na agricultura quando se dão outros meios de trabalho.

O emprego e a criação de meios de trabalho é que caracteriza por excelência o trabalho humano, e as espécies econômicas se distinguem menos pelo que fabricam que pelos meios de trabalho que utilizam. O mesmo valor de uso, produto de um trabalho, pode tornar-se meio de produção de outro trabalho, em uma sequência laboral (MARX, 1990), ou seja, prepara-se a

terra (e posteriormente planta, colhe) e a água (que ora é desviada do leito, e posteriormente formam tanques, que geram produtos ou mercadorias).

Desse processo há uma continuidade da execução do trabalho em outras atividades, quer seja em plantações, em criações de peixes, em explorações econômicas, em rodízios de funções. A diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho é manifestada, sobretudo, na agricultura. Podemos conceituar também que o trabalho é o conjunto de atividades, que depende de esforço físico ou intelectual, quer seja produtiva ou criativa que o homem exerce para atingir um determinado objetivo, uma finalidade e um valor, sendo uma das mais expressivas manifestações do homem.

2.5 O lazer como mercadoria: Karl Marx na roça

Em conformidade com Marx (1990, p. 41), a mercadoria é inicialmente um objeto exterior, uma coisa que satisfaz necessidades humanas, quer se origine do estômago (aquelas que suprem as necessidades básicas de sobrevivência), quer da fantasia (aquilo que nos remetem ao ego, lazer e relaxamento), proporcionando bem estar e satisfação. A própria venda do lazer (onde a exploração ao lazer gera renda econômica e atende à fantasia) se transforma em produção, e conseqüentemente em mercadoria, com valor de consumo, onde há oferta e procura, porque “produzir prazer”, no sentido de renovar as tensões (Elias e Dunning, 1992) também é produtivo ao ser humano e à sociedade. O valor de uso da mercadoria se baseia na sua qualidade própria: se ela é para beber, para comer ou para se divertir. Portanto, essa qualidade é determinada para satisfazer uma dessas nossas necessidades, volta a ressaltar Marx (2014, p. 21).

No trabalho de campo, observamos a utilização da água, abundante no Tarumã Mirim, como elemento produtivo, na interligação com o lazer, no que concerne ao valor de uso: ao executar o trabalho de preparação das adjacências nos igarapés, este trabalho se torna meio de produção para outro trabalho – que é o uso comercial desses igarapés para a exploração do lazer com fins lucrativos - para banhos e pescas comerciais explorados economicamente. Nos “sítios do lazer”, uns exploram o lazer como mercadoria e outros, em que não há comercialização desse bem, possui a função primordial de renovar as emoções. Em ambos, existe a preocupação em manter a floresta de pé, conforme fala da ENT-2 (55 anos) “Tudo tem que tá verdinho, sombreado, com muita água, muitas árvores, pro pessoal que aluga pros eventos sentir que aqui a gente cuida da natureza”, e ENT-41 (57 anos), “pra mim relaxar no embalo da rede ou na vigilância da minha vara de pesca, escutando a natureza”. Em concomitância com Matos (2015,

p. 118), esse bem de consumo, o lazer, proporciona às comunidades amazônicas condições para se apropriarem desse filão como uma alternativa econômica.

Moradores de comunidades amazônicas diante da matéria-prima existente desencadeiam outras ações, outros comportamentos. [...] No lazer, diferentemente do trabalho, a fonte primária deve ser conduzida e apropriada pelo prisma da subjetividade, espiritualidade, tolerância, nostalgia, curiosidade, para proporcionar emoções prazerosas. É o momento de sensibilizar-se pelas formas de cipós, troncos e galhos de árvores, pelas cores de flores, anfíbios, tarântulas, répteis e de aves; odores de madeiras, flores; formas de vida; sons que vêm da mata e dos rios no coaxar dos sapos e rãs, aves e insetos. O indivíduo, em momentos de lazer, vem apreciar os momentos nostálgicos do raiar e pôr do sol e suas cores espetaculares; o indivíduo vem em busca de desafios e riscos, em áreas de rios e suas correntezas ou em área da mata.

Os “comerciantes do lazer” têm conhecimento da necessidade de explorar a natureza de forma sustentável, preservando-a. As exigências do lazer estimulam a manutenção do paisagismo natural, despertam mudanças de comportamentos e sensibilidade com relação às questões ambientais, preservam formas de vida e ambientes exóticos, tanto pela necessidade na manutenção da “matéria prima do lazer” quanto pela conscientização da preservação ambiental. Pés na água ou corpo da rede ou espreguiçadeira, observando o vai e vem das piabinhas, ou então no apreço à sensação da força da cachoeira, despejando a água sobre os ombros, pela sua queda natural, os clientes relaxam e o proprietário produz. Produz “mercadoria”, que ele vende, em forma de lazer, e dali obtém o seu recurso financeiro.

Mais uma vez nos identificamos com Matos, (2015, p. 120), ressaltando as riquezas naturais amazônicas,

As pessoas em momentos de lazer não buscam o paraíso, pois o lazer é breve. Elas estão em busca do exótico que a região amazônica ainda guarda nas entranhas das matas, dos rios e nas histórias de seu povo. Apesar dos contrastes, o lazer é uma esfera que pode sensibilizar o indivíduo ao ver o ambiente em que habita. Em um processo de integração, essa é uma alternativa para dar voz ao amazônida em seu conhecimento e fazer o indivíduo, em momentos de lazer, se distanciar, ver em perspectiva tridimensional e corporalmente o ambiente do qual ele é um constituinte natural e sociocultural.

Nos lotes em que a “mercadoria” comercializada é o lazer, um item é comum a todos: os igarapés, onde seu curso singra as matas e a contemplação se torna mais um componente ofertado no lazer. A água torna-se o elemento essencial, a instigar a procura, induzindo à sensibilização. Esse processo do aproveitamento da água para transformá-la em trabalho (e lazer para outrem) também foi observado por Matos (2015, p. 108), “Enquanto muitos indivíduos se apropriam de seu tempo livre para usufruírem do lazer, outros tantos trabalham para aumentar a renda da família [...]”. Nessa relação de interdependência, muitos gastam suas

economias em busca de emoções prazerosas, outros, de alguma forma, ganham esse dinheiro (MATOS, 2015, p. 108), dali tirando a sua subsistência, em maior ou menor proporção. Inserimos essa análise no contexto em que os assentados, que exploram o lazer aos frequentadores eventuais de finais de semana, trabalham “vendendo o seu peixe”, na comercialização do espaço, das bebidas, ou dos alimentos que geralmente consiste no peixe ou na galinha caipira. Novamente há similaridade deste com aquele trabalho (MATOS, 2015, p. 110), ao elucidar que o lazer pode contribuir para especializar a mão de obra, estimular o trabalho de pessoas da comunidade. Dentre aqueles que exploram o lazer como mercadoria, especializam-se em atendimento ao cliente, culinárias regionais, etc. para proporcionar maior qualidade nos serviços prestados.

Ao observarmos o lazer como mercadoria no Tarumã Mirim, constatamos também que os “comerciantes do lazer” se moldam ao público do momento, quer seja nos ritmos musicais, nos aspectos alimentares, no comportamento em relação aos outros moradores. Explicou-me a ENT-2 que, quando aluga para eventos o seu lote, faz previamente uma análise do público alvo:

a) quando aluga para grupos religiosos que não consomem carne, ela repõe na sua dispensa alimentos à base de soja, estoques de legumes são reforçados, não investe em bebidas alcoólicas, oferta músicas gospel, etc.;

b) quando aluga para grupos de jovens, ela reforça o estoque de refrigerantes e cervejas, permitindo inclusive a participação de outros jovens da comunidade, para uma interação e socialização divertida, incentiva o uso do campo de futebol, incrementa o freezer com as batatas pré-cozidas em fatias (para frituras), músicas de rock, funk, etc.;

c) quando aluga para grupos da 3ª idade, os ritmos musicais migram-se para os da jovem guarda, boleros, e outros ritmos saudosistas, que despertam recordações nos clientes e o desejo de lá retornarem posteriormente. Observamos, em um desses eventos (da 3ª idade) que até as frituras são substituídas por preparações a vapor, onde ela faz questão de comunicar aos mesmos, para conquistar-lhes a fidelização ao lugar.

Os finais de semana para esses “comerciantes do lazer” representam dias úteis de trabalho, e o decorrer da semana retornam para suas rotinas como agricultores, ou trabalhadores que ofertam a sua mão de obra disponível. Conforme alguns desses citados me confienciaram, a lucratividade advinda no “negócio de vender o lazer” é superior ao que tiram dos cultivos nas suas propriedades, conforme algumas confirmações:

- Entre *torrá* de sol a sol, arrancando toco, brigando *cum* as pragas, tendo *prijuízo cum* as *simentes qui* num germinam, é mais *vantage* eu cultivar os banhos, cuidar de *preservá* a natureza, e atender bem meus clientes, e da

natureza *tirá* meu sustento e da *família*. É mais lucro e menos dor. A vida de *agricultô* sem dinheiro pra *investi* na terra *cum* maquinário, correção desse solo pobre, é muito difícil (ENT-2).

- *Óia* dona, pra escolher entre sobreviver aqui do que a terra dá, e concentrar mais a atenção pra alugar pros eventos, eu *prifiro* o último. Eu cuidando direitinho daquilo qui eu ofereço pros finais de semana, num tem perda, num tem erro. É bem verdade qui tempo de chuva o negócio cai um pôco, mas é purisso *qui* eu tenho também minhas plantaçozinha, pra acudir na necessidade, mas o forte mesmo aqui é eu vender o lazer, como a senhora diz (ENT-62, 40 anos).



Figura 2– Campo de futebol no lote da ENT-2

FONTE: Pesquisa de campo

Isto reforça as análises de que o Tarumã Mirim possui as peculiaridades específicas para o lazer se transformar em um nicho econômico que pode amenizar os problemas produtivos existentes devido ao solo que necessita de correções, e à falta de recursos para amenizar esses problemas.

2.6 Desfecho conclusivo da seção

O projeto de assentamento Tarumã Mirim apresenta-se como uma imbricação entre trabalho e lazer. Os “sítios do lazer”, ao explorar as excentricidades naturais da região, transformam o lazer em um bem de consumo de suma importância, tendo como matéria prima a satisfação das necessidades humanas, originadas na fantasia, proporcionando bem estar e satisfação a quem os absorve, e a quem os vende, utilizando inclusive o *marketing* ecológico e sustentável. A própria venda do lazer (em que a exploração ao lazer gera renda econômica) se transforma em produção, e conseqüentemente mercadoria, com valor de consumo, porque

“produzir prazer”, no sentido de renovar as tensões, também é produtivo ao ser humano e à sociedade. Isto nos instiga a considerar os “assentados do lazer” também como produtivos, levando inclusive formas contributivas à comunidade, em virtude de que, enquanto uns brocam e derrubam as matas, no afã produtivo, para na área fazerem os seus cultivos, os “do lazer” procuram manterem intactos os traços florestais, ou conservando as margens dos igarapés, para que a possibilidade do lazer não se desvalorize. A sociabilidade, como fato preponderante interligado ao lazer, amplia as relações interpessoais, onde lazer é benéfico e essencial ao ser humano.

Com esta consciência ecológica e esta forma de produtividade, se houvesse maiores interações entre Estado e assentados, o Tarumã Mirim produziria mais que plantar mandioca ou o cheiro verde: plantaria a consciência coletiva de que o lazer, além de prazeroso, é produtivo. Porém, para ele transformar-se em mercadoria apreciável e abundante, lícita, sem a necessidade de “esconder-se do INCRA”, demanda qualidade, que vem da capacitação e dos incentivos, para que oferta e procura sejam elementos presentes.

Há possibilidades de o Tarumã Mirim se transformaria em um “polo do lazer”, econômica e socialmente produtivo, conforme se espera de um assentamento rural, em que a agricultura familiar não seria somente plantar mandioca, pimentão ou cheiro verde, mas cultivar o que o ambiente oferece: cultivar a terra, mas também explorar o lazer, nas formas mais sustentáveis e adequadas.

Para tal, os órgãos governamentais poderiam contratar técnicos que orientassem os assentados como mostrar as peculiaridades ao “turista de cercania”, capacitando os beneficiários da terra, incutindo-os ainda mais sobre as benesses da floresta em pé. Ademais, incrementando esse nicho produtivo que desponta, através da “mercadoria-lazer”, pode tornar-se cada vez mais sustentável, e dentro das normatizações específicas. Com as parcerias e norteamentos adequados, as peculiaridades existentes se transformariam em fatores positivos, a contribuir para um assentamento rural produtivo, com as suas especificidades adequadas dentro de novas propostas.

E a floresta, a partir dessas novas concepções, preservada em alguns lotes na área pesquisada, representará o sustentabilidade do homem do interior, por manterem-na intacta, porque suas sombras e os seus frutos se perpetuam com a floresta em pé, numa poupança de cuidados. Nesse novo paradigma, no dia de amanhã tanto os filhos quanto os netos desses assentados, se na comunidade permanecerem, nelas poderão repousar e sentirem-se parte integrante desta natureza deslumbrante, se a consciência entre o “homem que produz”, o “homem da subsistência” e o “homem do lazer”, dialogarem entre si, em prol da natureza.

3 UM OLHAR INSTITUCIONAL AOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Institucional se relaciona às organizações que atuam para controlar o funcionamento da sociedade e, conseqüentemente, o controle dos próprios indivíduos, sendo entidades regidas por regras e normas que buscam a ordem entre as interações das pessoas. As instituições possuem um papel fundamental na socialização, fazendo com que as pessoas sintam-se membros da sociedade¹⁵, nos parâmetros produtivos, através da agricultura familiar, e nas formas representativas que se desenvolvem, a partir das representações simbólicas que as representam (associações ou cooperativas). Os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos: os criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamentos (PAs); e os ambientalmente diferenciados, denominados de: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF)¹⁶.

O projeto de assentamento Tarumã Mirim está inserido no primeiro grupo citado. A caracterização sistêmica mais idealizada com o que hoje se apresenta no tópico Reforma Agrária¹⁷ e Assentamento¹⁸, iniciou-se com o Decreto de Lei nº 9.760, de 5 de Setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União, regularização fundiária de interesse social, aquele destinado a atender as famílias com renda familiar mensal não superior a cinco salários mínimos (Art 18-A § 1º). Por muito tempo essa Lei normatizou os parâmetros relacionados à terra e ao homem do campo, sendo posteriormente complementada pela Lei 4.504, de 30 de Novembro de 1964, denominada Estatuto da Terra, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária. O item em que se reporta à renda necessária para assentar-se sofreu novas modificações através da Instrução Normativa nº 71, de 31 de maio de 2012, Art 5º inciso II, onde cita que “O (a) agricultor (a) não poderá ser beneficiário do Programa de Reforma Agrária, quando o conjunto (da renda familiar) for superior a três salários mínimos mensais”. Os assentamentos rurais representam a democratização da terra, para atender ao princípio da justiça social, que preconiza: “Doação de terras àqueles que não a possuem, provenientes de áreas improdutivas e desapropriadas” para nela produzir, gerar renda e como subsistência familiar.

¹⁵ Contribuição: Fonte: <https://www.significadosbr.com.br/institucional>

¹⁶ Fonte: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>.

¹⁷ Reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras.

¹⁸ Conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA.

3.1 Políticas Públicas nos assentamentos, em benefício à agricultura familiar

Norteados por leis, vários programas foram lançados, no intuito de adequar os interesses daqueles que lidam com a terra, proporcionando-lhes subsídios para subsistir do que na terra produzem, e o governo cumprir as normatizações regidas em lei. A questão da concentração da terra sempre esteve presente na história do Brasil, citam Castro e Gomes (2007), e nesta trajetória, a intervenção através de modelos de reforma agrária tenta acompanhar o desenvolvimento do país.

Em decorrência da baixa eficiência na alteração da estrutura fundiária brasileira e do agravamento dos problemas sociais no meio rural, no começo da década de 1980 surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atuando através de coordenações estaduais, tornando-se um fator constante de pressão sobre o poder público pela reforma agrária. Surge também a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), organizando mobilizações anuais chamadas “Grito da Terra Brasil”, e outros setores que incluem na sua agenda o tema reforma agrária (SPAROVEK, 2003), no intuito de abordar, alertar e buscar melhorias para o homem do campo, seguindo norteamientos e normatizações.

A suposição normativa é a de uma relação de inclusão e de interação entre o homem, a terra e os subsídios, e também as devidas capacitações, em um elo que interliga Estado e assentado. Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é um desempenho do Estado, em simbiose entre Homem e Estado (LEITE, 2004, p. 65), abrangendo os parâmetros normatizadores (advindos do INCRA); norteadores (IDAM, INPA, EMBRAPA, IDESAM); financeiro (PRONAF); de apoio logístico e comercial (ADS), conforme especificamos:

a) o INCRA possui a função de assentar o trabalhador rural, para na terra produzir e tirar o seu sustento. A partir desse processo, ocorre a contagem do prazo de 10 anos para a quitação desse lote. Em assentamentos, a terra é da União. O trabalhador rural que recebe a terra do INCRA adquire somente uma concessão para usar e explorar o lote. O assentado assina o Contrato de Concessão e Uso da Terra (CCU), ou recebe o Título de Domínio, que só serão válidos se ele cumprir todas as cláusulas resolutivas. Dentre elas, há a que veda “negociar ou, por qualquer forma, transferir a terceiros a posse ou os direitos do imóvel”, porque ele não é dono da terra até que seja cumprida uma série de exigências legais, que dizem respeito tanto ao assentado (as cláusulas resolutivas constantes no CCU ou no Título de Domínio) quanto

à situação do assentamento. Enquanto não cumprir o ciclo normativo, o assentado não possui a posse nem o domínio definitivo. Conforme estipula a Lei 8.629/93, de 25 de fevereiro de 1993, em concomitância com o INCRA, o CCU transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório, bem como assegura ao assentado o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal;

b) o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) possui a prerrogativa de amparar os assentados no que se refere à orientação agrícola, capacitação ao uso correto de defensivos agrícolas, apoio técnico nas culturas de subsistência, elaboração e instrução em projetos de plantio, acompanhamento técnico, emissão da carteira de agricultor. Emite também o Documento de Aptidão do Produtor (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas, tornando-os aptos a realizarem operações de crédito rural, e subsidia também descontos na compra dos produtos agrícolas;

c) o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) realiza estudos científicos do meio físico e das condições de vida na região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional. Seu desafio é expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia. O resultado de tais pesquisas são ações que convergem em sustentabilidade com preservação, conforme reportagem de Jordan, ao Ambiente Brasil, publicado em 23 de março de 2014, sobre os criatórios de peixes no projeto de assentamento Tarumã Mirim,

Um projeto desenvolvido pelo INPA, no Projeto de Assentamento Tarumã Mirim está incrementando a renda da comunidade. De acordo com o pesquisador responsável pelo programa, da Coordenação de Pesquisas em Aquicultura do INPA, Jorge Daniel Fim, um dos principais desafios era criar um processo de produção de pescado com baixo custo de implementação, sem prejudicar o meio ambiente. “Tinha de ser uma tecnologia realmente efetiva para pessoas de baixa renda, principalmente, em área de terra firme onde o acesso ao pescado é mais difícil”, explicou. A produção anual pode chegar a uma tonelada, desde que sejam seguidas as orientações técnicas apresentadas no projeto, segundo o pesquisador.

O INPA coopera com o resultado final de pesquisas, porque repassa às comunidades, no intuito da contribuição produtiva para os assentados. Ademais, há mercado consumidor para tal produto, conforme relatório do Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (NEAPL),

A alta taxa de consumo de carne de peixe pode ser considerada um dos traços culturais que mais identificam os povos que habitam a Amazônia. O consumo nas regiões urbanas ultrapassa 30 kg/per capita/ano e nas áreas ribeirinhas chega a uma média de 500g/per capita/dia, sendo que no estado fica em torno de 155g/dia, representando cerca de 70% da proteína animal, ou seja, o maior do Brasil, que é de 16 g/dia. Em Manaus o consumo é de 150g/dia, em Itacoatiara 194g/dia e no baixo Amazonas 369g/dia. Esses indicadores colocam o Amazonas como o maior consumidor de carne

de peixe do planeta, superior às áreas costeiras do Japão, país tradicionalmente consumidor de carne de peixe (NEAPL, 2008, p. 6).

Para a implementação da piscicultura no Tarumã Mirim, de forma eficiente e capacidade produtiva, faz-se necessário a interação entre instituição e produtor, com subsídios e capacitação em uma parte, dedicação e empreendedorismo de outro, para que os resultados se tornem elementos presentes na agricultura familiar;

d) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é uma instituição pública com vínculo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo como premissa produzir o conhecimento científico e o desenvolvimento de técnicas de produção para a agricultura e a pecuária, em benefício da sociedade brasileira. Coordenado pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), executa pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico. Tupinambá (2013, p. 85) em sua pesquisa no Tarumã Mirim, cita que a aceitação das informações advindas da EMBRAPA depende inclusive da aproximação entre os pesquisadores e os assentados do Tarumã Mirim, através de metodologias participativas, nas quais os agricultores são também atores ativos, em interação entre empirismo e cientificidade;

e) o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) oferta cursos de capacitação e elaboração de projetos dentro de assentamentos rurais, em trabalhos similares ao IDAM. Enquanto o IDAM trata-se de um órgão ligado ao governo, o IDESAM é uma Organização Não Governamental (ONG), contratada pelo INCRA, a desenvolver trabalhos em parceria com o IDAM. Posteriormente abordaremos mais detalhadamente as atividades dessas duas instituições dentro do projeto de assentamento Tarumã Mirim;

f) a vertente financeira no aspecto agricultura familiar adveio para evitar o círculo vicioso entre “não produzir por não ter recursos, e não ter recursos por não produzir”. Para tal, criou-se então o PRONAF, atendendo inclusive a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que colocavam a necessidade da formulação e implementação de política de desenvolvimento rural específicas para o segmento numericamente mais importante, porém o mais fragilizado da agricultura brasileira (MATTEI, 2007 p. 144). A contribuição positiva ao qual o PRONAF responde, vem pelas dificuldades que o setor bancário opõe, devido assentamento rural ser um segmento dotado de base patrimonial precária, que não oferece contrapartida como sua clientela regular (ABRAMOVAY e VEIGA, 1999, p. 26). Essa inadequação se apresenta, devido impossibilidades dos referidos tomadores de crédito (os assentados) não poderem dar garantias reais, por não possuir o título definitivo da terra;

g) o apoio logístico e comercial se desenvolve através da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), interligada às associações e cooperativas de produtores rurais envolvidos nas atividades extrativistas, pesqueiras e agropecuárias no âmbito do estado do Amazonas. Desenvolve-se através do Programa "Amazonas Rural", lançado pelo Governo do Amazonas, e tem como objetivo aumentar a produção do setor primário no estado e impulsionar a produtividade rural, facilitando o escoamento, garantindo mercado e competitividade aos produtos, oferecendo novas alternativas econômicas e oportunidades aos produtores do interior, comprando-lhes a produção no assentamento para utilização na merenda escolar nas escolas municipais de Manaus. Os preços negociados com os assentados são estipulados previamente, na assinatura do contrato, para o ano vigente. Tal processo auxilia o produtor no que concerne ao escoamento da produção, inibe a ação dos atravessadores e soluciona parte dos problemas de muitos produtores que não possuem transporte próprio, e evita o desperdício no campo.

3.2 Os vieses da agricultura familiar

A agricultura familiar, que inclui todas as atividades agrícolas de base familiar, está relacionada a diversas áreas do desenvolvimento rural. Consiste em uma forma organizacional das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril, etc. gerenciadas e operacionalizadas por famílias e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, conforme Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, a agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no setor de produção de alimentos, destacando-se em diversas culturas. Bergamasco (1997), nos relata que o acesso à terra permite uma reorganização social dessas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores:

a) a abertura de um espaço para a construção habitacional, pois, residindo na zona urbana, sem residência própria, inclina-se para as moradias de risco; para os “sem-teto”; invasões urbanas; precariedade financeira, etc.;

b) disponibilidade familiar de alimentos por meio da prática do cultivo, criatório, ou extrativismo, ou comumente mais conhecido como subsistência familiar, conforme preconiza o INCRA, haja vista que a atividade rural permite-lhes atingir um padrão de vida que as coloquem claramente em condições de gerar renda como forma satisfatória de subsistência.

A produção rural dos agricultores familiares tramita entre as experiências produtivas e a demanda comercial dos mercados potenciais, locais, de proximidade, regionais, e, sobretudo, pela diversidade das modalidades de acesso aos consumidores. Neste sentido, nos referimos à

construção socioeconômica desses mercados: venda direta, venda na roça, feiras regionais, dias de festas por produto típico, venda às cooperativas de consumo, etc.

O conjunto dessas práticas tem a característica comum de reduzir o efeito da concorrência capitalista. Trata-se, em todos os casos citados, de mercados naturais, geograficamente protegidos nas suas territorialidades (SABOURIN, 2007, p. 743), que os remetem à comercialização, e conseqüentemente socialização, interligando-se produto, renda e cidadania. Sabourin (2007) descreve a diversidade desses mercados potenciais locais como uma construção social, com a interação entre os moradores, pela diversificação comercial, como é o caso das feiras-livres ou mesmo os festivais típicos dos produtos em evidência, regionalizando costumes, paladares e hábitos.

Nesses mercados locais a comunidade interage, inclusive na troca de informações e conhecimentos, quer seja entre aqueles que vão vender seus produtos, ou entre os compradores, formando as suas inter-relações e suas interdependências, conforme corrobora Elias (2011), pois essas redes sociais entre os seres humanos são os seus fatores de ligação. Nesses eventos ocorre inclusive o escambo, também observado por Matos (2015, p. 210), ao citar que “é de conhecimento que o escambo ainda ocorre em comunidades amazônicas”, em que a produção de um complementa a variedade alimentar do outro, nas trocas de produtos.

Os assentamentos rurais para a agricultura familiar centram-se em cinco sub temáticas correlacionadas, preconizadas no Estatuto da Terra, tendo como premissa básica promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, com os programas governamentais propiciando subsídios como: a) financiamentos; b) capacitações; c) norteamentos a projetos produtivos; d) acompanhamentos técnicos; e) orientações, visando condições para que os assentados permaneçam na terra, nela produzam, gerem empregos e rendas.

No Brasil a agricultura familiar possui uma grande abrangência no tocante à produção agropecuária (40%) e respondendo por 76,8% do emprego agrícola¹⁹, conforme Guanzioli et al. (2001). Salientando que também obtém os rendimentos mais elevados por hectare, (áreas pequenas exige condensação de produtividade), com isto destacando-se à condição de essencial à economia brasileira, gerando empregos e alimentos.

Os estabelecimentos da agricultura familiar atingem 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros, entretanto representam somente 24,3% do território ocupado no campo brasileiro,

¹⁹ Apesar da predominância da utilização da mão de obra somente familiar, devido a quantidade de membros familiares envolvidos no processo constitui-se também como emprego, e, conseqüentemente, geração de renda.

destinando-se, portanto, 75,7% para o agronegócio (CENSO 2006). A agricultura familiar (ou camponesa, nos ditos do Censo) mantém 12,3 milhões de pessoas ocupadas no campo, o que corresponde a 74,4% de todos os empregos gerados na área rural.

Observamos que a abrangência da agricultura familiar é um fator que, além de preponderante, apresenta-se também como fator permanente, informações reforçadas a partir dos dados comparativos nos Censos Agropecuários 1996/2006 tais como: arroz (31,0% em 1996 e 34,0% em 2006); aves (40,0% e 50,0%); feijão (67,0% e 70,0%); leite de vaca (52,0% e 58,0%); mandioca (84,0% e 87,0%); milho (49,0% e 48,6%); suínos (58,0% e 59,0%).

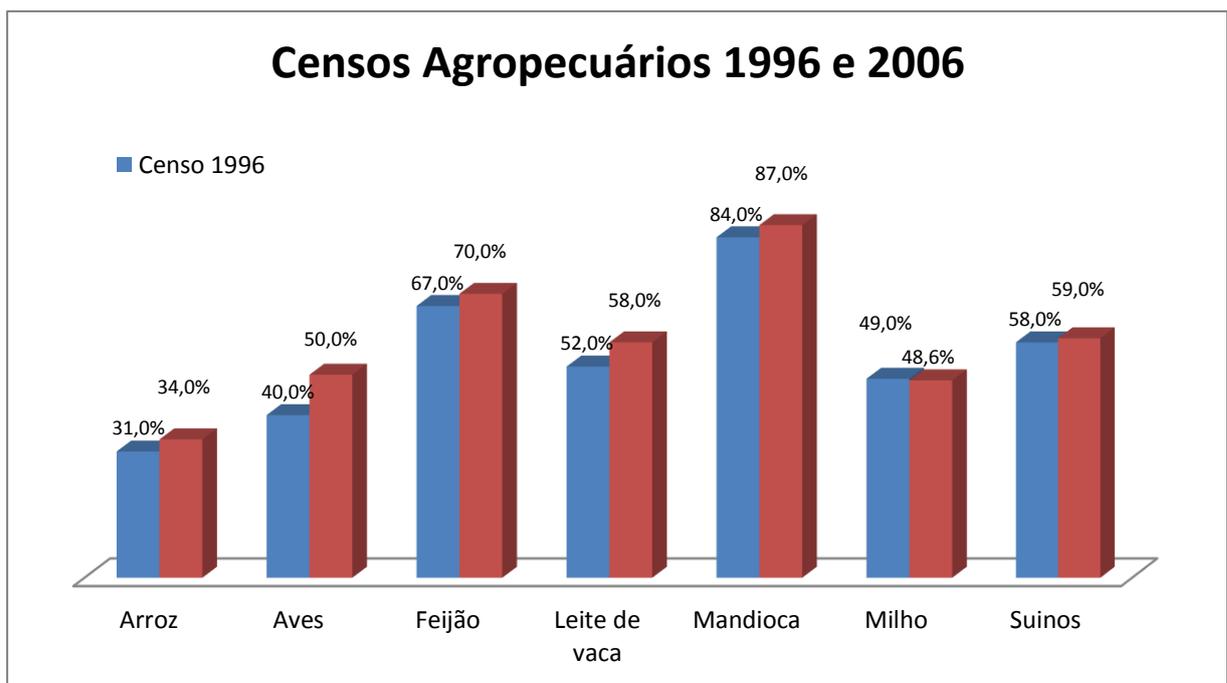


Gráfico 1 - Valor Bruto das produções familiares nos Censos Agropecuários 1996/2006
 FONTE: Guanzioli et al. e adaptações (2001, p. 70)

Nas análises comparativas entre os Censos Agropecuários citados, não houve grandes variações pelos aspectos produtivos nos lotes da agricultura familiar nos dois levantamentos, mantendo-se estáveis as categorias de destaques, demonstrando não tratar-se de picos esporádicos de produção, mas sim de uma constância produtiva.

Salientamos também que a agricultura familiar é responsável por diversos alimentos que compõem a cesta básica da população brasileira²⁰, mesmo que suas áreas destinadas para a

²⁰ Os 13 alimentos que compõem a cesta básica brasileira são: carne, leite, feijão, arroz, farinha (de trigo), batata, legumes (tomate), pão, café, frutas (banana), açúcar, óleo e manteiga. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000501623. Ciência & saúde coletiva

produtividade seja pequena²¹, (LEITE et al, 2004), a mão de obra disponibilizada seja somente familiar e muitas vezes utilizando técnicas primárias, por não possuírem recursos para investir em maquinários, e o Estado não disponibilizar subsídios suficientes para a mecanização do solo.

Apesar da reforma agrária ser um programa executado no campo, seu impacto na sociedade abrange a nação como um todo, conforme nos elucidava Sparovek (2003), pois a terra, assim como o trabalho, são as principais fontes da produção primária.

Ainda que do ponto de vista conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, considera-se pertinente estabelecer uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares.

No tocante ao Projeto de Assentamento Tarumã Mirim, destaca-se a pequena propriedade, com módulos rurais entre um a quatro, conforme relata o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM, p. 23). O módulo fiscal representa uma unidade de medida instituída para indicação da extensão mínima das propriedades rurais consideradas áreas produtivas economicamente viáveis. A imposição desse limite visa a evitar eventuais distorções que poderiam decorrer da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares (GUANZIROLI, 2001, p. 50).

Em diálogos com os produtores, nas inter-relações entre compra e venda com alguns dos assentados da comunidade Afatam, acerca das dificuldades e ausências de produtividade, muitos deles apresentam diversas justificativas de improdutividade:

a) a terra é fraca, “cega” (ENT-5, 74 anos); baixa fertilidade do solo (Costa et al, 2015, p. 99) pobre (ENT-21, 63 anos), pousio²² longo (Castro, et al., 2015, p. 331) etc. fato também confirmado pelo engenheiro ambiental do IDAM (Apêndice E). No Tarumã Mirim, O tempo médio do pousio é de 2,3 anos. “*Si num pricisasse deixá a terra parada tanto tempo, em média dois anos, seria até mió, sabe?, Mas a terra num guenta produzir direto. Temos qui dá o tempo dela reviver dinovo*” (ENT-1, 42 anos); “Quando a terra tá cansada, temos *qui dá o tempo pra ela discansá*”; “Se esperar somente produzir... produzir... produzir... chega um tempo que a terra pede arrego. Então é ir alternando cultura, mas chega um tempo que ela precisa descansar.

²¹ No Tarumã Mirim, a área varia entre 1 a 4 hectare, por estar classificada como pequena propriedade. Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em: Minifúndio (imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal; Pequena Propriedade (entre 1e 4 módulos fiscais); Média Propriedade (superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais); e Grande Propriedade (o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais. Fonte: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>

²² Técnica necessária para recompor a cobertura vegetal (Castro et al, 2015). Prática de interrupção temporária de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais, por no máximo cinco anos, para possibilitar a recuperação da capacidade de uso ou da estrutura física do solo. Fonte: <http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1326>

Geralmente um ano e meio é suficiente” (ENT-35, 53 anos). Porém, para todas essas justificativas, há programas ofertados por órgãos governamentais que orientam acerca da correção do solo (IDAM);

b) ao contestarem sobre as dificuldades do escoamento da produção pela precariedade das vicinais, há órgão governamental responsável pelo escoamento da produção (ADS), com logísticas e comercializações apropriadas;

c) ao retrucarem que desconhecem técnicas específicas para suas criações de animais, há cursos de capacitação executados pelo IDESAM, (conforme acompanhei seus trabalhos de campo em diversas comunidades do Tarumã Mirim), para os criatórios de peixes há as orientações advindas do INPA, para as técnicas de correções de solo, plantios, há também a EMBRAPA, etc. Todos são órgãos preparados para ministrarem cursos e propiciarem capacitações ao manuseio da terra, fazer acompanhamentos e direcionamentos visando uma boa produtividade;

d) quando retrucam sobre a insuficiência financeira para investirem na terra, há órgãos governamentais, a juros mínimos, para subsidiar os projetos e dela rentabilizar a produção, que é o caso do PRONAF, em apoio ao Plano Safra, lançados pelo governo federal;

e) quando alegam das dificuldades em obterem norteamentos e acessos aos benefícios específicos, há as associações ou cooperativas das comunidades que simbolizam esse papel representativo interligando os assentados aos benefícios oferecidos, envolvendo os indivíduos em relações estabelecidas com o Estado.

Para cada contestação, há uma solução, porém sabemos também das lacunas existentes entre a teoria e prática, em que são observados os limites entre a utopia com a realidade de fato, nesse marco entre o Brasil Ideal e o Brasil Real, no universo da agricultura familiar, com maiores explicações na Seção 4.

Mas também não podemos ignorar que o Amazonas não possui tradição de culturas agrícolas em grande escala. A falta de tradição agrícola do amazonense também é apontada por Bezerra²³ (2010, p. 305) como solos precários (exceto várzea), baixo nível de desmatamento do estado. Bezerra (op.cit.) também cita que nós saltamos da coleta da castanha para a fabricação de TV de plasma, sem passar pelo processo de produção agrícola, indispensável a qualquer economia.

²³ Eron Bezerra, doutor em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela UFAM, secretário de produção rural do Amazonas frente à SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural.

Grandes paradoxos se apresentam nesse contexto, a exemplificar: o Amazonas é um grande produtor de pescado, em torno de 200 mil toneladas anuais, essencialmente da pesca extrativa, devido a abundância de água (BEZERRA, 2010, p. 318), porém, para o Pro-Safra 2015 destinados aos agricultores rurais do Tarumã Mirim, a piscicultura não foi contemplada com os subsídios do governo, conforme explanado em reunião do dia 25/09/2015 dentro do próprio assentamento, com diversas representações governamentais naquele momento: INCRA, IDAM, IDESAM, Agência de Fomento do Amazonas (AFEAM) e Secretaria do Estado de Produção Rural (SEPROR). Tal lançamento foi registrado em ata da Associação dos Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar do Ramal Afatam, universo desta pesquisa, à qual também tive acesso e possibilidades de confirmações em diversos momentos.

3.3 A voz que fala e as vozes que se calam: a transubstanciação

Associação de moradores é o espaço jurídico que nasce da consciência e do desejo de uma coletividade, em construir uma representatividade simbólica e com força política, visando unir interesses em prol de melhorias na qualidade de vida dos associados. Em conformidade com a disposição do artigo 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2.002, “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Com estas características, os assentados da agricultura familiar são pessoas físicas que, reunidos em um espaço geográfico comum, transferem o poder das suas “vozes” a um corpo constituído juridicamente, denominado associação (ou cooperativa), contendo normas regidas através dos seus estatutos, podendo ser alterado ou extinto, conforme determinações nas assembleias gerais.

Essas associações têm a função primordial de representar os assentados perante os órgãos governamentais, atestar veridades no que concerne aos fatos e atos ocorridos dos domínios limítrofes de suas demarcações, ouvir e expor as pretensões através de ajuntamentos ordinários e extraordinários, denominado reuniões. A figura jurídica da associação é elemento essencial nos assentamentos rurais, pois sem ela, os beneficiários da terra não têm representatividade que reconheça as veridades nas ações e nas necessidades perante diversas instituições. Nesse sentido, eles se transubstanciam de várias pessoas físicas em uma pessoa jurídica, com vez e voz para os representarem.

A comunidade pesquisada possui a sua representatividade jurídica através da Associação dos Assentados, Moradores e Trabalhadores na Agricultura Familiar da Comunidade Afatam e foi fundada em 13 de setembro de 1997. As eleições ocorrem a cada quatro anos, para elegerem os seus representantes legais (ou antecipadamente, quando a

representatividade não enceta o desejo comunitário), podendo ser, ou não, de acordo com a vontade democrática, reeleitos por mais um período idêntico.

No período da pesquisa de campo, tivemos acesso aos livros de ata da associação do Afatam desde 02 de maio de 2004, até a última reunião acompanhada ao final da pesquisa de campo. Nessas atas foi possível constatar a necessidade das representações, pois os assentamentos rurais possuem as suas especificidades, em que se tornam imprescindíveis as representações simbólicas, para manifestarem as reivindicações e afins.

A referida comunidade consta nos registros da associação 119 associados, de um total de 85 sítios (conforme Ata p. 36, atualizada dia 01/02/2015), denominados lotes, com áreas diversificadas, de até quatro módulos fiscais (cada módulo corresponde a um hectare). Tal fato inicialmente nos causou estranheza, quando observamos a disparidade entre a quantidade de lotes existentes (85) e a quantidade de associados (119), fato este que nos foi esclarecido pelo intermediador da pesquisa, porque em diversos lotes residem mais de uma família, que esporadicamente necessitam atestarem veracidades, requerer direitos, reivindicar assistências.

Observamos que os pedidos destinados ao INSS para auxílio-doença, aposentadorias por idade ou invalidez, auxílio maternidade, etc. só se concretizam com a intermediação da associação, tendo como documentação de veracidade as assinaturas dos solicitantes em atas e as declarações expedidas pela associação, atestando a realidade dos fatos mencionados.

Pedidos para apropriação a novos assentados, para lotes em que se encontram em situação de vacância também são procedidos através da associação, protocolados diretamente ao INCRA e não individualmente pelo interessado. Nos períodos em que tivemos acesso às atas, não localizamos nenhum pedido de retomada dos lotes devido a irregularidades que contrariassem as normatizações do órgão gestor, apesar de existirem diversos lotes com uso inadequado ao que preconiza o Estatuto da Terra.

A representação simbólica que empodera a associação só se constituiu a partir do ato da eleição. A associação, personificada em um corpo jurídico, possui a magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe. Essa personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, faz sair do estado de indivíduos separados, individuais, que agrupados, elegeram a alguns, transmutando para um único corpo, a sua representação.

O corpo eleito (associação) se constitui de diversos elementos, através dos membros que formam a unidade jurídica. Esse corpo jurídico é representado por assentados e moradores da comunidade que, individualmente, são pessoas físicas, porém, na sua coletividade, através do processo de transubstanciação (eleito por voto, modificando a situação de física para jurídica) tornam-se um único elemento, a representar a comunidade.

Bourdieu (1989, p. 158) esclarece que o mistério do mistério é um desses casos de magia social em que uma casa, uma pessoa, um endereço, uma sede, se torna uma coisa diferente daquilo que ela é: um homem, na pessoa do presidente da associação ou similar por ele determinado, que pode identificar-se e ser identificado como um conjunto de homens, os assentados.

O campo político, gerado a partir da escolha do representante da associação, que se denomina “presidente”, é o ponto convergente do monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade daqueles que o elegeu. O porta-voz – a associação – apropria-se não só da palavra do grupo dos assentados, ou melhor, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui de prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político.

A força das ideias que o processo de transubstanciação mede-se não como um terreno da ciência (Bourdieu, 1989, p. 185), pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência do desmentido. Ele, um corpo (jurídico), emite a voz que representam “as vozes”, o pensamento coletivo originado do desejo individual de cada um, que juntos, formam o “todo”, que emite voz, originado daqueles que falam e daqueles que emudecem.

O capital político, esse processo de transmutação de poder, é uma forma de capital simbólico, um crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes (os assentados) conferem a uma pessoa (a associação) os próprios poderes que eles lhes reconhecem, e que eles lhes transferiram, no momento em que os elegeram, como membros (ou o elegeu, como pessoa jurídica).

Esse processo decorre “pelo fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente”, quer seja nos órgãos públicos, quer seja perante outras representatividades civis, “fazendo-as existir como sendo dignas de existir, evidenciando assim ‘poder quase mágico das palavras’ de influir sobre as percepções da realidade” (BOURDIEU, 1989, p. 111).

Esse poder, o simbólico, é um poder que o grupo dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, pondo nele a sua confiança. Porém o “poder mágico das palavras” tanto procede ao apossamento da representatividade, quanto ao seu desligamento, quando essa “magia” não possui o poder do convencimento ou a força da representatividade esperada.

Ele (o poder) só existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (Bourdieu, 1989, p. 157-188). Sem a crença da sua existência, a associação não existiria, porque o capital simbólico perderia a sua força e a sua legitimidade. O mistério do processo de transformação (ou transubstanciação) de várias pessoas físicas que se transforma em uma pessoa jurídica, faz com que o porta-voz eleito se torne no grupo que ele representa, o canal de voz, o portador, a representação simbólica personificado, a força do processo da expressão.

3.3.1 As reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões ordinárias, aberta a todos (associados ou não), possui a periodicidade mensal, e, nas nossas observações participantes, nos seis meses em que acompanhamos as diligências da associação da comunidade Afatam, elas ocorreram na sua regularidade normal, com o corpo jurídico eleito. Nelas, conforme constatamos, não somente as “vozes” se manifestavam. O silêncio também se constituía poder de legitimação nesse processo, quando as decisões eram tomadas em assembleias, e, apesar de diversos associados não se encontrarem presentes, era como se os estivessem, haja vista que a associação representava (e representa) tanto os presentes quanto os ausentes no que concerne às suas funções administrativas, políticas e sociais. Ali, as decisões eram tomadas e as delegações atribuídas aos membros da associação que se repercutiam não só sobre aqueles presentes, mas também a todos aqueles que não compareceram nos ajuntamentos.

Observamos que, à medida em que as reuniões transcorriam e as discussões se desenvolviam, a cada tópico discutido e aprovado através do processo democrático da maioria presente, as delegações se processavam, confirmando que tanto os presentes, com “suas vozes” quanto os ausentes “com seus silêncios”, empossavam os membros da associação a lhes representar nas ações propostas. Naqueles intervalos de tempo em que observamos as transubstanciações, as discursões abrangiam diversos tópicos, sendo os essenciais e prioritários a recuperação das vicinais.

Em diversas oportunidades presenciamos resultados concretos desse processo, tais como a aprovação da recuperação das vicinais da comunidade, em que o apelo proveniente da associação representou o desejo da coletividade; a substituição da ponte, que também foi conquista de muitos, através do canal de voz legitimamente representado; os acompanhamentos ao INCRA, na pessoa do presidente da associação com diversos assentados, em reivindicações pertinentes; as solicitações ao IDAM e IDESAM, em pedidos que atendessem à comunidade, relacionados a projetos ou cursos de capacitações; na Eletrobrás Amazonas Energia nas

solicitações de benefícios relacionados ao Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos); etc. Em todas as manifestações o processo de transubstanciação se encontrava presente, porque a “pessoa física” necessitava da figura da “pessoa jurídica” para ser representada. Nem todas as reivindicações foram atendidas, mas “a voz” se tornou “audível” onde se tornou necessária, nos pedidos encetados.

Existem, e também acompanhei, as reuniões extraordinárias. Elas geralmente são “fechadas”, destinadas somente ao corpo jurídico dos membros eleito na sua constituição estatutária. Possui a periodicidade bimestral, no intuito de deliberarem sobre as diversas tomadas de decisões no que concerne à comunidade. Em determinação no estatuto, as reuniões extraordinárias poderão ser suprimidas se não houver pautas que as justifiquem. Porém, nos seis meses em que acompanhamos esse processo de transubstanciação, em todos os períodos determinados elas ocorreram. Os fatos de caráter urgente e relevante também demandam reuniões extraordinárias, inclusive houve a ocorrência de uma reunião de caráter extraordinário por motivo urgente e relevante, quando do óbito de um dos moradores, filho da ENT-12 e esposo da TRU-4, vítima de acidente com os trabalhos de motosserra, o que decorreu da queda de uma árvore sobre seu corpo, vindo a vitimá-lo tragicamente.

Esses tipos de acidentes (não com tamanha gravidade), ocorrem com frequência na comunidade e no assentamento, segundo relatos do intermediador, devido ao uso de motosserra sem o preparo adequado daqueles que as utilizam. Bezerra, (2010) também confirma que essas ocorrências em ambientes rurais não são casos isolados.

3.4 Desfecho conclusivo da seção

Nas análises do exposto nesta seção, verificamos que, em conformidade com as normatizações existentes, o Brasil Ideal é composto por soluções práticas, eficientes, capazes de contribuir com a produtividade e subsistência dos assentados do Tarumã Mirim.

Existem os órgãos institucionais para tal, projetos são elaborados, capacitações são ofertadas, recursos financeiros são disponibilizados a partir de dotações orçamentárias, porém, em algum momento dessa trajetória, há o entrave para a concretização ao esperado, apesar da importância da agricultura familiar no âmbito social.

Os assentados, pela simplicidade do existir, e pelo desconhecimento das práticas a lhes subsidiar nas suas relações com os órgãos gestores e norteadores, e pela inacessibilidade aos subsídios que compõem o rol dos aparatos para os assentados rurais, têm ao seu alcance a

existência das associações ou cooperativas, que visam encurtar as distâncias burocráticas entre Estado e assentado.

Nesse aspecto, o papel das associações, em sua representatividade jurídica, deveria atuar com mais ênfase, no intuito de inibir as práticas inadequadas dos assentados, como, por exemplo, as negociações dos seus lotes (totais ou parciais); de solicitar maiores empenhos aos órgãos governamentais; de buscar romper esse abismo entre instituição e associados, onde a caneta e a enxada se antagonizam, ao invés de se tornarem complementares.

Porém, o conformismo observado na pesquisa de campo em algumas associações, e a autopreservação devido a represálias por parte de alguns associados insatisfeitos, instigam a que tudo permaneça inalterado, porque mudanças exigem riscos, lutas, desconfortos. Melhorias não ocorrerão, se também comportamentos não se adequarem e vontade política não superar o comodismo institucional.

4 HORIZONTE PARALELO: UM MUNDO À PARTE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Para conhecer um assentamento rural, nos aspectos da agricultura familiar, nos instigamos a “vivenciarmos”, quer seja empiricamente, quer seja nas teorias, esse “mundo paralelo”, que são as “vivências” que distam do cotidiano urbano, sem internet, cinema, praças, parques, centros de compras. Transitar entre teoria e prática, entre mundo teórico e empírico, ampliou nossos conceitos, favorecendo um melhor entendimento entre o Brasil Ideal e o Brasil Real, com as suas contradições, especificidades, peculiaridades, necessidades, mas também a sua beleza, suas tradições, culturas e memórias.

4.1 Cultura, memória e historicidade da comunidade Afatam

Apesar da proximidade com a zona urbana, o Tarumã Mirim é formado por comunidades com costumes interioranos, tais como os puxiruns, as benzeções, a subsistência produzida na terra (legumes, verduras, tubérculos, frutos) ou na água (peixes), o lazer vivenciado sem o auxílio do poder público e as complementações financeiras dependentes de auxílios assistenciais governamentais, como é o caso de diversas famílias.

Definir cultura, conforme Canedo (2009) é complexo, pois evoca interesses multidisciplinares, sendo estudada em áreas como sociologia, antropologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras. Em cada uma dessas áreas, a cultura é trabalhada a partir de distintos enfoques e usos. Tal posicionamento nos remete ao próprio caráter transversal da cultura, que perpassa diferentes campos da vida cotidiana.

Em conformidade com Cucho (2002, p. 203), há algumas décadas, a cultura tende a suplantar outros termos mais usados anteriormente, como "mentalidade", "espírito", "tradição" e até "ideologia". Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, da arte, mas não somente desta maneira (idem, p. 45).

De acordo com o Silva e Silva (2009, p. 85) “cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica”.

Dentre a cultura, insere-se a tradição. No âmbito da etnografia, a tradição revela um conjunto de costumes, crenças, práticas, doutrinas, leis, que são transmitidos de geração em geração e que permitem a continuidade de uma cultura ou de um sistema social. Transmitidos

para pessoas de uma comunidade, os elementos passam a fazer parte da cultura e, inseridos na tradição, estão os costumes, que são as práticas comuns aos membros de um grupo social, com os hábitos, a maneira de pensar ou de se comportar própria de uma pessoa ou sociedade, de forma generalizada e prolongada.

Esses comportamentos resultam numa certa convicção de obrigatoriedade, de acordo com cada sociedade e cultura específica. Guerreiro (2009, p. 25-26) nos esclarece que, “se o código genético não define o nosso comportamento, é necessária a cultura para nos orientar e dizer como devemos nos comportar”, quer seja no relacionamento com a natureza, através de técnicas e ferramentas específicas, ou entre seus integrantes, por meio de linguagens distintas, ou ainda com o mundo do imaginário, através de mitologias próprias.

Esses códigos e normas, além de simbolizarem as culturas entre os povos, formam também as configurações, que interligam os seres humanos, determinando as suas condutas e os seus relacionamentos (ELIAS, 2011), normatizando as suas maneiras de se comportar. Toda cultura deve ser vista como uma maneira possível de os homens se organizarem e transformarem o meio em que vivem (PASSADOR, 2009, p. 29-31), buscando adaptações que se adequem às suas realidades e às suas crenças, formando histórias que se complementem ou se diferenciem, dependendo do contexto.

Geertz (2008) complementa que a cultura é composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupo de indivíduos guiam seu comportamento. A cultura é pública porque o significado o é, pois estão intrinsecamente inseridos nas falas, no agir, na vivência comunitária, apresentando-se tanto no trabalho, quanto no lazer. Essas adequações marcam o seu habitat, com as suas peculiaridades e as suas especificidades, porque cada comunidade possui a sua história, seus hábitos e a sua memória.

A comunidade Afatam, por ser constituída de migrantes procedentes de diversas áreas geográficas brasileiras, formando uma miscelânea de migrantes de todas as regiões brasileiras, mas também possui sua história, e seus constituintes nos contaram suas memórias, nos mostraram seus costumes, suas adequações frente às misturas culturais existentes.

4.1.1 As especificidades do Tarumã Mirim

As especificidades (qualidade própria, peculiar) constituem o âmago da comunidade Afatam e do assentamento Tarumã Mirim, tal qual a historicidade local, com seus “causos”, suas histórias, seus ritmos, tradições e costumes miscigenando entre rural e urbano (devido à

proximidade à metrópole). Memórias se tornam pertinentes, para o entendimento e conhecimento daquele ambiente pesquisado:

a) macabros e benesses, entre as desovas, as caveiras e as onças. Fato no mínimo curioso e assustador nos desperta a atenção, e também nos remetem aos “causos de assombração” da nossa infância. Porém, não são estórias de caçador ou pescador. São reais. Antes, porém, creio ser interessante mencionar que, dentre os diversos ramais²⁴ existentes no Tarumã Mirim, dois deles possuem apelidos macabros: o “ramal da desova” e o “ramal da caveira”. O “ramal da desova” é o tradicionalmente conhecido Ramal do Pau-rosa. Possui este apelido porque constantemente estão “desovando” cadáveres nele. Em virtude do fácil acesso (é asfaltado) e os moradores têm preferência em construir suas residências próximas ao ramal, devido à facilidade em pegar os ônibus que por lá fazem linhas, como o 901 (linha Manaus Pau-rosa), ônibus da Cooperativa (comumente mencionado como caverão da cooperativa), tão logo os cadáveres são “desovados”, detectam-se rapidamente pelos moradores, e não chegam nem a se decompor totalmente. Em contrapartida, o “ramal da caveira” trata-se de vicinal “de chão batido”, com pouca movimentação, onde os moradores procuram construir suas moradias próximas aos igarapés, (pela praticidade dos banhos) e não próximo ao ramal (onde geralmente ocorrem os abandonos dos cadáveres), por isso os cadáveres lá “depositados” demoram mais para serem detectados. Em muitos casos, quando vêm a ser localizados, os mesmos já se encontram em avançado estado de putrefação, assimilando-se mais a “caveiras”, o que originou o apelido citado;

b) Interligando esse fato a outro, nos lotes ao final comunidade Afatam, há ainda espaços constituídos de mata virgem, onde há existência de onças, às quais estão constantemente comendo os cachorros dos sítios adjacentes (três cães da ENT-2; dois do ENT-35; um do ENT-1; um do ENT-9; dois do ENT-11, etc., segundo seus relatos). Esses dois fatos se interligam, e se transformam em lendas rurais, metamorfoseando-se em aspectos de segurança local. Quando alguns visitantes tomam conhecimento desses dois fatos (cadáveres e onças), geralmente exclamam: “Que lugar perigoso!”, os moradores contestam:

- Esse é o lugar mais seguro do mundo. Os *cadávis* que jogam aqui, foram assassinados *im* Manaus – *intão* a violência *tá* lá [na cidade], e não aqui. E *cum* relação às onça, eu *drumo cum* a casa aberta, e *num* tenho medo de *nium* (nenhum) ladrão transitando por aqui à noite. Eles [os ladrões] *sabe qui* aqui têm onça, e se mantém longe da minha casa (ENT-6, 37 anos).

²⁴ Ramal do Pau-rosa, e outros, que não cito os nomes aqui, para não gerar indicativo específico da comunidade pesquisada.

Esses, bem como os diversos outros fatos narrados neste trabalho, marcam a historicidades do Tarumã Mirim, nos seus aspectos peculiares, nas miscelâneas entre os problemas urbanos e as especificidades da zona rural, sempre nos instigando aos aprofundamentos das contradições e complementariedades existentes naquele ambiente rural.

4.1.2 Alimentação e regionalismo: diversidade no prato

A identidade de um povo se dá, em diversos parâmetros, por sua língua, costumes e cultura alimentar. A diversidade alimentar em nosso país delimita de forma predominante as regiões, diferenciando-as, formando características tão díspares entre sul, sudeste, norte, nordeste e centro oeste. Essas práticas alimentares identificam o seu povo, tornando-se um símbolo cultural regionalizado.

Conforme cita DaMatta (1998, p. 55), cada região desenvolveu a sua cultura alimentar, fundamentada na sua produtividade local e nas suas preferências alimentares, como as heranças adquiridas da miscigenação de seus povos. Ele relata que “a comida é algo que define um domínio e põe as coisas em foco. Assim, a comida é correspondente ao antigo de-comer, e refere a algo costumeiro e sadio, estabelece uma identidade, definindo, por isso mesmo, um grupo, classe ou pessoa”. Nessa definição de domínio, dois alimentos não se regionalizam, pois são predominantemente essenciais na cultura alimentar do povo brasileiro, independente da região: o arroz e o feijão.

Na região norte, além dessa “dupla do bem”, a mandioca é também o alimento bastante apreciado, em suas diversas formas. No Amazonas, devido a abundância de rios e igarapés, o consumo de peixe também é muito apreciado, e confirmado pela matéria publicada no Diário do Amazonas em 05 de junho de 2013, sobre a preferência alimentar da população. “Enquanto a média nacional de consumo do produto é de 9 quilos ao ano por habitante, no Amazonas a média atinge 180 quilos por pessoa, e supera o recomendado pela Organização Mundial e saúde, que é de 45 quilos por ano”. Estas afirmações se confirmam ao acompanhar a rotina cabocla, os seus costumes alimentares, à permanência nas preferências por peixes e farinhas.

Vale ressaltar que as “regionalizações alimentares” se mesclam no Tarumã Mirim, devido às origens diferenciadas dos seus povos, quer sejam procedentes do nordeste, sudeste, etc. Procurei observar detalhadamente o hábito alimentar dos assentados. No desjejum, a mandioca, o café preto, a farofa de ovo, a pupunha cozida e o tucumã cru, em fatias, formam os componentes alimentares assíduos no cardápio dos moradores, dependendo da época do ano.

Essa diversidade alimentar foi observada também em um estudo sobre a cultura caboclo-ribeirinha, por Fraxe (2004, p. 183), “O exotismo, o mistério, o diferente, são traduzidos nos cardápios fartos, de sabores próprios, acrescentando sobre a caça e a pesca as carnes de gado bovino, caprino e suíno; farofa, pirões [...]”. Observei também o consumo do cuscuz, denominado “quarentão”, que consiste em cozinhar, feito uma “papa”, o floco de milho.

Os hábitos alimentares matinais, no assentamento Tarumã Mirim diferencia-se do tradicional “café com pão”; é substituído pela tapiquinha, feita da goma da macaxeira, ou pela farofa de ovo. Em diálogos com o ENT-30, dono de uma granja local, por eu ter percebido a incidência de moradores nas vicinais com cartelas de ovos nas cercanias da granja, quando lhe inquirei sobre o fato, ele me esclareceu:

- Quando a ração do galinhame está com deficiência de cálcio, as galinhas costumam bicar os ovos. Pra não se perder, eu coloco a cartela com 30 ovos à venda pra comunidade, a um preço de R\$ 5,00. Então a freguesia é certa. Tomamos o cuidado de colocar à venda só os ovos em que a casquinha está danificada, mas película interna está intacta, estando o ovo preservado. O ovo é um alimento completo, saboroso, e, como tem que ser um consumo rápido. Quando fazemos a correção do cálcio, e elas param de bicar os ovos, aí eu mantenho mesmo assim um preço mais acessível dos ovos aqui, pra manter a clientela fidelizada (ENT-30, 53 anos).

Nas refeições principais, o feijão é cozido com complementos tais como: bucho, ossada, verduras. Denominam-no “feijão-com-tudo-dentro”. O consumo do macarrão espaguete encontra-se presente diariamente, cozido e afogado no alho, sal e coloral, extraído do urucum (*Bixa orellana* L). O colorífico açafrão (*Cucuma longa* L) foi pouco percebido na cultura alimentar local.

O arroz, na maioria dos lares em que acompanhei o preparo alimentar e na “trupe da boia”, é despejado na panela quando a água está fervendo, temperado com alho e óleo, e não refogado no óleo quente. Frango, da produção local, geralmente comprados da “granja de corte”²⁵ dos ENT-09 e ENT-10 ou dos galinheiros²⁶ das ENT-14 e ENT-18 ou do ENT-52. Quando os recursos para a compra de alimentos encontram-se reduzido, os assentados compram o frango congelado²⁷, mais barato, no comércio do ENT-48.

²⁵ As granjas no assentamento se dividem em “granja poedeira”, para a comercialização de ovos, e a “granja de corte”, para a venda dos frangos, vivos ou abatidos.

²⁶ Diferenciamos granja (instalações de maior porte) e galinheiro (instalações de menor porte).

²⁷ Frango não abatido na hora, porém comprado em caixa, nos atacadistas de Manaus, e abastecido o pequeno comércio (bodega) do assentamento.

-O gosto *num* é o mesmo, porque a criação da ave também é mais rápida, com muita ração, e elas ficam *tufadas cum* tanto hormônio. *Num* é tão gostosa quanto aquelas que a gente cria no quintal, ou aquelas que são criadas no sistema de cercados aqui, que comem capim, grama, e *bichim* que passam por perto delas, mas dá pro gasto, né? (ENT-60, 72 anos).

- Pra mim cumê esses frango congelado, é mermo qui cumê capim, num tem gosto de nadinha. A carne é mole, mal a gente põe no fogo e a bicha já se desmancha toda. Credo! Aqui em casa a gente só come dessas quando o dinheiro tá curto pra *comprá* do bom *mermo*, daquele de carne dura, roxa, com gosto de galinha da roça, da boa (ENT-34, 77 anos).

Os peixes são comprados em qualquer dos 23 criatórios existentes na comunidade, sendo os mais procurados a Matrinchã (*Brycon cephalus*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*) e o jaraqui (*Semaprochilodus theraponura*), nos diversos tanques escavados.



Figura 3 – Viveiro de peixe no lote do ENT-42
FONTE: Pesquisa de campo

Tomei conhecimento através de informações da ENT-1, ENT-2, ENT-13 e na trupe da boia, o consumo de caldo de piranha para “curar ressaca”, principalmente à beira dos igarapés, onde o mergulho após a ingestão do caldo propicia bem estar ao corpo.

O almoço na comunidade geralmente ocorre às 11 h, ou no máximo até ao meio dia, porque os assentados cedo vão à lida, e também devido ao sol escaldante após esse horário, sendo preferível ficar em casa até a temperatura amenizar-se. Comumente retornam ao trabalho após às 15 h, porém antes apreciam o suco do cupuaçu, o açai (com tapioca), a bacaba, muito comum na comunidade.

Encerram suas atividades no campo, na granja ou no tanque de peixe antes que escureça, devido à exaustão física provocada pelo trabalho braçal, bem como ao cuidado com os répteis peçonhentos, onças ou os mosquitos vetores de doenças, tais como a malária e a leishmaniose, comuns, não só na comunidade, mas em toda a extensão do Tarumã Mirim. Ao inquirir a alguns trabalhadores sobre o jantar, as falas foram bem parecidas entre eles:

- Nossa janta é bem reforçada, pra dar *sustança*. *Nóis trabaia* duro o dia inteiro, de noite o corpo *tá pidindo* um *di-cumê* forte, *sinão* num aguenta o tranco do dia seguinte. Intão a véia faz uns cuzidão, qui quando cai no bucho a gente senti qui cumeu. Esse negócio de *cumê* papinha é pra *minino*... Trabaia dô tem *qui cumê é cumida* forte. Aí sim, dá pra aguentar o tranco (ENT-5).

Perguntei a alguns se, após o jantar, se eles costumam cear antes de dormir. Uns não souberam o significado de ceia. Aos seguintes em que perguntei, falei sobre lanche da noite, e não ceia. A maioria me informou que “comem umas bolachinhas de motor²⁸”, outros me informaram que dormem cedo, então não precisam “ficar beliscando” antes do repouso noturno.

O ENT-54 me falou que depois do jantar não come mais nada, com receio de uma “constipação”²⁹, que é a alteração do trânsito intestinal, gerando prisão de ventre, distensão abdominal, flatulência, interferindo inclusive na qualidade do sono. Posteriormente percebi também outros anciãos preocupados com esta mesma ação decorrente da “alimentação pesada” tarde da noite.

4.1.3 A técnica da fé

A reunião de pessoas formam comunidades, as quais desenvolvem e formam culturas. Essas comunidades são formadas por pessoas e lugares, culturas e memórias que formam as raízes de um povo, através dos seus hábitos e comportamentos. Na comunidade Afatam são

²⁸ Biscoito Cream Cracker fabricados em Manaus (Rainha ou Modelo), servidos aos passageiros nas viagens nos barcos que trafegam por longas distâncias.

²⁹ Referindo-se ao mal-estar, tais como pesadelos ou sono agitado.

muito arraigadas as práticas das benzeções e “puxações”, exercidas pela DIV-4, 63 anos. Mulher simpática e gentil, ela reside há mais de 30 anos na comunidade, citada por muitos como uma “mulher de mãos mágicas e coração de ouro”.

Conheci-a desde 2009, quando eu realizava outros trabalhos naquele assentamento. Sua vivência solidária e voluntária abrange quatro contextos específicos, da cultura local: no conhecimento dos remédios caseiros; no ofício de parteira; na prática das benzeções e na técnica de puxação, demonstrando, nesses âmbitos, conhecimento, disponibilidade, solidariedade e fé.

Naquela época (2009) muito solicitada para os serviços de parteira, hoje mais pela prática das benzeções e pela técnica da puxação. Em diversos diálogos, refiro-me às suas práticas como “a técnica da fé”, definições que lhe provoca risos e traços de timidez. Nas adequações entre ciência e empirismo, alocamos as qualidades da DIV-4 entre práticas adquiridas e congênitas.

As adquiridas vieram da repetição (para a sua prática de “puxadeira” e parteira) e parte congênita das benzeções contra quebranto, mau olhado e arca-caída, haja vista que desde “menininha”, segundo suas palavras, já haviam percebido o seu dom.

Para assimilarmos técnica e fé, conceitualmente denominamos de “técnica” os saberes de ordem prática ou de procedimentos para a execução de um ato, com a utilização de destreza manual ou intelectual, geralmente aperfeiçoada com a repetição ou a inserção de novos métodos, buscando um determinado resultado.

Fé, no catolicismo, é a primeira das três virtudes teológicas (Fé; Esperança; Caridade). Ela deriva do latim *Fides*, que quer dizer confiança, crença, promessa. Através da fé os cristãos creem em Deus, nas suas verdades reveladas, reforçando a sua crença em algo que não se pode ver, tocar, mas pode sentir, pressentir.

Quando se interliga técnica e fé, as crenças se fortalecem, intensificando as tradições de um povo, ultrapassando as barreiras do tempo, permanecendo ainda como prática comum entre eles. Para cada um dos males, físicos ou espirituais, há orações diferenciadas e técnicas específicas. Nas comunidades rurais, essa busca da cura para os males do corpo e da alma advém tanto das crenças e tradições repassadas de pais para filhos, quanto da escassez da oferta de médicos. Neste trabalho, procuramos ressaltar a importância desta cultura, buscando registrar etnograficamente, evitando que se perca a sua sistematização, suplantada pela modernidade ou pelos ajustes culturais e sociais.

A oração, considerada como um elemento fundamental para a manutenção do acesso ao universo das coisas e seres sagrados é revelada como chave para a compreensão de dinâmicas de pertencimento, pelo qual corpo, linguagem e sentidos constituem-se como elementos de

uma totalidade produtora de orações e de situações que conduzem a experiências místicas (PEREIRA, 2009).

Isto nos instiga a pensar sobre o que acontece quando alguém invoca um ser sagrado. O raciocínio socioantropológico nos responderia que se dá a mobilização de uma série de significados e práticas que são socialmente concebidos como eficazes na interação com os seres aos quais são atribuídos características e poderes não humanos. Ao levarmos em consideração também os efeitos dessa invocação na relação que se forma entre a pessoa que profere algumas palavras e executa determinadas ações e o ser a quem essas palavras e ações se destinam, percebemos uma interação imaterial entre ambos, onde a fé predomina.

Em conformidade com Schweickardt (2002), a reza praticada pelos rezadores é magia, sendo ela uma prática comum no Brasil, no entendimento de que palavras e gestos irão interferir no processo natural das coisas, porque há uma relação entre fatos distintos que aparentemente não tem nenhuma relação, mas que a magia os põe em relação, unindo fé, reza e magia.

Mauss (1974, p.168) é categórico quando diz: “Não é mágico quem quer: há qualidades cuja posse distingue o mágico do comum dos homens. Uma são adquiridas, outras são congênitas; há as que lhe são atribuídas e outras que ele possui efetivamente”. Hoffmann-Horochovski, (2012, p. 128) nos esclarece que as benzeções são atividades antigas na sociedade e costumam serem associadas à religião católica, fato também relato por Baldino et al. (2015, p. 398).

Em todos os rituais de benzeções, existe relação com a igreja católica, sendo a benzedeira “uma mulher de fé”. Esse empoderamento, advindo da religião católica, é um dos elementos essenciais que instiga a força do ato. Transmitida de geração a geração ou recebida como um “dom divino”, o caráter sagrado das benzeções é evidenciado no gestual e/ou nas rezas das benzedeadas que visam curar doenças do corpo e do espírito.

Tais rituais de cura possibilitam formas de sociabilidade e interação entre os membros do grupo social, ainda que em determinados espaços geográficos torna-se cada vez menos comum. A urbanização, o avanço tecnológico, a universalização da saúde, o ingresso e permanência no mercado de trabalho, conforme explana Hoffmann-Horochovski (2012, p. 129), o crescimento de religiões evangélicas (que geralmente condenam essa prática) contribui para atenuar essa tradição, e, quanto mais os costumes urbanos adentram nas áreas rurais, mais esses costumes tendem a desaparecer, sendo que, muitas vezes, sem os registros detalhados dessas práticas.

As rezas, os remédios naturais, as imersões com folhas, raízes, sementes e plantas diretamente na água quente constituem a “farmácia natural” do interior, complementadas com

uma “boa dose” de fé, pela busca da cura e bem-estar físico e psíquico, exercidos por pessoas que carregam o “dom de curar”, e que transmitem confiança aos que os procuram.

Schweickardt (2002) esclarece que o poder adquirido para rezar (já que não são todos que rezam), é entendido como uma bênção, portanto, “não é possível nem parar de rezar, nem cobrar pelos serviços. [...]. A pessoa uma vez que recebeu o dom, tem uma obrigatoriedade moral em retribuir”. Quando falamos de rezadores, em termos ideais, temos em mente aqueles que usam da reza como meio simbólico para a cura de determinadas doenças.

Os remédios naturais também fazem parte da tradição na comunidade. A designação remédios caseiros, ou remédios naturais, possuem a sua eficácia confirmada mais pelo empirismo que pelos estudos laboratoriais, principalmente aqueles à base de plantas (fitoterapia), geralmente bastante difundidos onde a farmácia não está ao alcance de todos. No Tarumã Mirim, como em diversas outras comunidades onde houve implantação de posto de saúde, diversos costumes, tais quais os chazinhos para o alívio da dor, os óleos com seus efeitos antibióticos, as sementes para os diversos tratamentos foram substituídos pelos fármacos manipulados em laboratórios. Os remédios caseiros ainda são difundidos somente entre os mais idosos.

Matos, (2015), estudioso da realidade social amazônica, observou que, por um período longo de tempo, dado o processo de integração, os remédios caseiros foram gradativamente sendo relegados, por não constituírem-se de comprovações laboratoriais. À medida que os jovens do projeto de assentamento Tarumã Mirim não se preocupam com esses conhecimentos tradicionais, os medicamentos alopáticos vão substituindo o etnoconhecimento praticado na região. Ficam a depender do sistema de saúde do Estado.

- As *simente* do mamão, do mastruz são bons *virrifugo* pra matar *lumbrigas*. A andiroba e copaíba dão óleo *qui servi cumo* anti-inflamatório. As *fôia* (folhas) das ervas cidreiras e capim santo é um bom remédio pros *gáis* (gases) das crianças, “disarranjo” no estômago dos *grandim*, e é calmante pra todo mundo. Mas, muita gente agora, principalmente a moçada mais nova, prefere ir no *postim* (posto de saúde) e pegar lá os remédio *du quê tê o trabaio* de extrair, fazer, ou vim aqui *pegá* (DIV-4).

Essa “migração cultural” dos povos, substituindo ervas, as benzeções, os serviços de parteira, para a medicina tradicional, ofertado pelo posto de saúde do Tarumã Mirim também foi confirmado pela DIV-1, agente de saúde do projeto de assentamento Tarumã Mirim, e por outros anciões, com idades entre 70 a 77 anos (ENT-5; ENT-11; ENT-29; ENT-34, 77 anos, ENT-54, 70 anos, etc.) nas nossas entrevistas.

O ofício da parturição continua sendo praticado em diversas localidades rurais brasileiras, tendo em vista o diminuto número de médicos para atendimento da população, conforme Mesquita (2014, p. 756), porém, essa prática cultural vem-se extinguindo no Tarumã Mirim. Nesse trabalho, ao inquirir a DIV-4 sobre o seu ofício de parteira, ela me falou que “Já aparei mais de 80 crianças, mas agora são poucos os que me *prucura* pra esse *serviço*”. Ao lhe perguntar qual a sensação de ajudar o nascimento de um bebê, ela foi sucinta: “É um milagre. Todo nascimento é um milagre. É uma bênção de Deus”. Confirmou-me ela.

A cultura local vai se moldando, se modificando, instigada pela tecnologia, pelo avançar do meio urbano ao rural, tal qual o trabalho de parteira sendo substituídos pelo pré-natal e parto com acompanhamento médico no posto de saúde do assentamento Tarumã Mirim. Matos (2015, p. 219) também detectou esse fato, “as mulheres, que antes era assistida por parteiras da comunidade, agora passaram a fazer o pré-natal por agendamento de consulta médica”. As demandas pelos serviços de parteira escassearam-se, a partir da instalação do posto de saúde local, porque as gestantes procuram o acompanhamento do pré-natal pelo médico da família, e, para o parto, as parturientes deslocam-se para as maternidades em Manaus-AM.

Com relação às benzeções, a prática da reza é marcada pelo simbolismo católico, característico da realidade rural, porém também podemos observar no contexto urbano. O rezador cura através de meios simbólicos, agindo preferencialmente sobre doenças de gravidade como erisipela, mau-olhado, vermes (SCHWEICKARDT, 2002, p. 153-156), propiciando inclusive equilíbrio emocional, porque foi movido pela fé, em busca da magia que lhes leva à cura. Na 2ª entrevista com DIV-4, solicitei-lhe que falasse como começou o seu ofício de benzedeira,

- Só tenho *alembração*, *indêz* (desde) mocinha, *di qui* botavam a criança nos meus braços. Eu *cumeçava rezá* bem baxinho, *divagar*, e quando *oiava* (olhava), a criança *surria*, aí eu sabia *qui tava* fazendo a vontade de Deus. E foi acontecendo. Traziam as crianças, eu rezava a oração, e elas ficavam bem. E foi vindo criança, e eu rezando, e elas ficando boa. E foi assim que aconteceu.

Essas expressões de fé no Tarumã Mirim também são mais procuradas dentre os mais idosos, por aqueles que residem há mais tempo no assentamento e pelos católicos praticantes. Explicou-me a DIV-4 que, para os quebrantos “de fome” e quebranto “de susto”, há uma reza diferente para cada tipo de quebranto. Percebi que, entre 2009 a 2016, período em que executo trabalhos sociais e pesquisas naquela região, as benzeções são mais procuradas para crianças,

enquanto que as rezas para “arca caída” incluem também os adultos. Instiguei-lhe a falar sobre tal.

- Tem *deferença* entre *benzê* criança e *benzê* gente grande. Meu dom *maió* é *benzê* criança. Benzo também gente grande, mais é *pôco*. Reza de criança é dum jeito, a de gente grande é *dôtro* jeito. É deferente. *Purque* adulto é uma coisa, e criança é *ôtra* coisa. Gente grande é mais carregado que criança. Num dá pra fazer a mesma reza não. A arca caída de gente grande também é *deferente* de arca caída de criança.

Solicitei-lhe que me falasse quais as orações pra um e para outro, porém explicou-me que era coisa só dela, que não podia ensinar, se não fosse para alguém que também “carregasse o dom com ela”, pra praticar nas pessoas, o que nos reportou mais uma vez ao relatado por Baldino et al (2015, p. 390), ao citar que as orações não podem ser ditas aleatoriamente sob pena de perderem o efeito, e que benzer é um segredo que só pode ser revelado para quem vai aprender a missão.

O que mais me instigou na DIV-4 foi a grande procura pela sua “puxação”. Enquanto a entrevistava, toda hora alguém a procurava para “puxar”. Estalar, puxar, massagear, o tradicional “estica-e-puxa” é uma descrição sucinta da prática da puxação, para tratar e prevenir as desordens do sistema neuro-músculo-esquelético. Apesar de complicado em definir a técnica, na prática se resume em ações vigorosas, porém descomplicadas, ofertadas gratuitamente pela DIV-4. Pedi-lhe que me falasse como e quando iniciou essa técnica.

- Foi assim... Eu *cumecei* cum meu marido. Ele chegava todo *istrupiado* da roça, *intão* eu *sinti qui pudia* fazer *arguma* coisa. *Qui* eu tinha *qui fazê!* *Intão* eu *cumeçava* a *parpá* (palpar)³⁰, pra lá, pra cá, ajeitando os nervo, *sintindo* onde *tava discunjuntado*, e eu fui na pressão *mermo* botando no lugar (risos). E foi dando certo. *Dispois* fui fazendo nos *fio* (filhos), nos *vizim* (vizinhos), nos parente... Fui praticando. Aperta daqui, puxa dali, *istica* (estica), *troce* (torce)... Eu *cumecei* nos braços, pernas, ombros. O *ispinhaço* (espinha dorsal) só *dispôis di praticá* muito, *purquê* *ispinhaço* é mais *milindroso*.

- Mais *dispôis fui creditando* (acreditando) que eu *pudia* também *cunsertar ispinhaço*. *Qui* eu tinha também esse dom. Eu fui *cunhecendo* as junta, *sintindo* onde eles *si discunjuntavam*, e passei a *cunsertar o ispinhaço*, e fui praticando, e o pessoal *si sentindo mió* (melhor). Mas ninguém *mi insinó* não. *Aprindi* sozinha, só eu, Deus e os *discunjuntados* (mais risos). E nisso já *si vai pra mais de 30 anos*.

³⁰ Palpação é o ato de sentir com as mãos, que consiste na aplicação de pressão manual variável sobre a superfície do corpo com a finalidade de determinar a forma, a posição, condição dos tecidos. Fonte: http://www.quiropraxia.org.br/portal/images/abq/artigos/diretrizes_da_oms_sobre_educacao_e_seguranca_em_quiropraxia.pdf.

Perguntei-lhe se acreditava ser o seu dom uma dádiva especial que Deus lhe deu. “Creio *qui* sim. *Num* é todo mundo *qui* tem esse dom, *qui* tem jeito pra *puxá*”. Respondeu-me ela. Em um dado momento da entrevista fomos interrompidas por uma visita. Era mais uma pessoa buscando seus serviços de “puxadeira”. Observei que ela tinha um quartinho reservado para tal função. Cronometrei o tempo do trabalho: 17 minutos. Quem entrou com expressão macambúzia, alquebrada, saiu sorridente. Abraçou-a, agradeceu-lhe e foi embora. Retomamos a entrevista. Inquiri-lhe: DIV-4, observei que a senhora não cobra pelo “puxamento”. É a sua tática, o seu tempo, e não cobra nada? “Num cobro, *porque sinão* quebra o dom. Si tenho o dom, sou obrigada a ajudar as pessoas, né!”.

Tal similaridade percebemos também nos relatos da benzedeira na obra de Baldino et al (2015, p. 390), “Não há cobrança financeira, pois existe uma ordem moral de acordo com a qual não se pode cobrar sob pena de não valer o pedido ao sagrado”. Tanto para as benzeções, partos, medicamentos e puxações, não há cobrança financeira, para não “quebrar o dom”. Procurei entender sobre essa “quebra do dom”. No caso das “puxações” não é uma técnica? Perguntei-lhe.

- É, mas *num* é só técnica. *Num* é só isso. Pra *discubri* onde tá amassado, tem *qui* tê o dom. *Num* basta puxar. A gente tem *qui* ir *cunversando e aparpando* (palpando), *sintindo cum* as pontas dos dedos, vendo onde tá rasgado. O *quí* dá dor é a rasgadura. *Intão* tem *qui* saber onde tá rasgado, pra puxar e *cunsertá*. Mas sem o dom, os dedos *num* sente. *Num* *discobre* onde tá rasgado.

Fiz-lhe uma pergunta capciosa: DIV-4, e se a senhora estiver fazendo algo muito importante, por exemplo, preparando um panelão de pamonha, que não pode parar, e chegar alguém aqui à procura da sua dádiva de benzer ou “puxar”, como fica? “Aí a panela *disarranja* toda, mas eu atendo”, respondeu-me, sorrindo. Perguntei-lhe se ela sentia que esse seu dom às vezes poderia ser um peso: “Não. A bondade é a *mió* forma da gente ser *mió*. Se tem um dom e não se serve dele pra ajudar as pessoas, *disistabiliza o ispríto*”.

No transitar entre modernidade e rusticidade, na 3ª visita à DIV-4, resolvi vivenciar, e me beneficiar, da sua técnica de “puxadeira”. Entrei no “quarto da puxação”. Inicialmente benzeu-me, e depois massageou meus braços, desde os dedos das mãos aos ombros, apertando bem, fazendo semicírculos com os dedos. Várias vezes. Então ela começou a palpar a minha coluna vertebral, de cima a baixo, perguntando, sondando, rezando. Seus dedos detectavam cada pontinho de dor existente.

Nas regiões do corpo onde mais doía, ela iniciava as palpações levemente, intensificando-se à medida que prosseguia com a sua técnica. Intrigou-me profundamente sobre a suavidade onde ela “pressentia” a localidade mais dolorosa no meu corpo, antes mesmo que eu emitisse qualquer gemido de dor. Mandou-me descer da “cama de exames”, e deitar-me no chão de tábuas. Deitei-me. E começou a puxação. Eu ouvia nitidamente o som da coluna sendo reajustada ao seu lugar. Creeeeeque... Creeeeeque...

Não consegui definir, pelos seus balbucios, as palavras da oração pronunciada. Percebi que a técnica era a mesma da quiropraxia³¹. Não senti medo, porque percebia sua total segurança. E puxa braço, puxa perna, pescoço, estica, torce. Intriguei-me por ela ser tão pequenina, frágil e anciã (aproximadamente 1,40m, 45 kg, 63 anos) e possuir tanta agilidade. Ao final, senti que eu me encontrava em um corpo novo, sem as dores que me acometia quando ali cheguei.

Por mais duas vezes eu visitei aquela mulher, e, em todas as cinco visitas, não me faltaram simbologias relacionadas à fé, tais como os raminhos de arruda murchos após as benzeções, ou os vidrinhos contendo seus óleos curativos. A eficácia da sua técnica como “puxadeira”, ainda se mantém em grande procura, e, pelas diferenciações das fisionomias dos “clientes”, entre o entrar e o sair do “quartinho dos milagres”, seus “puxamentos” ainda irão perdurar por muito tempo.

Entre a magia e a técnica, a comunidade a considera “uma mulher de fé, *qui* ajuda todo mundo” (ENT-13, 33 anos); “Bondosa *dimais*, *num* tem tempo ruim pra ela, sempre disposta a *ajudá*” (TRU-15, 38 anos); “Sempre cuidou dos *mininos* daqui, dos *véio*, das *muié paridêra*, de todo mundo *qui* precisa dela, ela tá ali, firme, ajudando o povo” (ENT-54, 70 anos).

Essas afirmações constataam que DIV-4 representa parte relevante na memória e cultura local. Saí desse “mergulho cultural” transformada, porque vi, ouvi, vivenciei, senti e aprendi com aquela mulher, em que a solidariedade está acima dos seus afazeres domésticos, ou dos momentos de conforto no embalar da cadeira, à sombra das árvores do seu quintal. Sempre que alguém a procura, está apta a atender e ajudar, distribuindo solidariedade, contribuindo para o fortalecimento da memória e tradição daquela comunidade.

³¹ A quiropraxia, dentre as multiplicidades de funções, localiza e corrige um padrão primário de distorção corporal. Fonte: http://quiropaxia.org.br/portal/rbq/rbq_vol_4_n_1.pdf.

4.2 Transformações e ajustes culturais frente às tecnologias

Algumas transformações e especificidades foram observadas entre os anos de 2009 e 2016, quando das minhas idas ao projeto de assentamento Tarumã Mirim, tais como os ajustes culturais frente às novas tecnologias, beneficiadas pelo Programa Luz para Todos (PLpT), instituído pelo Decreto 4.873, de 11 de novembro de 2003, referente à universalização do acesso ao uso da energia elétrica, proporcionando mais qualidade de vida aos comunitários, pelo processo de integração.

Onde antes as residências eram compostas por paredes, tetos, bancos e pequenos apetrechos, hoje a maioria possuem eletrodomésticos, o que também impulsiona a diferenciação social (MATOS, 2015), porque enquanto em algumas residências o aparato tecnológico é visível, em outras a existência é precária.

Citamos aqui um equipamento que possui interferência predominante em todos os âmbitos culturais, quer seja pessoal ou profissional, que é a bomba submersível, comumente conhecida como “bomba-sapo”. Possui esse apelido porque funciona mergulhada dentro da água. Equipamento simples, de fácil manuseio, preço acessível. Ligada à rede elétrica através de um quadro de comando, contendo chave e disjuntor, de fácil instalação e manuseio simplificado. Matos (2015, p. 75), cita que, em “busca de comodidade, as famílias têm cada vez mais se apropriado de equipamentos de captar água. As moto-bombas vêm ganhando adeptos com o programa do governo Luz para Todos”. Considerada a vedete rural, atriz principal a proporcionar benefícios advindos da água encanada nas residências, nos canteiros ou nas plasticulturas³², transformou-se em um dos principais artefatos tecnológicos no campo. Presente na maioria das casas, essencial nos aspectos produtivos, sendo possível o seu uso somente com a existência da energia elétrica.

Ressalto as modificações percebidas entre 2009, quando iniciei meus trabalhos sociais naquela comunidade, e não possuía energia elétrica, e quando efetuei a etnografia para a minha dissertação, agora beneficiada pelo Programa Luz para Todos. Os assentados, salvo raras exceções, permaneceram os mesmos, porém os hábitos cotidianos modificaram-se, incorporando-se, formando novos hábitos:

³² Cultivo auxiliado por plásticos, sendo os transparentes para os tetos das casas de plantio, que mantêm a temperatura e umidade elevada em seu interior e protegem das chuvas e intempéries, sendo muito usadas para abrigar sementeiras e cultivos mais exigentes/delicados, como pimentão, tomate, rosas etc. e os plásticos pretos para o solo, em culturas como a do morango, para evitar a perda de umidade do substrato e impedir o contato deste com o fruto.

a) As lavadeiras nos igarapés. Em 2009, quando em visitas à comunidade, observei as lavações de roupas à beira dos igarapés. O projeto de assentamento Tarumã Mirim é reconhecidamente um “assentamento das águas”, beneficiado pela existência de diversos igarapés, e a comunidade Afatam não foge à regra. As peças de roupas ficavam expostas ao sol para “quarar”, em um processo de clareamento das roupas brancas, expondo-as ao sol com sabão, (Houaiss, 2010), e aquelas que não necessitavam alvejar eram postas ao molho nas bacias, para “amolecer” a sujeira. O equipamento essencial para a lavagem era uma prancha de madeira (tábua), firmada em troncos para não ser arrastada pela correnteza, e fixa às margens. O processo consistia em elevar pausadamente a roupa ao ar, e deixá-la cair pesadamente sobre a tábua, em pancadas sucessivas. O processo da retirada do sabão se executava elevando-se delicadamente a peça de roupa com uma mão, enquanto que, com a outra, esguichava água, em um movimento contínuo, até o momento em que a lavadeira não pressentia mais a saída de espumas da roupa. Após o processo de enxague eram postas a secar, quer seja nas moitas dos arbustos ramosos, ou nas cordas de varais estendidas à beira dos igarapés. Vento e sol executavam a secagem das roupas, tornando-as mais leves para serem levadas para casa. Por diversas vezes acompanhei as mulheres nessa lida, às margens dos igarapés, enquanto conversava, ouvia e participava dos afazeres, como uma forma de aproximação a elas. O hábito de lavar roupas nos igarapés era prática comum na comunidade. Com a “chegada” da luz, esses hábitos foram se modificando, os ajustes tecnológicos se adequando, porque em praticamente todas as casas, hoje, há um tanquinho, ou a máquina mais sofisticada, reservando os igarapés somente para o lazer em suas águas. Nas regiões mais longínquas do Amazonas, às quais ainda não são beneficiadas com a existência da energia elétrica, essa prática de lavar roupas nos igarapés ainda é corriqueira nas tarefas domésticas, conforme relatos de Velho (2009 p. 103) “as mulheres gostam de ir lavar roupa no rio”; Gorayeb (2008, p. 91), “e os pequenos igarapés para lavar roupa, lavar louça e tomar banho”; Souza (2015, p. 20) “descia para lavar roupas e louças no igarapé”; Maciel e Filippini (2010, p. 42) “lavar roupas nos igarapés que cortavam a cidade”, etc.;

b) Substituição do rádio pela televisão. No primeiro período citado neste trabalho, o uso do rádio à pilha era instrumento essencial nas residências. Gomes e Oliveira (2015) informam que, do ponto de vista comunicacional, o rádio permite veicular informações rápidas e simultâneas, além de se colocar em disponibilidade 24 horas por dia. Isto lhe confere um poder particular de atingir diferentes tipos de audiência e ser um veículo potencialmente mobilizador de grupos sociais, devido a sua capacidade de influenciar pessoas e interferir na agenda social, principalmente das camadas populares. Em 2015/2016, mesmo o rádio “perdendo o seu posto”

para a televisão, ainda é elemento presente em diversos lares, haja vista que ele se encontra em 5º lugar, dentre os 16 tipos de lazer apresentado à comunidade quando desta pesquisa de campo. O fato nos surpreendeu, pelo advento dos noticiários televisivos, que imaginávamos superar em muito os programas radiofônicos. Em alguns entrevistados, inquiri: Por que ouvir rádio? Não tem televisão em casa? Onde alguns³³ me esclareceram: “Tem sim, mas é que de madrugada eu acordo, ligo o rádio e fico escutando as notícias, ainda deitado” (ENT-38, 69 anos); essas e outras justificativas mencionaremos em pormenores na próxima seção. Dumazedier (1973) cita que o lazer instalou-se na família no momento em que esses aparelhos (rádio, televisão, etc.) integraram-se no mobiliário doméstico. A televisão, (idem, p. 144), tornou-se um dos mais apreciados instrumentos do lazer, por ser comum a todas as classes e categorias sociais. Em diálogos com diversos moradores da comunidade Afatam, inquiri-lhes sobre o hábito televisivo. ENT-5; ENT-21; ENT-29; ENT-54, me confirmaram que, apesar de se divertirem assistindo televisão, ela também atrapalha o diálogo familiar. “Antes a gente *si riunia* (reunia) *in vorta* da mesa, *cunversava*, contava os causos do dia. Hoje é todo mundo de *ôi* (olhos) grudado na TV, ninguém *qué sabê di cunversá*” (ENT-60). Dumazedier (1973, p. 194) vem a confirmar essa inquietação ao afirmar que “a televisão prejudica a conversação. Se fala menos quando o receptor está ligado. O espetáculo televisionado alegra o horizonte familiar e ao mesmo tempo suscita limitadas conversações”, afirma ele;

c) Uso de privadas. Pequeno compartimento com porta, utilizado para urinar e defecar. Até a metade do séc. XIX, o banheiro ainda não havia se tornado um cômodo residencial no Brasil. Até então a latrina, instalada sob fossa fétida, era localizada do lado de fora da casa, nos fundos dos quintais, sem água corrente, e consistia em um buraco escavado na terra, assoalho com piso de madeira, e uma das tábuas do piso continham círculo ou um quadrado, por onde fezes e urinas eram eliminadas. Observei (e tive que usá-las por diversas vezes) quando visitava aquela comunidade. Para acudir as necessidades fisiológicas noturnas, eram utilizados penicos (urinol) - vaso portátil para se urinar e defecar. Em um 2º momento, estando a comunidade já beneficiada com o advento da Luz para Todos, as privadas em diversas residências na comunidade pesquisada foram substituídas pelo vaso sanitário, devido a existência da canalização da água. Esse foi mais um ajuste cultural, beneficiado pela utilização tecnológica, proporcionado pela bomba-sapo, movido à energia elétrica, transportando água do igarapé para as moradias. Em diversos lares ainda não existem os apetrechos adequados ao banheiro, tais

³³ Especificação daqueles que citaram “ouvir rádio” como 1ª ou 2ª opção de lazer: (ENT-7, 2ª opção; ENT-15, 2ª opção; ENT-18, 2ª opção; ENT-22, 2ª opção; ENT-29, 1ª opção; ENT-32, 1ª opção; ENT-40, 2ª opção; ENT-47, 1ª opção; ENT-51, 2ª opção; ENT-55, 1ª opção; ENT-62, 2ª opção; ENT-64, 2ª opção.

como a caixa de descarga, porém os moradores utilizam o balde para despejar água no vaso, bem como a pia ainda não é elemento presente em diversos banheiros. As modificações mais aparentes foram: a aproximação da privada ao ambiente doméstico; o buraco no chão substituído pela fixação do vaso sanitário; o piso de madeira substituído pelo piso cimentado;

d) O hábito do banho. A imersão, especialmente em água para lavar, higienizar, refrescar têm propósitos higiênicos, terapêuticos e lúdicos. Em registros históricos de “Mil anos com banho!”, Custódio (2011) cita que, apesar de reconhecer que o banho, como hábito de higiene, sofreu seus períodos de rejeição e foi até objeto de superstições entre a idade média, nos dias atuais, ele representa uma prática “quase” cotidiana, e de considerável complexidade, do ponto de vista social e antropológico. O “quase” se destaca, levando-se em consideração ainda haver povos que não apreciam o banho diário. Em 2009 observei que a prática do banho demandava esforços físicos acentuados, porque os indivíduos desciam as encostas dos igarapés, para banhar-se ou para levar água em vasilhames para as residências. Para o aproveitamento do tempo e esforço físico, quem se encarregava de buscar água, já aproveitava a deixa, e higienizava-se no igarapé, destinando a água levada à residência para outros fins ou outras pessoas. Os banhos nas residências consistiam em despejar água sobre o corpo ou na cabeça, utilizando-se um recipiente para tal (denominada “caneca”), havendo a preocupação para não desperdiçar. Ocorria geralmente em espaço aberto (principalmente crianças), com os pés sobre tábuas, para não sujar-se de areia, os adultos higienizavam-se em precários cômodos de madeira, fora das residências. Com o benefício da luz elétrica, mais uma vez a bomba submersa protagoniza os ajustes culturais, ao transportar a água do igarapé para caixas d’água, os precários cômodos transformaram-se em banheiros com paredes de alvenarias, geralmente dentro ou muito próximo das residências, e existência de chuveiros a substituir a “caneca” utilizada anteriormente para despejar água. O igarapé destinou-se somente para o lazer aos finais de semana, ou para pescarias;

e) O jogo de bola. Em 2009 já era prática comum o jogo de bola entre os assentados, durante os finais de semana nos campinhos improvisados no assentamento. No período da pesquisa de campo entre 2015/2016, constatamos que essa atividade expandiu-se para outros dias da semana, dependendo da disposição e do calendário esportivo promovido pela associação ou pelas iniciativas particulares. Nas noites que lhes apetece, aproveitando os “bicos de luz” para clarear o campo improvisado, eles se exercitam e se divertem. Matos (2015, p. 122), também relata que em outras regiões amazônicas ocorreu essa transformação, ao citar que, “com o Programa Luz para Todos, os comunitários se organizam para continuar a jogar com o espaço iluminado à luz elétrica. Nesse lado do mundo, no adormecer do sol, é a luz artificial

que permite a visibilidade da bola que rola no campo”. O jogo de bola, apreciado por homens e mulheres no Tarumã Mirim, se beneficiou também do advento da luz, propiciando atividades físicas e lazer, renovando emoções, assegurando qualidade de vida e refutando o sedentarismo. Na pesquisa de campo constatamos que muitos dos que praticam esta atividade, não são os beneficiários da terra (dentro dos critérios de inclusão), mas sim os seus filhos, filhas e esposas;

f) O trabalho da parteira. Salvo raras exceções, os partos domiciliares, com o acompanhamento da parteira, foram extintos com a implantação do Posto de Saúde, após a luz chegar ao projeto de assentamento Tarumã Mirim (presença do Estado) e, conseqüentemente, à comunidade Afatam. São os costumes urbanos inserindo-se no contexto rural, miscigenando os hábitos, mudando comportamentos. O ambiente rural encontra-se em transição com o urbano no Tarumã Mirim. Essa “migração cultural” dos povos, os serviços de parteira, para a medicina tradicional, ofertado pelo posto de saúde do Tarumã Mirim também foi mais uma modificação observada entre os dois períodos vivenciados na comunidade;

g) O momento do repouso. Dentro do contexto rural, as árvores em volta das residências fazem parte do paisagismo natural, em uma extensão às residências. Geralmente embaixo das árvores existiam rústicas mesas, bancos e troncos, formando o paisagismo doméstico. Com um olhar mais apurado, os visitantes poderiam detectar cordas afixadas aos seus troncos, em um convite a atar redes, e nelas embalar apreciando a brisa que geralmente balançavam folhas e galhos, refrescando o ambiente. Esses momentos de descanso nas redes armadas embaixo das frondosas árvores de sombras convidativas, enquanto aguardavam o abrandamento das elevadas temperaturas, instigavam ao ócio e contemplação, em apreço à natureza. As mesas ainda permanecem embaixo das árvores, os bancos e troncos, mesmo sofrendo ações diretas das intempéries da natureza, resistiram ao tempo. No entanto a brisa natural, a balançar folhas e galhos, perdeu espaço para a tecnologia, sendo o vento originado do ventilador mais atrativo, dentro das casas, mesmo que, dependendo da intensidade do calor, pouco refresca. Nas residências em que os proprietários são mais abastados (Houaiss, 2010), os ares condicionados ligados em sua potência máxima rompem o elo homem-natureza, devido ao isolamento em compartimentos fechados, longe da brisa, do vento ou do calor escaldante, que é a característica peculiar do Amazonas. Aos migrantes dos pampas gaúchos e catarinenses que residem na comunidade, o apreço a essa tecnologia os “reportam” às suas terras de origem, “manipulados” pelas sensações provocadas pelos ajustes tecnológicos (ares condicionados);

h) Os eletrodomésticos. No interior das residências, às quais antes existiam somente os móveis (rústicos) atualmente existem freezers, geladeiras, liquidificadores, micro-ondas. Em algumas, tais como nas residências dos ENT-19, ENT-22, ENT-30, ENT-40, ENT-50,

verifiquei a existência de ares condicionados, televisores de plasma, Disco Versátil Digital (DVD), micro-ondas, *freezers*, chuveiro elétrico, enquanto outros possuem simples geladeiras e pequenos ventiladores. O calor também é amainado, conforme referências de Matos (2015, p. 88), “possibilitando disporem de água resfriada em geladeiras ou *freezers*”, mas também “impulsionando a diferenciação social” (idem, p. 88) por uns possuem muitos eletrodomésticos enquanto outros permanecem ainda na precariedade. Entre os dois momentos comparativos nesta pesquisa, houve um equipamento doméstico que evoluiu em demasia, que foi o ferro de engomar. Apesar de as vestimentas utilizadas na zona rural, pela sua simplicidade, geralmente não necessitarem da engomagem, as roupas “domingueiras” exige esse cuidado. Em 2009 existia o ferro à brasa, que continha uma tampa que era levantada para se colocar a brasa acesa dentro. Tornava-se necessário bastante atenção, pois a fuligem podia cair do ferro e sujar a roupa limpa ou a brasa cair no tecido, queimando-o. Por estranho que pareça, o equipamento poderia também esquentar muito, chegando a queimar a roupa. Na atualidade, existem ainda alguns desses equipamentos, porém nas estantes ou jiraus (depósito de utensílios domésticos feito de tábuas), como relíquias obsoletas, a lembrar de um tempo sem luz;

i) A educação escolar. Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às suas peculiaridades, conforme Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010. Nele define-se que as populações do campo (os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, etc.), sejam atendidas observando-se à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, abrangendo crianças, jovens e adultos. No entanto, sem os benefícios da energia elétrica, tornava-se inviável o funcionamento das escolas no período noturno, geralmente destinadas aos adultos, o que prejudicava a formação. A comunidade Afatam é assistida por duas escolas e, em 2009 funcionavam somente nos turnos matutinos e vespertinos. No entanto, com o advento da Luz para Todos, uma delas passou a ofertar aulas no período noturno, disponibilizando cursos para os adultos, geridos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), e também cursos profissionalizantes ministrados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE AM);

j) O telefone rural. Para os “vivos” da vida moderna, o celular tornou-se um apêndice do corpo. Para uma minoria, o telefone fixo atende às necessidades de comunicação. E como seria viver sem nenhum desses dois ícones tecnológicos? Dia e noite, ano após ano? Como se comunicar com indivíduos que não estão próximos? Por carta? Mas, na zona rural, não há os serviços dos correios e telégrafos! A comunidade Afatam, em 2009, ainda sem energia elétrica,

vivia na “mudez tecnológica”. Para amenizar essa ausência de telefone, somente se na residência houvesse um gerador de energia, a atender a demanda residencial, porém os custos financeiros desse benefício são elevados, tornando-se inviável. Restava, portanto, para os recados de urgência e emergência, a pernada. Isso mesmo. A utilização das pernas para levar a voz, quer seja andando ou pedalando. Para uma pequena parcela dos moradores, a utilização da moto ou do carro, para o deslocamento até os vizinhos, a comunidade, o mundo, para poder se comunicar. Em 2009, eu evitava antecipar ou adiar as visitas domiciliares àquela região, porque não tinha como avisá-los. Mas, com a chegada da luz elétrica, essa deficiência foi sanada, ao inserir-se entre as “trilhas tecnológicas”, o telefone rural. Equipamento obsoleto na zona urbana, porém na zona rural é essencial para comunicação e informação. O sistema de telefone rural trata-se de uma tecnologia para voz e dados. Nada mais é que um rádio que transmite a linha telefônica ou um ramal de um lado para outro com total qualidade. Podem ser usados para diversas funções em empresas e propriedades rurais. É mono canal, tendo apenas um canal de comunicação. Depende de energia elétrica para carregar a bateria;

k) A produtividade agrícola. A água é um dos elementos essenciais à produtividade agrícola, e a sua forma de captação contribui para a otimização do processo de cultivo. Porém, na impossibilidade do transporte de água em quantidade suficiente para suprir os aspectos produtivos, as plantações “desciam” para as margens dos igarapés, devido à proximidade com a água, ocorrendo inclusive a contaminação da água, devido ao uso de agrotóxicos nas plantações. Pequenos canteiros situavam-se também próximo às residências, com suas plantações de cebolinha, cheiro verde, pimenta de cheiro ou ardida, e ervas medicinais para os chazinhos, etc. Em 2009, observei duas formas tradicionais de puxiruns: os comunitários e os do dia. Em 2015/2016 detectei mais duas formas de puxiruns: os da noite e os da madrugada. Em todos, como elemento de interligação, verifiquei a utilização da bomba submersível, ou comumente conhecida como “bomba-sapo. Entre um e outro período analisados, o processo da fabricação das farinhas sofreram ajustes, tais como a ralação das mandiocas (ou macaxeiras) em ralos manuais, quando não possuía energia elétrica, e nos caititus, tocado à energia elétrica, nos dias atuais. Para os puxiruns da noite e da madrugada, os “bicos de luz” são essenciais para a execução do trabalho, dando-lhes condições de executarem as tarefas. Também possibilitam afastar os animais ferozes (as onças são comuns na comunidade Afatam) ou peçonhentos (os répteis são abundantes).

4.3 A diversidade dos puxiruns

O puxirum (ou mutirão) é o ajuntamento de pessoas para executar uma tarefa, originada quer da necessidade, quer do desejo de alguém. O pagamento da diária se dá através da troca do serviço, e não através de dinheiro. Os puxiruns tradicionais, executados no decorrer do dia, possuem os seus adeptos (MATOS, 2015), bem como arregimenta controvérsias, por haver uns que trabalham menos que os outros. Porém, independentemente dos prós e contras, a socialização é elemento presente nessa forma de trabalho. Existem os que são feitos durante o dia; outros, à noite; e outros ainda, pela madrugada. Essas escolhas são selecionadas no Tarumã Mirim levando-se em consideração, principalmente, as condições climáticas.

Os puxiruns do dia são aqueles para os quais a temperatura ambiente não importa, tais como a farinhagem, o preparo do solo etc. Os da noite são os cultivos aos produtos sensíveis às temperaturas elevadas, sendo a sua colheita adequada à noite, tais como o cheiro-verde, a couve e a alface. Se manuseados em altas temperaturas, a sua qualidade fica comprometida, e leva-se também em consideração que eles têm que estar no ponto de distribuição (geralmente Feira da Manaus Moderna e Feira do Produtor) às cinco horas da manhã, para serem comercializados no mesmo dia da coleta. Os da madrugada são os cultivos em plasticultura³⁴, que, em dias de colheitas, se iniciam muito cedo, geralmente às duas horas da manhã, para fugir das temperaturas elevadíssimas após onze horas nas estufas. Após esse horário não é aconselhada a colheita, pelo risco da excessiva desidratação dos indivíduos, levando-os inclusive a desmaios.

4.3.1 O puxirum comunitário: os cultivos de muitos donos

Na comunidade do Pau-rosa, que forma adjacência com a comunidade Afatam, existem as plantações em sistema comunitário, desenvolvidas no terreno da associação de moradores por aqueles que possuem lotes sem possibilidades de mecanizarem ou pela inacessibilidade para escoarem as suas produções, devido encontrarem-se assentados em áreas isoladas, às quais o acesso se dá somente a pé ou de motocicleta. Formam-se equipes de sete pessoas em cada tipo de cultivo, sob a coordenação da líder daquela comunidade.

³⁴ Cultivo auxiliado por plásticos. Os transparentes são para os tetos das casas de plantio, que mantêm a temperatura e umidade elevada em seu interior e protegem das chuvas e intempéries, sendo muito usadas para abrigar sementeiras e cultivos mais exigentes/delicados, como pimentão, tomate, rosas etc. Os plásticos pretos são para o solo, em culturas como a do morango, para evitar a perda de umidade do substrato e impedir o contato deste com o fruto.



Figura 4 – Plantações no sistema do puxirum comunitário no Tarumã Mirim
 FONTE: Pesquisa de campo

Percebi a formação de duas plantações diferenciadas, cada uma com sua equipe: cheiro-verde e pimenta-de-cheiro. Cada dia da semana fica sob a responsabilidade de um dos participantes da sua equipe, para irrigar a produção, ou retirar as gramíneas daninhas, que teimam em nascer em meio às plantações. Nas tarefas que exigem maiores empenhos, tais como arar a terra, ou no dia da colheita, todos da equipe específica se reúnem e executam os trabalhos. Nesse puxirum comunitário, todos trabalham e contribuem para a economia local, e o puxirum ainda atende ao apelo originado da precariedade de escoamento, por ser executado às margens do ramal principal, que é asfaltado. É uma forma de terem uma renda e ficarem com os outros dias da semana para trabalharem em outros locais, ofertarem mão de obra por diária ou empreitada, ou ainda cuidarem dos seus próprios lotes.

4.3.2 O puxirum do dia: farinhagem

O processamento das variedades da mandioca, em manipulações que se transformam em farinha, goma, polvilho, manipueira, tucupi etc. obedecem a uma ordem de elaboração, sendo um processo interligado e interdependente. Matos (2015) relata que a prática e a técnica de cultivar o solo, especialmente a produção de mandioca para a farinha, fazem parte da vida de moradores de comunidades amazônicas.

A mandioca, após beneficiada, mantém uma das principais misturas na alimentação por todo o ano (*idem*, p. 200). É cultivada em 20% dos lotes da comunidade pesquisada, cultivo

esse comum no Amazonas, conforme também relata Costa (2015, p. 98), “comumente comercializada na forma de farinha, produzida a partir de técnicas manuais tradicionais”. Devido ao fato de a fabricação de farinhas fazer parte da cultura local, através do sistema de puxirum, resolvi acompanhar alguns desses trabalhos.

As guloseimas com as derivações da mandioca são relatadas também por Batista (2007, p. 74), que confirma que “a mandioca ‘brava’ e a ‘macaxeira’ são (...) a base de todas as apresentações industriais e culinárias da planta”, sendo a mandioca “brava” usada na produção da farinha e a macaxeira nas preparações domésticas, (cozida, frita, assada etc.).

A farinha-d’água, no Tarumã Mirim constitui o tipo preferido para a alimentação. Em qualquer residência visitada para as entrevistas, percebi sobre a mesa e nos armários a presença de tal produto como composição básica da alimentação. O consumo da farinha assemelha-se ao consumo do arroz, e supera o consumo do feijão; combinada com o peixe, seu consumo triplica.

Na pesquisa de campo, em observação participante, em 05 de março de 2016, acompanhei na residência da ENT-2 os procedimentos ao puxirum da mandioca. Encontravam-se também presentes: ENT-1, ENT-12, ENT-13, ENT-35, DIV-1, TRU-14 e o esposo da ENT-2. Esclareceu-me a ENT-2:

Existe a mandioca braba, que a gente diferencia da macaxeira, pela sua maniva [caule], que só serve para a fabricação de farinha, do pé de moleque, pra goma e polvilho. Existe também a mandioca mansa, que a gente chama de macaxeira, que serve pra fazer a farinha. A macaxeira serve também pra ser comida cozida e pra fazer mais diversas variedades alimentares. O processo inicial pra fazer as cinco farinhas [d’água, uarini, ova, ovinha, branca] é idêntico, o que diferencia são os acabamentos finais ou as misturas. Somente a mandioca brava fica no molho no período aproximado de quatro dias, dependendo da qualidade da mandioca. O molho é para retirar a parte venenosa da mandioca. A gente sabe que a mandioca está no ponto de sair do molho pelo tato. Desse processo a gente extrai a goma [para fazer a tapiocinha], o polvilho doce, o polvilho azedo, a tapioca de bolinhas e diversas outras coisas.

Pedi que me mostrasse, no mandiocal, a diferença entre mandioca e macaxeira, porém, futuramente, não saberei diferenciar acertadamente uma da outra. Ao solicitar que ela me descrevesse pausadamente como se faz a farinha, passei a compreender a complexidade do processo. No dia seguinte, observei-os arrancarem as sacas de mandioca e descascarem para colocar de molho em grandes caixas d’água.

No arranque, seguravam com firmeza o caule e, com um impulso, os tubérculos eram retirados de dentro do chão. ENT-2 me explicou que só fica de molho com casca se a água for corrente. Se for água parada, é preciso ser sem casca. Eles iriam trabalhar com o processo do molho na caixa d'água; portanto, havia necessidade de descascá-las. Para os “farinheiros profissionais”, o processo aparentava-se fácil, devido à prática adquirida por diversos anos executando tal tarefa. A faca deslizava suavemente no tubérculo. Após descascar a metade do tubérculo, eles o jogavam para cima, formando uma pirueta (da mandioca), e o aparavam, para descascar a outra parte. Nas vezes em que tentei fazer o mesmo, a mandioca caía, ou eu me atrapalhava com a faca, me cortando.

Quatro dias depois, acompanhei mais uma vez homens e mulheres arrancando mandioca, para ser ralada e misturada posteriormente com a que se encontrava no molho dentro das caixas d'água. Perguntei que quantidade teria de ser arrancada, e ENT-2 explicou: “São quinze sacas, para serem misturadas nas doze que estão no molho. Mas nós colocamos sempre umas caixas a mais de mandioca no molho, para fazermos as uarini, ova e ovinha.”

Após terem arrancado a quantidade necessária, amontoaram-na na “casa da farinha”, para no dia seguinte serem descascadas e raladas, para fazer a mistura com aquelas que se encontravam no molho nas caixas d'água.

Ralando a macaxeira: a mandioca que estava no molho foi retirada da água e colocada em gamelas³⁵. Enquanto uma turma retirava os talos das mandiocas que se encontravam no molho, outra ralava as que tinham sido arrancadas no dia anterior. A ralagem foi feita no caititu³⁶. Fala-se “ralar” ou “cevar”, por isto a “bola de ferro” é conhecida também como cevador. O produto ralado foi recolhido em gamelas e depois a massa foi misturada com a que ficou de molho. O período do molho foi de quatro dias; ao apertá-la, percebi que a massa estava bem mole e macia. Retiramos a mandioca da água, separamos os fiapos que existiam pelo meio delas. “Quanto mais tempo a mandioca fica de molho, mais ela fica macia”, explicou-me ENT-2.

Mas não pode “passar do ponto”, senão a farinha fica ruim. Quanto mais macia fica a massa, mais macia ficará a farinha. Se retirar a mandioca antes do tempo certo, a farinha fica com caroços ásperos, duros. Se retirar após o tempo certo, ela ficará com o gosto muito azedo. Vamos misturar a parte daquela que ficou no molho, com a que foi ralada na hora. Após a mistura, deixa descansar por um dia.

³⁵ Vasilha de madeira, grande, em formato de bacia oval.

³⁶ Bola de ferro com saliências ásperas, para ralar a mandioca. Alguns denominam também de cevador.

Prensando massa e fazendo farinha: após o “descanso” por 24 horas da massa misturada, ela foi lavada e levada à prensa, para ser retirado o excesso de água. Com essa prensagem, foi retirada a parte grossa, para ser feita a farinha; a parte fininha, que fica na gamela, formou dois produtos: a goma e a manipueira. A parte líquida, denominada manipueira (líquido de cor amarelada), não pode ser descartada na natureza de forma incorreta, pois é tóxica e pode causar a morte de animais.

Fazendo farinha d’água: o processo de prensagem demorou em média 30 minutos cada porção. Após a prensa, todo o produto foi peneirado e levado ao forno bem aquecido. O processo da torrefação demandou esforço e técnica, pois era necessário mexer constantemente o remo, em um vai e vem incessante, até ficar no ponto bem torrado. “Aí está pronta a farinha d’água”, falou-me orgulhosamente a ENT-2. Esclareceu-me ainda mais um detalhe:

O segredo mais importante da farinhagem é na hora de torrar. Se o forno não estiver aquecido da forma correta, e no ponto exato, ao jogar a massa no forno, ela embolora, virando só um imenso beiju, que depois dá trabalho para soltar, por isto que nós aqui vamos colocando aos poucos, e mexendo sempre, para ficar sempre soltinha, e com uma coloração boa. Não fica aquela farinha com uma parte amarela, outra embranquiçada. Fica uma cor bem igualzinha...

Fazendo as farinhas especiais: as farinhas uarini, ova e ovinha foram feitas somente com a massa que ficou de molho por quatro dias. Observei que a massa realmente se encontrava bem macia. “Mas rende bem menos do que quando adiciona a mandioca ralada, crua”, explicaram-me os farinheiros. Após a retirada dos talos, a massa foi para prensa, conforme observei quando da manufatura da farinha d’água. Em seguida à prensagem, foi peneirada.

O processo para a torragem seguiu idêntico ao da farinha d’água: forno quente e mexendo-se constantemente com o remo. Após torrada, peneirou-se novamente. A porção que caiu pelos furinhos da peneira é classificada como a ova, e a que ficou na peneira é a uarini e foi reservada em outro recipiente.

Para extrair a ovinha, que são as menores bolinhas da farinha, usou-se uma terceira peneira, mais fina ainda. Cada peneira diferencia-se da outra pelo tamanho dos furos. No processo de farinhagem, há três tipos de peneiras: a primeira, para peneirar a massa prensada; a segunda (intermediária), para separar a uarini da ova; e a terceira (a mais fina de todas), para selecionar os menores grãos, que formam a farinha ovinha.

Fazendo a farinha branca: para fazer farinha branca, selecionaram-se somente as espécies que tinham a raiz branca. Esta parte não ficou no molho, porque foi utilizada a macaxeira, ou “mandioca mansa”. A torragem seguiu o mesmo processo das anteriores, já descritas.



Figura 5– Forno para torrefação da farinha no lote da ENT-2
 FONTE: Pesquisa de campo

Extraindo a goma: No processo de prensagem, o que escorreu entre as peças da prensa formou a goma. Aquele produto “escorrido” ficou em “repouso” por três horas, até haver divisão consistente: a água em cima e a goma embaixo. A primeira água do processo gerou o tucupi. Colocou-se o líquido (o tucupi) em um recipiente, e a parte sólida (a goma) em outro. Foi posicionado um pano em cima da goma, “pra puxar o excesso de água”, explicou-me ENT-2. No dia seguinte, peneirou-se a goma, ficando no ponto de fazer a tapiquinha, saboreada com queijo e fatias de tucumã.

Fazendo o polvilho: para a goma ser transformada em polvilho, foi necessário parte da goma ao sol durante durante três dias, também envolta no pano, para continuar absorvendo a água. Para o polvilho doce, a diferença observada foi que a goma foi lavada duas vezes, para extrair o excedente da manipueira. Parte formou o polvilho azedo, porém somente para que eu pudesse presenciar como se faz um e outro; ENT-2 relatou que prefere trabalhar somente com o polvilho doce, por ter mais procura. Para formar o polvilho azedo, a goma ficou na água com a substância do tucupi por cinco dias, para azedar. Há receitas que são feitas com o polvilho doce, outras com o polvilho azedo. O que diferencia a goma e o polvilho é o tempo de secagem. O polvilho é seco ao sol, e a goma, somente no pano. Após a secagem, o peneiramento se faz necessário em ambos os processos.

Fazendo a farinha de tapioca: após o pano puxar o excesso da água, a goma é peneirada, para no forno ir torrando aos poucos. Na torrefação, quando ela “pipoca” é porque está no ponto – no forno, ela pula tal qual milho de pipoca. A diferenciação entre goma, polvilho e tapioca é a seguinte: a goma é preparada de imediato (tão logo tenha ocorrido a separação entre manipueira e goma); a tapioca é a goma torrada, e o polvilho, tanto o doce quanto o azedo, vai ao sol para sofrer o processo de secagem.

4.3.2.1 A *bricolagem* dos excedentes da mandioca

Uma cultura popular é ao mesmo tempo uma cultura de aceitação e uma cultura de negação, em um vai e vem de interposições, em uma dialógica, ou seja, duas lógicas, dois princípios, unidos, porém sem que a dualidade se perca nessa unidade (MORIN, 2014, p. 189), o que leva uma mesma prática a ser interpretada como participando de suas lógicas opostas. A atividade de *bricolagem* nas classes populares pode ser analisada como dependente da necessidade, como um prolongamento da alienação do trabalho, pois o próprio operário seria obrigado a realizar o que ele não tivesse condições de adquirir. Em análises análogas, o trabalhador realiza atividades de *bricolagem*, por não saber o que fazer no seu tempo livre, e, ao mesmo tempo, fabrica o que ele não tem condições financeiras de adquirir de outrem (CUCHE, 2002, p. 155).

Outros pesquisadores afirmam que a *bricolagem* é também uma criação livre, em que o indivíduo é o dono da gestão de seu tempo, da organização de sua atividade, da utilização do produto final. Este segundo aspecto explica o sucesso da *bricolagem*, ao reintroduzir um espaço de autonomia num universo de obrigações. Em marcenarias, por exemplo, a utilização das “pontas” de madeiras não utilizáveis para a fabricação dos componentes comerciais transforma-se em “brincadeiras”, nas quais os “artistas natos” ativam suas criatividade e criam peças dignas de admiração, e tal ação interrompe o ato do trabalho propriamente dito, por um momento de descontração na criação da sua “obra”.

As ações de tricô ou bordados a utilizar retalhos e guardanapos também se inserem nesse conceito. Essa mesma *bricolagem* ENCONTREI no puxirum da farinhagem, ao observar a técnica da “artesã da mandioca”, como a ENT-2 é alcunhada na comunidade, por “brincar” com as diversas derivações da mandioca após os trabalhos tradicionais da fabricação da farinha e seus complementos que geram renda econômica. O resultado das suas *bricolagens*, relatados em seguida, é distribuído gratuitamente à comunidade.

Transformando a manipueira em tucupi, fertilizante, pesticida e carrapaticida: a manipueira, líquido amarelo colhido na prensagem da mandioca, a ENT-2 utiliza para fazer a sua bricolagem em diversas fabricações.

Transformando a manipueira em tucupi: há duas formas de preparar o tucupi, segundo acompanhei. Uma delas foi através da sua fermentação, e a outra, através do cozimento; ambas com o objetivo de eliminar as toxinas (ácido cianídrico) existentes no líquido. Na fermentação, a manipueira foi reservada em um recipiente e deixada no sereno por três noites; depois foi fervida com alho, sal, pimenta-de-cheiro e coentro. No cozimento, foi fervida por mais tempo (pois não houve a fermentação) e, após seu resfriamento, recebeu os condimentos apropriados.

Transformando a manipueira em fertilizante: adicionado o mesmo tanto de água (na proporção de um para um) e após 24 horas da mistura, está pronta para ser aplicada no solo, que deve descansar por duas semanas. Após esse período, o solo está fertilizado, pronto para que nele se plante o cultivo que desejar.

Transformando a manipueira em pesticida: adicionando-se uma medida para cada cinco litros de água, o produto pode ser utilizado para o controle de pragas nas folhas das hortaliças. Após pulverização, segundo a ENT-2, as pragas não atacam as folhagens, que se desenvolvem de forma saudável e podem ser consumidas pelos indivíduos, sem danos à saúde.

Transformando a manipueira em carrapaticida: ENT-2 me relatou ainda outros benefícios de produtos originados da manipueira, tais como carrapaticida para cães (na proporção de um para um) e veneno para formigas (puro, colocado no formigueiro e vedando-se a entrada).

4.3.3 O puxirum da noite: colhendo cheiro-verde

Particpei de um puxirum da noite no lote do ENT-6 no dia 02 de abril de 2016, colhendo cheiro-verde. Observei, nos entremeios entre a preparação e a execução da tarefa, as brincadeiras, as descontrações, as imbricações do lazer em meio ao trabalho. O cheiro-verde é formado pelo coentro (*Coriandrum sativum*) e pela cebolinha (*Allium schoenoprasum*), que geralmente são adquiridos pelos consumidores conjuntamente. Segundo me explicou o beneficiário da terra, quando o coentro alcança a altura de trinta centímetros, está no ponto exato de ser retirado do solo. Tamanho abaixo disto está impróprio, por encontrar-se muito frágil, e além desse tamanho, inicia-se a floração, formando talos duros e coloração esbranquiçada devido às flores, perdendo-se a também a qualidade do produto. A cebolinha é

plantada em leiras separadas, e a colheita é efetuada ao mesmo tempo, para formar o par perfeito com o coentro.

No projeto de assentamento Tarumã Mirim, para as produções em escala comercial de cheiro-verde, é utilizado o processo da plasticultura, que possibilita a produção durante o ano todo, pois independe das condições climáticas. Ademais, em produções fora da plasticultura, gotículas de chuva caindo sobre os canteiros podem provocar o rompimento do caule da plantinha, que é bastante sensível, deitando-a sobre a terra, o que prejudica o seu desenvolvimento, explicou-me o produtor.

A casa de plasticultura mede geralmente sete metros de largura por quarenta metros de comprimento, salvo algumas exceções. Cada casa é formada por quatro leiras, com os canteiros geralmente de um metro de largura, com solo bem adubado, e há, tanto entre as laterais quanto nas laterais, um espaçamento de aproximadamente sessenta centímetros, que permite a passagem do coletor, para o processo de arranque na colheita. Cada leira forma de 150 a 300 maços, dependendo da qualidade do cultivo. }Cada maço é formado por uns 100 pés de cheiro-verde, ou seja, cada casa tem produtividade entre 600 a 1.200 maços. É costume na região plantar no máximo duas casas por semana, em cada lote, para uma rotatividade constante. Caso se proceda à plantação das casas de uma só vez, o tempo da colheita também ocorrerá na mesma época, podendo ocorrer perdas, tanto por falta de mão de obra, que tem que ser bem condensada em uma única noite de colheita, e também porque poderão ocorrer excedentes produtivos naquela semana, impulsionando à queda no preço, ou falta de mercado consumidor.

O puxirum iniciou-se às 18 horas, quando o clima estava mais ameno. O processo para a colheita é fácil, porém muito cansativo, porque é um trabalho que o agricultor executa com a coluna vertebral curvada, para arrancar o produto do chão. A um simples puxão o produto sai da terra, que é bem fofa, adubada. No dia do puxirum não é molhado o canteiro, para a terra não ficar muito grudada nas raízes. Juntam-se vários pés de cheiro-verde dentro da mão e delicadamente se os arrancam. Sacode-se o maço para retirar a areia excedente presa em suas raízes. Segura-se no meio do maço, esfiapa-se com as mãos as raízes, para a retirada do restante da areia que permaneceu grudada. A raiz tem que ficar sem resíduos aparentes. Após o descarte da areia, o processo de esfiapamento se concentra na retirada das folhas amareladas ou que possam interferir na amarração, que tem que ser feita somente sobre os frágeis caules. O produto tem que estar com aparência limpa, porém sem o uso de água, para não se iniciar o processo de deterioração precoce. Há toda uma técnica nas amarrações, para não ficar muito apertado, senão os caules se rompem, nem muito frouxo, senão os fiapos do cheiro-verde vão caindo. Há ainda

o cuidado para a uniformização no tamanho do maço, para não ficarem uns muito pequenos e outros maiores.

Às duas horas da manhã terminamos o puxirum na segunda casa, totalizando 2.100 maços de cheiro-verde. Acondicionamos em grandes caixas pretas, de plástico, amontoadas umas sobre as outras, devidamente encaixadas, para não amassar o produto. Após o encaixotamento, o produtor seguiu para Manaus, a proceder a venda da sua colheita. Observei o retorno do ENT-6, após a entrega da sua produção, cansado e realizado, por mais uma venda concretizada. Em sua mão, um saco de pão francês, comprado na cidade, para alegrar os parceiros de colheita. Enquanto na cidade o pão francês apresenta-se como um componente tradicional no café da manhã de diversas famílias, no Tarumã Mirim é apreciado como um alimento esporádico.

Os participantes dos puxiruns geralmente são os mesmos e vão se revezando nos lotes, que demandam muita mão de obra somente nos dias de colheita. Podemos entender que parte da descontração ocorrida nos puxiruns se deva a essas aproximações afetivas, por serem conhecidos de longa data. Percebi também a confiança entre eles, da parte do anfitrião para com os participantes e vice-versa, para a execução dos trabalhos, exceto no meu caso, que mais atrapalhava que contribuía. Nos períodos produtivos fora do dia da colheita, somente o produtor e membros da sua família desenvolvem suas culturas de forma rotineira. Após o desjejum, retornamos para nossas casas, com a certeza de que havíamos cumprido satisfatoriamente o nosso papel na socialização produtiva.

4.3.4 O puxirum da madrugada: a colheita na plasticultura

O puxirum da madrugada ocorre nas produções do sistema de plasticultura do cultivo do pimentão (*Capsicum annuum* L) ou de qualquer outro cultivo sob as casas de plástico em que o produto não necessite ser comercializado no mesmo dia da colheita. Participei também do puxirum da madrugada. No dia anterior, os participantes convidados – ENT-6, ENT-27 e ENT-69 – já dormiram na casa do ENT-35. O tamanho das casas de plasticultura segue o mesmo padrão estipulado para a cultura do cheiro-verde, até mesmo para o rodízio de culturas. O espaçamento de plantio entre um pé e outro é de quarenta centímetros, totalizando 920 pés de pimentão em cada casa.

Diferentemente da colheita do cheiro-verde, que demanda cuidados, para colher o pimentão são necessárias, além do cuidado, técnicas diferenciadas, para evitar a quebra do “olho” da planta. A retirada do fruto também requer cuidados: este deve ser sempre

impulsionado para cima, pois se erradamente for puxado para baixo provoca “rasgadura” na planta, proporcionando a entrada de fungos e prejudicando o seu desenvolvimento posterior, pois poderá haver contaminação de parte da leira antes da pulverização. A pulverização é realizada logo após a colheita, para selagem protetiva do local onde antes havia o fruto.

A produtividade varia entre 350 a 500 quilogramas de pimentão em cada casa, sendo coletados os frutos a cada quinze dias. Cada casa possui uma vida útil de sete a oito meses. Após este período, os frutos vão diminuindo de tamanho, perdendo o seu valor comercial, e os insumos despendidos não compensam para manter a casa produzindo. Os frutos são coletados um a um e colocados em saco de linhagem, descartando-se aqueles que apresentem colorações diferentes ou tamanhos reduzidos. Os dedos das mãos dos colhedores ficam tingidos com uma coloração escura, porém não é indicado o uso de luvas, porque o tato é essencial na seleção do fruto, que necessita estar na consistência ideal. Frutos antes do “ponto” apodrecem rápido, comprometendo a qualidade produtiva, e após o “ponto” a coloração já está se modificando, o que também influi na seleção.

O puxirum da colheita de pimentão possui predominância masculina, devido ao horário em que é executado e ao peso do recipiente, que fica preso à cintura, enquanto o catador anda entre as leiras, executando a colheita. Ao ficar cheio o recipiente, geralmente um saco de linhagem, ele é destinado ao pesador, que, após pesagem (18 quilogramas), faz a vedação do saco (de linhagem ou fibra), depositando-o onde não incidirá sol ao raiar do dia.

Os trabalhos iniciaram-se às três horas da manhã e interromperam-se às seis. Após o desjejum, todos retornamos ao trabalho, porque não poderíamos perder tempo. Havíamos terminado a primeira casa e estávamos em meio à segunda, porém a terceira ainda estava intacta, aguardando ser colhida. O trabalho de coleta findou-se nas três casas às dez horas da manhã, quando o calor já estava quase insuportável embaixo do plástico que compõe a cobertura das casas. Os veículos disponíveis não foram carregados com a produção logo findos os trabalhos para que o produto não fosse transportado debaixo de temperaturas altas, tendo-se aguardado uma temperatura mais amena para transportar os 1.150 quilogramas coletados para serem entregues na Feira do Produtor, em Manaus.

É válido esclarecer que tanto o cheiro-verde quanto o pimentão da comunidade são colhidos quando já há destinação correta e preço negociado, porque são produtos que não podem ficar à mercê de negociações posteriores. Nas raras vezes em que o ENT-6 tentou vender sem o cuidado da pré-venda, houve não somente queda de preço, por ter de ser vendido logo, a qualquer preço, mas também perda de qualidade, pela demora em descarregar o produto. Os outros produtores, ao saber do sufoco do parceiro, não incorreram no mesmo erro, salvo

raríssimas vezes em que os produtos teriam que ser colhidos senão “passavam do ponto”, e o receptor tradicional não estava necessitando do produto. Nesse caso, ou se perdia tudo, ou se perdia parte. Devido a isso, a rede de contatos entre produtor e atacadista mantém-se sempre bem atualizada, para que aquele tenha sempre onde escoar as suas produções. Santos (2013, p. 91) analisa que a cidade é um polo indispensável ao comando técnico de produção, a cuja natureza se adapta. Essa adaptação no processo produtivo e comercial, relacionado com o comércio, os preços, os subsídios, o custo do dinheiro etc., tem sua sede fora da região produtiva e seus processos frequentemente escapam ao controle (e até mesmo ao entendimento) dos principais interessados, que são os produtores. Isso leva à tomada gradativa de consciência pela sociedade local de que lhe escapa a palavra final quanto à produção local do valor.

4.4 O quinteto das necessidades

Diversos são os aspectos essenciais que constituem uma comunidade em um assentamento rural que propiciam o desenvolvimento socioeconômico, porém vale citar prioritariamente cinco: saúde pública; educação escolar; as possibilidades de acesso (estradas); os cursos que capacitam e orientam os assentados e os subsídios que possibilitam uma melhor produtividade, de acordo com as suas próprias percepções. Na entrevista estruturada, foi apresentado ao entrevistado os cinco itens acima, e lhes solicitado que relatassem, por ordem de prioridade, o que mais necessitaria melhorar no assentamento.

Os dados foram compilados quantitativamente, utilizando-se escala de pesos, considerando que a prioridade mais importante deveria ser citada em primeiro lugar (Prio-1), tendo, portanto, o maior peso, ou seja, peso 5; a segunda prioridade (Prio-2) teria peso 4 e assim sucessivamente.

A quantidade mencionada na coluna Prio- (prioridade) refere-se às vezes em que foi citada pelos entrevistados, cada uma totalizando 70 ao final da somatória. A partir dessa compilação, formatamos a seguinte Tabela, respeitando a importância com que as necessidades foram relatadas:

Necessidades	Prio-1	Peso 5	Prio-2	Peso 4	Prio-3	Peso 3	Prio-4	Peso 2	Prio-5	Peso 1	Total	%
Estradas	33	165	13	52	12	36	8	16	4	4	273	25,90%
Saúde	21	105	16	64	14	42	11	22	8	8	241	22,98%
Educação	6	30	18	72	24	72	12	24	10	10	208	19,73%
Capacitação	5	25	15	60	9	27	24	48	17	17	177	16,79%
Subsídios	5	25	8	32	11	33	15	30	31	31	151	14,71%

Tabela 1 – Quinteto das necessidades da comunidade Afatam, por prioridades (Prio)
 FONTE: Pesquisa de campo

O aprofundamento após o resultado dessas análises nos possibilitou conhecermos o “outro viés” de um assentamento rural, formando elos entre os dois brasis, o ideal e o real. O institucionalizado e o empírico, que constituem o “Brasil brasileiro”. O Brasil das teorias, e o outro, o Brasil real, com seus entraves, burocracias, mas também o Brasil do “jeitinho brasileiro”, que a tudo tenta consertar (ou maquiar), com a esperteza do malandro, e o atraso das concepções inadequadas. As interpretações seguem a partir da classificação atingida, ou seja, daquele que se apresentou maior precariedade (estradas) e finalizando com os subsídios.

4.4.1 As estradas do sol

As estradas no interior do estado são designadas como vicinais, de caráter secundário, e, na sua maioria não dispõem de asfaltamento, ou muitas vezes tornam-se intrafegáveis em determinadas épocas do ano. Na pesquisa de campo, detectamos que, no quesito “necessidades”, o tópico estradas atingiu o *podium*, com 25,90%. Ao analisarmos através da quantidade de entrevistados que a definiu com a prioridade número 1, entre os 70 entrevistados, 33 elegeram esse quesito como premente, atingindo o índice de 47,15% da população pesquisada.

A vicinal do Pau-rosa, mesmo asfaltada, apresenta-se com buracos em toda sua extensão asfálticas e outras três vicinais que permitem os acessos na comunidade analisada estão sofrendo recuperações inadequadas; as vicinais secundárias, que permitem acesso aos lotes, permanecem na precariedade, e, em alguns lotes, o problema apresenta-se pior ainda, por não possuírem acesso algum, exceto para o tráfego em bicicletas, motocicletas ou a pé, conforme constatações quando da pesquisa de campo.

O “sonho de consumo” para aquela comunidade, quando da recuperação das vicinais principais, se resumiam a piçarra, que, a cada dia, se tornava um sonho distante. Em diversas conversas com a equipe da associação de moradores que acompanham os trabalhos de

recuperação das vicinais, (ENT-1; ENT-2; ENT-12; ENT-30; ENT-35; ENT-54), percebi o sonho comunitário, como se fosse a “Disneylândia rural”: estradas trafegáveis.

Durante muitos dias acompanhei os trabalhos de recuperação das vicinais, estradas devidamente compactadas no barro em alguns trechos, areias “afofadas” em outros. Inquiri ao ENT-35: “Por que estão tentando compactar areia?” Respondeu-me: “Não tem mais caçamba para coletar piçarras pra jogar nas estradas, então eles têm que trabalhar com o que está disponível”. Volto a inquirir... “Mas cadê a caçamba que estava aqui? O gato comeu?” “Não, (sorriu da referência ao “gato”). Aquela que estava destinada para esta comunidade, o contrato dela com a prefeitura terminou, e não foi renovado”.

E os trabalhos continuam, ou tentam continuar. Quebra de máquinas, falta de combustível, ausência de operador... E a saga continua. Montei meu campo de observação na sede da associação, onde 15 mulheres cozinhavam para esses trabalhadores. Além dos problemas já citados, havia ainda as ações da natureza, e dessas ações decorreram transtornos.

Quando ocorreu uma grande chuva, a primeira após o início dos trabalhos nas vicinais, o ramal, raspado e compactado, porém não piçarrado, transformou-se em um “tapete felpudo” de lama, lisa, escorregadia, onde nem os caminhões trucados da obra puderam trafegar, pelo risco de deslizarem para fora da pista.

Consternei-me e relembro que a observação participante impõe atitudes metodológicas que o observador deve assumir em relação ao seu objeto, conforme cita Ribas (2009, p. 44-45), “somente um ser humano pode entender as razões humanas”, portanto, entendi essa relação de sonhos, perspectivas e anseios, que permeiam a mente dos assentados, visualizando o trabalho nas estradas, e a desilusão ao presenciar tanto lamaçal. Ribas (2009, p. 91) ainda questiona: “É possível olhar uma dada realidade sem se envolver emocionalmente? Não. Hoje os cientistas sabem que o envolvimento emocional faz parte da paixão por um tema que os atrai”, cabendo, nesse contexto, portanto, tomar cuidado com o envolvimento emocional, para que a subjetividade não interfira nos fatos observados, nem nas análises dos resultados, mas também não se transformando em um elemento totalmente distanciado, sem o alcance da emoção existente naquele momento e naquele contexto.

E no limiar entre as teorias e a realidade (tacitamente observada), constatamos que a comunidade Afatam possui as “estradas do sol”, porque, se chover, inutilizam-se, tornando-as intrafegáveis. Entre o prazer e a desilusão, captei alguns diálogos da equipe que acompanhava os trabalhos: “Será que, pros detentores do poder, as chuvas não fazem parte dos períodos chuvosos daqui? Faz sol o ano inteiro?” (ENT-1); “Será se imaginam que no inverno nós não produzimos culturas rápidas, tais como cheiro verde ou alface, porque cum chuva não podemos

escoar a produção?” (ENT- 2); “Acho que vou pedir pras minhas galinhas pararem de botar ovos, porque não tenho como sair da granja pra vender...” (ENT-30). O líder comunitário me relatou suas preocupações:

- Morador daqui, se sofrer acidente em dia de chuva, tá ferrado! Morre, porque não entra nem sai carro. A única solução é depender de processos do tempo dos avós... transportes em redes, em busca de socorro... É voltar no tempo. E o problema dos produtores, pra escoar suas produções? E o risco dos ônibus escolares, nessas ladeiras escorregadias? (ENT-35).

No dia seguinte às intempéries da natureza, presenciei um belo sol aquecendo a terra, na comunidade. Porém as estradas ainda ficaram intrafegáveis, até secar o barro viscoso. As vicinais são constituídas de ladeiras que, caso não se proceda a um trabalho condizente de recuperação, com material adequado, os veículos não subirão as ladeiras em dias chuvosos, e os que tentarem por elas descerem, incorrerão no risco de um mergulho indesejável pelas laterais, provocados pelo lamaçal escorregadio que são os componentes básicos das suas estruturas originais.

Naquele período acompanhei ao resgate de um veículo, vítima das condições climáticas citadas, e posteriormente presenciei mais um resgate, de ônibus escolar, que deslizou para fora da pista, devido ao lamaçal. Felizmente sem vítimas. Instiguei, em entrevista, o líder da comunidade, ENT-35, a respeito das condições de trabalho insatisfatória na recuperação das vicinais, ele me esclareceu:

- Quando reclamamos pela ausência da caçamba para colocar piçarras nas ladeiras, eles (os responsáveis pela recuperação), simplesmente nos dizem: não tem caçamba, então não posso fazer nada. Se tá ruim assim, nós tiraremos as máquinas, e vamos fazer a recuperação em outra comunidade, para pessoas que agradeçam pelo que estamos fazendo (ENT-35).

Pergunto-lhe se poderá realmente ocorrer a interrupção dos trabalhos, e a ENT-2, presidente anterior da associação por oito anos (dois mandatos), me esclareceu:

- *Ichi!* Só pode! Tem um monte de comunidade por aqui que as condições tá pior que aqui, e *tão* tudo doido pelo menos por uns arremedos de recuperação, então é *só nós bobiá* que eles vão pra lá. Em 2012 eles nos largaram “na mão” aqui. Ficamos com um dos ramais principais sem fazer nadinha nele, porque foram acudir outra comunidade, pra retornar depois e terminar aqui, mas não retornaram foi nada. Aí a gente fica com receio de exigir demais, e acontecer a mesma coisa agora!

E, pela cultura do “ruim com ele, pior sem ele”, as vozes se calam, emudecem no medo de perder o que já por ali chegou. A ENT-1 também me relatou: “Ontem fui noutra comunidade daqui... Em muitos lugares era só uma ‘picada’, em outras as ‘pinguelas’ eram terríveis, então me lembrei de como estavam as nossas vicinais e dei Graças a Deus pela forma que elas estão. As deles estão bem pior”.

Isto me reportou mais uma vez aos dois brasis: o que é, e o que preconiza as normatizações. De um lado está a presença do Estado, incentivando, orientando, normatizando, ou seja, na teoria há o apoio ao produtor, quer seja com recursos, quer seja com condições a escoar a produção; por outro lado há a realidade além das teorias, em que as estruturas normatizadoras não atendem as necessidades. As condições nem sempre são as preconizadas, a exemplificar: O INCRA repassou para a Prefeitura de Manaus a responsabilidade pela “Patrulha Mecanizada”, para a manutenção das vicinais do Pau-rosa. A patrulha foi instalada no KM 15 do referido ramal.



Figura 6 – Brasil Ideal. Patrulha mecanizada, máquinas novas e assentados felizes

FONTE: google. <http://osnyaraujo.blogspot.com.br/2011/04/com-o-testemunho-de-assentados-incra.html>



Figura 7 – Brasil Real. Máquinas sucateadas e abandonadas no ramal do Pau-rosa
 FONTE: Pesquisa de campo

No estreitamento dessa parceria, foi prometido que o assentamento Tarumã Mirim contaria com mais assistência técnica. Anunciou inclusive que um técnico (operador para as máquinas) residiria no ramal do Pau-Rosa para garantir essa assistência. Fragmentos abaixo da reportagem publicada on-line, transcrito a fala do Secretário de Produção de Abastecimento do município José Rogério Vasconcelos de Araújo³⁷:

- Estamos fazendo isso porque acreditamos na reforma agrária, acreditamos no campo e respeitamos os produtores rurais, homens e mulheres de muita fé. Precisamos entender que Manaus não pode ser vista apenas pelo Polo Industrial, mas também pela sua produção no campo, porque sem o campo, as grandes cidades como Manaus não existiriam (Fragmentos da entrevista do Secretário de Produção de Abastecimento).

Observamos mais uma vez a lacuna entre o preconizado e o realizado, entre o que deveria ocorrer e o que ocorre, e não de forma velada, mas sim divulgada e constatada sistematicamente, nos mostrando carências que poderiam ser sanadas, se o Brasil Ideal estivesse mais próximo ao Brasil Real, com menos demagogias e mais democracias, e o sentimento pudesse ser expresso sem o receio das repreensões. E o mito da obrigatoriedade da fala agradecida, em decorrência da “generosidade” ofertada, assola como moeda corrente nesse mundo paralelo. E isto eu percebi nesses períodos em que conheço o assentamento e os meses de observação participante, ouvindo, absorvendo, me surpreendendo.

³⁷ Fonte:<http://osnyaraujo.blogspot.com.br/2011/04/com-o-testemunho-de-assentados-incra.html>, publicado em 15 abr 2011.

4.4.2 Saúde pública no assentamento. Cuidado ou utopia?

Soares (2006), em seu trabalho sobre as políticas de saúde pública em assentamentos rurais, analisou que a saúde pública não diz respeito apenas ao atendimento médico e ao tratamento das doenças em nível individual, mas também em termos da existência e da qualidade de serviços básicos, como hospital, posto de saúde e agentes de saúde, nos assentamentos rurais e outras localizações na hinterlândia brasileira. No Tarumã Mirim, para adentrar-se nesse contexto, entrevistei a agente do posto de saúde, agente há quatro anos, e residente na localidade desde 2001.

Ela possui grande conhecimento da área e das pessoas, pois seu trabalho consiste nas visitas domiciliares. Segundo ela, há duas formas de atendimento, relativo à área da saúde: o atendimento em local fixo (no posto) e o atendimento domiciliar. O assentamento conta com um posto de saúde, no Km 15 do ramal do Pau-rosa, com o quadro clínico que atende às normatizações, formando a estrutura da saúde da família, em conformidade com o determinado pelo Ministério da Saúde (2001, p. 77).



Figura 8 – Posto de saúde no ramal do Pau-rosa

FONTE: Pesquisa de campo

Nas análises dos resultados que o tópico “saúde” classificou-se como o 2º item a demandar cuidados, com 22,98%. Após questionar alguns moradores sobre o porquê de o tópico saúde não ter sido bem avaliado pela população local, elas me informaram:

- Por tanta gente que procura o posto, o Tarumã Mirim *divia* ter um posto com instalações maiores, pois ele *num* atende só a nossa comunidade, mas todo o assentamento, que são em média 1.500 famílias no assentamento todo. É muita gente pra poucos atenderem, e tem gente *dimais* que sofre cum a *maleita*³⁸ e *leshimam* (Leishmaniose), qui tem dia nem cabe dentro do *postim* (posto de saúde). Sem contar também as *buchudas* (mulheres grávidas) e a *mininada* toda (ENT-2);

- Se alguém se acidenta *num* feriado ou *num* final de semana, também é *capaiz de morrê* à mingua, se nenhum *vizim acudí* e *levá* pra Manaus. A gente pode chamar a ambulância de Manaus, que demora a *chegá*³⁹, e se tiver *chovido* e for mais pra dentro (do assentamento), *num* chega é nunca, *porque num* consegue trafega. É contar *cum* a ajuda de Deus (ENT-18, 56 anos).

Obstáculos são superados, tais como epidemias, conforme nos relatam Nogueira e Mainbourg (2010), nos seus estudos sobre saúde/doença no Pau-rosa, mostrando que a natureza e o processo saúde/doença se entrelaçam e mantêm um vínculo constante em que a natureza ora é provedora de auxílio e segurança, ora causadora de doenças. Nas visitas periódicas (mensais) às residências, quando detectado através de diálogos sobre os sintomas ou indícios de hipertensão ou diabetes, o morador é encaminhado ao posto de saúde e o paciente é cadastrado para o controle da hipertensão (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997). Recebem gratuitamente as medicações prescritas. Executa também diversos outros programas governamentais, tais como:

a) Programa Leite do Meu Filho. Favorecem as crianças entre seis meses até cinco anos. Antes de seis meses as crianças não são atendidas nesse programa, inclusive para não incentivar o desmame do leite materno antes da idade recomendada pelo Ministério da Saúde. De acordo com o portal da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)⁴⁰, para que o programa alcance seus objetivos de suprir as deficiências nutricionais da criança e garantir o efetivo acompanhamento de sua saúde, as condicionantes, de acordo com o secretário Francisco Deodato (secretário da SEMSA), foram elaboradas com o apoio de um grupo técnico, composto por pediatras, nutricionistas, enfermeiros e assistentes sociais. Somente em casos específicos da impossibilidade de a criança receber o aleitamento materno é que se cadastra a criança, com um constante acompanhamento quando da visita mensal da agente da saúde. É o que determina o SEMSA, a especificar que o Programa de Nutrição Infantil Leite do Meu Filho prevê o

³⁸ Alcinha de malária.

³⁹ O filho da ENT-12 sofreu acidente com o manuseio da motosserra no período em que eu fazia o trabalho de campo. Ocorreu o óbito antes da chegada da ambulância.

⁴⁰ Publicado em 23/08/2011.

Fonte: <http://semsa.manaus.am.gov.br/prefeitura-inicia-cadastramento-do-programa-leite-do-meu-filho/>

fornecimento de quatro latas, por mês, de fórmulas infantis para complementação nutricional para crianças de seis meses até cinco anos⁴¹;

b) Programa de Planejamento Familiar. Favorecem os moradores, com distribuição de preservativos, medicamentos contraceptivos, acompanhamento à gestante, com consultas, encaminhamentos a exames e ultrassonografia, em observância ao que preconiza o SEMSA,

A Equipe Técnica Municipal das Ações em Saúde da Mulher avalia e monitora ações de saúde que contribuam para garantia dos direitos humanos das mulheres e redução da morbimortalidade por causas evitáveis de forma integrada nos diversos níveis do sistema: Planejamento Familiar; Pré-Natal, Parto e Puerpério; Prevenção do Câncer de Colo de Útero e Mama; Violência Contra Mulher.

Conforme informações da DIV-2, que, devido à expansão do Programa de Planejamento Familiar, os serviços de parteira, antes bastante difundido entre os moradores, ora apresenta-se com pouca utilização, sendo às vezes solicitados somente pelos moradores com os costumes mais antigos;

c) Programa Bolsa Família. Esse programa exige dos pais: manter a vacinação da criança em dia; frequência regular na escola; acompanhamento médico (válido também para o Programa Leite do Meu Filho); preventivo em dia para a mãe (válido também para o programa Leite do Meu Filho). Esse programa atende às determinações da Lei 10.836/2004, de 09 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004, de 17 de setembro de 2004, compartilhada entre União, Estados e Municípios,

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Quando questionei, no momento dessa entrevista, sobre o motivo da exigibilidade do exame Papanicolau nas mulheres, para a continuidade nos programas infantis, pois eu não conseguia assimilar um ao outro e ela esclareceu-me:

- Mãe saudável cuida melhor dos filhos. Se ela está doente, ela mal tem como cuidar de si mesma, ficando a criança carente de cuidados básicos. Dê uma olhada sobre as estatísticas no Amazonas sobre o câncer de colo de útero. É assustador. E na zona rural, se a gente não ficar de olho, elas descuidam (DIV-4).

⁴¹ Os bebês até seis meses de idade – que têm inscrição restrita aos casos de órfãos maternos e/ou com mães com HIV, seguindo as diretrizes de incentivo à amamentação materna – recebem a fórmula do tipo 1. Fonte: <http://portalsocialdobrasil.org.br/boas-praticas/seguranca-alimentar/programa-leite-meu-filho/>

Diante da sugestão, levantei as estatísticas sobre o câncer de colo uterino, no Amazonas, e constatei realmente que possui estatísticas alarmantes, conforme os resultados relatados por Waiselfisz (2013),

De acordo com as estatísticas de 2012 do Instituto Nacional do Câncer (Inca), o Amazonas é o primeiro no *ranking* brasileiro em número de casos de câncer de colo de útero. Isto quer dizer que enquanto no restante do País a taxa bruta de incidência para cada 100 mil habitantes é de 17,49 casos, no Estado este número sobe para 35,15, ou seja, mais que o dobro. Em Manaus, esses dados são ainda mais alarmantes: 52,03 casos para cada 100 mil mulheres. Só em 2011, a Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas (FCecon), unidade de referência no tratamento do câncer em toda a Amazônia Ocidental, registrou 226 novos casos da doença.

A DIV-2 me esclareceu há também aspectos deficitários tais como estrutura física sem condições (pequena), sem espaço para um bom atendimento, confirmando o já mencionado por diversos entrevistados. Contou-me que já houve inclusive atendimento médico fora do consultório, devido a grande demanda de pessoas, e o pouco espaço físico existente para os devidos atendimentos. As instalações funcionais para farmácia, pesagem, aferições de pressão arterial também são exíguos, demandando investimentos em infraestrutura para atender à população do projeto de assentamento Tarumã Mirim.

O posto de saúde conta também com outros serviços ofertados à população tais como:

a) Farmácia. Fornecimentos de contraceptivos; vitaminas; vermífugos; medicamentos à base de ferro e cálcio; os medicamentos para hipertensos e diabéticos; produtos dermatológicos como pomadas, materiais para curativos, etc.;

b) Exames rotineiros. São agendados em laboratórios em Manaus, o paciente se dirige à cidade para esse fim;

c) Vacinas. As crianças têm acesso a todas as vacinas propícias à idade, e para os adultos há as vacinas contra a febre amarela e a antitetânica.

Nos atendimentos emergenciais, como picadas de cobras ou outros acidentes de consequências trágicas, como acidentes com a queda de árvores, mencionados também pelo Secretário da SEPROR, Bezerra, (2010), ou outros acidentes graves, o acidentado é encaminhado à Manaus através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Para as ocorrências noturnas o auxílio solidário é evidente, quando o vizinho que tem carro auxilia àquele que não tem, numa interação coletiva, encaminhando às Unidades de Pronto Atendimento de Manaus, porque o posto de saúde atende somente no período diurno, até as 17 h.

4.4.3 A escola e a leitura de mundo: regionalizar para ensinar

O cotidiano dos alunos é fonte de informações para que eles desenvolvam o processo da escrita, no registro sistêmico das suas impressões, exercitando neles a capacidade dissertativa. Santos (2007) refuta a monocultura do saber e do rigor, sendo ela a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico, porque contrai o presente, eliminando muita realidade que fica fora das concepções científicas da sociedade.

Nessa monocultura há a rejeição das práticas sociais que estão baseadas em conhecimentos populares, conhecimentos indígenas, camponeses, urbanos, mas que não são avaliados como importantes ou rigorosos. Em contrapartida, adota a ecologia dos saberes, o qual o saber científico possa dialogar com o saber laico, com o saber popular, dos indígenas, das populações urbanas marginais, o saber camponês.

Nas interligações com as teorias de Morin (2014, p. 189), essa ecologia dos saberes insere-se na dialógica, porque duas lógicas, dois princípios, unidos, podem desenvolver e proporcionar o avanço da ciência, sem que a dualidade se perca nessa unidade, o que leva uma mesma prática a ser interpretada como participando de suas lógicas opostas, ou seja, o racionalismo (através da cientificidade) dialogando com o empirismo (sua prática vivenciada no cotidiano), a verificação (que possa permitir, ou não, a sua falseabilidade) com a imaginação (na formulação das possíveis hipóteses, que poderão ser ou não confirmadas), no entanto, nem por isto elas possam ser mais ou menos válidas. E esse aprofundamento da ciência só seria possível na vivência empírica daquilo que se pretende estudar, porque o saber popular também é ciência.

Pesquisas realizadas em universidades brasileiras vêm constatando a exatidão de achados do saber popular. Discussões assim podem ajudar as classes populares a ganhar confiança em si ou a aumentar o grau de confiança naquilo que já se sabem (FREIRE, 1992 – p. 69). Santos (2013, p. 46) complementa esse raciocínio, ao confirmar que a universidade tem um máximo de consciência possível, e é preciso explorá-lo, a partir da adoção da ecologia de saberes como uma extensão universitária ao contrário: a extensão convencional é levar a universidade para fora, a ecologia de saberes é trazer outros conhecimentos para dentro da universidade, uma nova forma de pesquisa-ação.

A explicação de mundo faz parte da compreensão de sua própria presença no mundo. Com essa metodologia, não há dicotomias entre o viver e o aprender. E isso vem explicitado ou sugerido ou escondido no que Freire (1996) chama “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra”. O professor é tão (senão) o mais importante formador de indivíduos

capazes de serem semeadores de progresso, de riqueza, de mais educação, e tudo a partir desse processo ensino-aprendizagem.

Em busca de um melhor aprofundamento acerca da Educação Básica no Campo, para entender as nuances que classificaram o tópico educação em 3º lugar no quesito necessidades, com 19,73%, acompanhei pais e alunos nos seus roçados, residências e lazeres. Também entrevistei a responsável pela Divisão de Desenvolvimento Serviço de Educação e Cidadania do INCRA AM, quando ela me esclareceu que

... entre 2004 e 2008, foram implementado por meio de parceria entre INCRA e UEA, um curso de licenciatura na modalidade Normal Superior, ministrado em módulos (períodos) visando a formação de professores para atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e dois cursos de EJA – Educação de Jovens e Adultos em parceria com a UFAM, visando a alfabetização e escolarização de assentados, bem como a capacitação de professores. Estes projetos/cursos abrangeram áreas de reforma agrária de Manaus e entorno, inclusive o Projeto de Assentamento Tarumã Mirim.

O processo educacional apresenta-se como um dos maiores elementos formadores cognitivos no ser humano, pois, em concomitância com a educação familiar, educam-se cidadãos, criam-se mentes pensantes. Por serem os professores, na zona rural, os mediadores essenciais na formação dos indivíduos, através do processo educacional, eles se tornam os principais semeadores educacionais, conforme a fala do ENT-30, ao conversarmos sobre a educação na zona rural, o qual me explanou:

- O papel da escola aqui no interior é muito importante, porque tem muita gente aqui que não sabe ler nem escrever, e tem um montão de filhos. Eles têm o cuidado de botar os filhos na escola, mas a responsabilidade dessa parte da educação fica só a critério dos professores mesmo. Como é que eles podem ajudar nas tarefas escolares, por exemplo, se o estudo deles é bem pequeno? Tem gente de bom estudo aqui dentro, mas a maioria não! (ENT-30).

Isto nos mostra o quão importante se apresenta este tópico, que é a educação, na representatividade da comunidade rural, o qual pode ser o princípio do fortalecimento do saber, ou, dependendo do descaso, da estagnação ao fator educacional. Ademais, conforme já mencionado por muitos entrevistados, e também verificado *in loco*, muitos pais não possuem conhecimentos pedagógicos que possam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, portanto, somente a mediação em sala de aula propicia melhores aproveitamentos no processo pedagógico.

Quando esse processo se desenvolve na interação e com a utilização de metodologias, sem dicotomizar o aluno do seu cotidiano, as assimilações ao conteúdo do currículo se processam de forma eficaz. A escrita, como uma das formas ao letramento do aluno, se harmoniza no processo, quando flui dentro dos seus parâmetros sociais, através de da sua

vivência diária, como um continuísmo da sua rotina, transformando o aprendizado em riqueza, progresso, e tudo a partir desse processo ensino-aprendizagem, que o ensinou a ler e escrever. Conforme nos ensina Freire (1981 p. 13), “mais que escrever e ler que a ‘asa é da ave’, os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de outro aprendizado: o de ‘escrever’ a sua vida, o de ‘ler’ a sua realidade”, pois é na intimidade com a ação escrita, que o aluno se identifica, encontra com mais facilidade as palavras que melhor descreverão aquele fato.

Na zona rural a representatividade do professor se torna elementar, porque diversos pais ou responsáveis não possui letramento adequado para a mediação pedagógica adequada, ficando somente a cargo do professor a função da inserção da criança no “mundo das letras”, mundo este que, em conformidade com as teorias de Freire (1981; 1987; 2000), quanto mais próximo do cotidiano do aluno, mais próximo também a sua assimilação no processo de aprendizagem.



Figura 9 – Escola Municipal Neusa dos Santos Ribeiro, no Ramal do Pau Rosa
FONTE: Pesquisa de campo

Como educador é necessário ir “lendo” cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares estão vivenciando. Essa leitura de mundo, citado por Freire em diversas das suas obras, refere-se inclusive às rotinas tradicionais, que fazem parte da vivência diária de cada um.

4.4.4 O elo entre dois brasis

O item “cursos de capacitações”, classificado em 4º lugar, com 14,71% e isto nos intrigou. Ora, conhecimento nos dão ideia de otimização, produtividade, e isto não é predominante na comunidade. Para uma melhor assimilação a esse quesito, acompanhei os técnicos do IDESAM em seus trabalhos de campo dentro do projeto de assentamento Tarumã Mirim, em diversas comunidades. Nessa trajetória pude observar que eles (os técnicos) poderiam ser os elos de interligação entre os dois brasis, ou mesmo a interseção entre instituição e assentados. Eles fazem “a ponte” entre assentado e Estado quando executam o cadastramento, quando elaboram projetos, quando ofertam conhecimentos e técnicas. Porém nem tudo se desenvolve como o apropriado ou como o planejado, conforme fala de um dos técnicos do IDESAM:

- As adesões são poucas, porque há diversas dificuldades. Nem sempre o líder da comunidade tem contato com o assentado (ou morador) para informar do evento, por diversos motivos. Alguns não querem largar seus afazeres no lote pra ir se capacitar, e por aí vai... Há a resistência dos mais idosos em mudarem suas técnicas de produção... Os jovens, que naturalmente são mais acessíveis a novas técnicas, inovações, são presenças raras. Já foram embora, estão estudando ou trabalhando em Manaus. Os que ficam são pais, avós, e para muitos, é difícil mudar suas técnicas de trabalho (falas de um dos técnicos do IDESAM).

Os técnicos também me comunicaram que encontram resistências para passar as devidas orientações para diversos assentados, principalmente os de idade mais avançada, por diversos motivos, conforme me exemplificaram:

- Os mais idosos costumam dizer: “A vida inteira do meu pai criou galinha de um jeito, e sempre deu certo, por que vou mudar?”; Ou então: “Minha família sempre plantou mandioca assim, vou mudar pra quê?” e outras justificativas... “O que vou aprender com esses garotos? Minha experiência é muito maior que a dele...”. Tem tudo isso. Nem sempre é fácil aceitar “o novo”, “o diferente”, mesmo para assimilar melhores técnicas para o manuseio mais produtivo (falas de um dos técnicos do IDESAM).

Há ainda outros parâmetros que inibem as participações nos cursos de capacitação ou nas liberações de subsídios governamentais: as formas irregulares em que se encontram muitos moradores. Para esse aspecto é válido informar que, dentre os 70 entrevistados na comunidade Afatam, 28 deles são irregulares (40%) e 42 são assentados de forma regular junto ao INCRA, correspondendo a 60%.

- Quem não tem o documento da terra, não é oficialmente assentado, não podem fazer projetos para pegar recursos subsidiados do governo. E no Tarumã tem muitos nessa situação. Para outros que são assentados, também não o fazem, instigados pela própria desesperança. Dizem: “já fiz um monte de projetos e não saiu o recurso, então por que fazer de novo? Vou me virando como posso” (falas de um dos técnicos do IDESAM).

Naquele momento em que eu os acompanhava no cadastramento prévio para o programa Fomento Mulher, a verba governamental ainda não se encontrava disponibilizada para tal. Nos momentos do cadastramento das possíveis tomadoras do crédito, eles sempre as informavam que nada ainda era definitivo naquele processo. Mas os sonhos daquelas mulheres teimavam em emergir, através dos seus risos, palavras e olhares, mesmo sendo aquele somente o início de um demorado desenrolar de liberação de subsídios (se ocorresse).

Cito fragmentos da fala de três assentadas da comunidade São Sebastião (no final do Ramal da Cooperativa, no Tarumã Mirim), quando do momento do cadastramento. É válido esclarecer que nas referidas visitas, os técnicos verificavam *in loco* a área em que seria aplicado o recurso, caso viesse a ocorrer a liberação do crédito. Nesses momentos eles já passavam instruções superficiais sobre a execução do projeto em que elas estavam pleiteando:

- Filho, quando o dinheiro sair, nós *vamo* construir aqui um galinheiro bem legal. *Vamo tê ôvo* pra vender, pintos, e até mermo umas galinhazinhas. Nossa vida vai *miorá* daqui pra frente, *cum* a força do nosso senhor Jesus Cristo. É só a gente se *agarrá* na fê que Ele acode a gente” (1ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

- *Oia, véio* (esposo), *vamo* prantá açai, andiroba, e mandioca⁴². *Vamo tê* nosso pezinho de *meia*. *Vamo* fazer do jeito *qui* o *dotô* aqui tá dizendo, *qui* vai dá certo, *cum* fé em Deus. Aí a gente sai desse aperreio danado. A gente só num pode é *discuidá* do *qui* ele tá *insinando* pra *nóis* (2ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

- Esses *mininos* são nossa salvação dona, eles *istão* sempre *insinando* pra gente umas coisas *qui* a gente ia morre de *véia* e *num* sabia. Eles *trais pra nós num* é só informação não, eles *trais* também *isperança*. E disso a gente precisa *dimais* aqui no assentamento, sabia? (5ª assentada da comunidade São Sebastião a receber a visita dos técnicos do IDESAM).

O que posso definir do trabalho do IDESAM? Eles representam o elo que possibilitam a junção dos paralelos entre os dois brasis, ao proporcionar a interligação entre teoria e prática. Mas para que utopia e realidade se tornem elos que se ligam, ainda há uma longa trajetória entre

⁴² Observei o técnico orientar pacientemente às mulheres que o plantio consorciado evita a manifestação de pragas, o que é comum nas monoculturas.

dotação orçamentária, vontade política e assentamentos para assentados (e não moradores - irregulares), determinação dos beneficiários em se capacitarem, para que o elaborado nas teorias se tornem possíveis na execução do trabalho na terra.

Nesse contexto de 40% de lotes destinados a pessoas que não os assentados legitimados, inviabilizam todos os processos normatizados para a agricultura familiar dentro de um assentamento rural, interferindo na produtividade local. Lembrei-me, e comentei com eles sobre uma fala do *seu* José Cândido, mencionada no seminário Agroecológico da UFAM, ocorrido em dezembro/2015, onde ele citou: “Quando o campo não planta, a cidade não janta”, o que nos remete ao ciclo da terra, principalmente à terra amazonense, do Tarumã Mirim, que precisa sofrer correções, investimentos, para nela produzir, mas para tal o próprio assentado necessita nela residir, para obter os subsídios governamentais. Consequentemente, há a necessidade de haver técnicas e verbas disponíveis, para fechar o ciclo produtivo da terra. Porém, não somente plantar manivas, sementes ou tubérculos, mas também plantar possibilidades, para que o “homem do campo” devidamente assentado seja também o “homem da esperança”, por haver oportunidades variadas e capacidades produtivas, quer seja na terra, na água ou no imaginário que produz realizações e sustentabilidade.

4.4.5 Um projeto para quem?

Na análise ao 5º item das necessidades na comunidade Afatam, um paradoxo necessita ser esclarecido: os subsídios governamentais alcançaram a última classificação, com 14,71% não porque é um dado presente, que supre a necessidade no tocante às assistências financeiras na agricultura familiar. Em busca das devidas confirmações entre teoria e prática, no trabalho de campo, nas observações participantes, presenciei lançamentos de projetos governamentais, tais como Pró-mecanização, Pró-calcário e outros projetos Pró-safra 2015 dentro do assentamento Tarumã Mirim. Dentre os 70 entrevistados, acompanhei alguns em seus esforços para beneficiarem-se dos fomentos e créditos habitacionais, disponibilizados pelas instituições. Mesmo sendo assentados (regularizados junto ao INCRA), residindo no lote, tais como ENT-1; ENT-3; ENT-4; ENT-5; ENT-18; ENT-29; ENT-33; ENT-36; ENT-40; ENT-42; ENT-53; ENT-54; ENT-60, entraves surgiram, que descaracterizaram os preconizados por lei, em desacerto entre Estado-assentado.

Esclarecemos que, no tocante aos subsídios para a agricultura familiar, os descontos beneficiam o assentado entre 40% a 85%, sendo, portanto, um crédito muito atraente. A exemplificar: Para o plano pró-mecanização com subsídios de 85%, (o produtor pagará apenas

15%), parcelado, a uma taxa de 3,00% a.a. pela Agência de Fomento do Estado do Amazonas (AFEAM), conforme presenciei no lançamento ao projeto Pró-safra no Tarumã Mirim. Ao tomar conhecimento desses números, mais parece um sonho surreal, porém somente 30% (21 entrevistado dentre os 70) já utilizaram os devidos subsídios, apesar de muito atraente.

A comunidade Afatam, tais quais muitas outras comunidades no Projeto de Assentamento Tarumã Mirim, possui uma característica peculiar, o que o inviabiliza para a obtenção desses recursos subsidiados, sob três aspectos, os quais merecem uma contextualização detalhada: os assentados do lazer (comparecem à propriedade somente aos finais de semana); os moradores dos lotes (sem a concessão cedida pelo INCRA); a falta da disponibilidade dos recursos (falta de dotação orçamentária).

Ao investigarmos sob outro ponto de vista, verificamos que a “maioria” dos beneficiários da terra é formada por “assentados”, correspondendo a 60,00%, conforme já mencionado anteriormente, porém, vale ressaltar que em um assentamento rural, “todos” deveriam ser assentados, e não somente a “maioria”. O problema acerca da não utilização dos subsídios conta com mais um entrave na sua trajetória entre “criar” e “efetivar” a disponibilização do recurso, pelos aspectos citados nos órgãos governamentais, tais como: “não há verba” ou “devido a crise que o país atravessa...”, ou seja, continua sem verba para subsidiar a produtividade no campo.

Selecionamos alguns daqueles em que nunca utilizaram verbas de subsídios para suas produções: “Num *perdo* mais tempo de ir *atraiz* de recurso não. Nunca têm verba pra *nóis*, *intão* me viro da forma *qui* dá. Já cansei de tentar” (ENT-5). Outros retrucam:

-*Nóis* precisa do dinheiro é logo, mas a gente vai lá e *num* tem, dizem pra *isperá*. Mas *cumoisperá*? *Nóis* tem *qui* produzi logo, *sinão* *num* tem jeito. *Nóis* vive do que cultivava. Se for ficar só na *ispera*, *vamo* *morrê* é de fome, e eu tenho força de trabaiaá, *intão* vou tocando. A terra tá aqui, *num* é muito boa, é fraca, mas tá disponível. Água também tem. *Intão* é *trabaiá* (ENT-40, 49 anos);

-Não podemos preparar uma parte da terra e parar, *isperando* surgir recursos, *sinão* o que já fizemos se perde com o tempo. É preparar e *pruduzi* logo... Por isto que nem corro mais atrás, *sinão* eu *perdo* até o que já fiz na terra com meus parques recursos, sem ajuda de ‘lado de lá’, *qui* sei *qui* é difícil de chegar. Às *vez* chega pra um, pra outro, mas é difícil... (ENT-42, 40 anos);

- Na minha piscicultura, não posso conseguir os alevinos e esperar recursos do governo pra escavar mais tanques, nem posso escavar os tanques e ficar esperar recursos pra compra de alevinos. Não posso [...] esperar recursos federais pra comprar as rações pros peixes, senão eles morrem de fome. E eles morrendo, eu morro também, né?

(Risos). Uma coisa é ligada à outra, e demanda agilidade, que é o que não temos quando precisamos de recursos “do lado de lá”. Isso deixa a gente tão *disesperançoso*, *qui* nem conto mais *cum* isso (ENT-50, 37 anos).

Quando da minha entrevista com o engenheiro do IDAM, confirmou-me ele sobre problemas tais como insuficiência de verbas, existência de moradores sem autorização do INCRA, inadimplência de diversos assentados junto aos bancos, advindos de acordos subsidiados não quitados, etc. instigam a distâncias cada vez mais aparentes entre esses dois brasis.

4.5 Desfecho conclusivo da seção

Uma comunidade é composta por diversidades de fatores, e no projeto de assentamento Tarumã Mirim constatamos que a sua cultura se miscigena por dois motivos principais: a interferência da cultura urbana em um ambiente rural, devido à proximidade de Manaus, e a existência de migrantes das diferentes regiões brasileiras, contribuindo para a pluralidade dos costumes.

Observamos que, com a implantação do Programa Luz para Todos, os ajustes culturais modificaram a rotina dos assentados, possibilitando a utilização de tecnologias possíveis somente com a utilização da energia elétrica, porém também acentuou as diferenciações sociais, inclusive pelas “demonstrações de posses” de uns, com a sua gama de eletrodomésticos, enquanto outros possuem somente “bicos de luz”, uma simples TV de sinal analógico e, fechando o inventário, um pequeno ventilador.

Nos puxiruns, percebemos que alguns apresentam peculiaridade, tais como: o da noite e o da madrugada, por não participarem todos os membros da família, principalmente crianças, devido não possuem a técnica, desenvoltura e agilidade necessária para a colheita dos produtos. Fato diferentemente do citado por Matos (2015, p. 211) em outros puxiruns tradicionais “do dia”, o qual analisa como uma prática costumeira e de raiz, envolvendo crianças, jovens e adultos de ambos os sexos para ajudar.

As interdependências são elos presentes, por demandar tempo certo e agilidade no trabalho, o qual um assentado depende indelevelmente do outro, porque diferenças de dois ou três dias marcam as margens entre a qualidade e perda do produto, por ser de cultura rápida, que não pode “passar do dia” da colheita. Este fato também os socializa, e os mantém unidos. Foi pertinente presenciar esse fenômeno entre solidariedade e respeito, ao observar o produtor

retirando da terra o seu sustento, exausto e feliz, por ser autônomo da sua produção, e da própria história, vivida em meio à natureza rústica.

A socialização também foi elemento presente e verificável, na interação entre eles, em que as brincadeiras foram componentes essenciais, formando a vivência comunitária. Em diversos momentos, inclusive nos puxiruns, foi possível observar as imbricações entre trabalho e lazer, não sendo possível separar os âmbitos, porque, mesmo cansados, na lida no dia, na noite ou na madrugada, a exaustão pelos trabalhos executados não impediam o riso, as pilhérias, as brincadeiras entre os participantes.

Porém as necessidades também foram percebidas, e relatadas pelos entrevistados. Nas análises percebemos os desacertos entre o preconizado e o praticado, nos problemas que interferem o ir e vir, ou no escoamento das produções, devido às precariedades das vicinais. Percebemos também que a educação escolar possui uma grande responsabilidade no que concerne ao processo pedagógico, porque muitos pais não conseguem participar das tarefas escolares dos filhos, devido aos seus poucos estudos.

As capacitações e as liberações de subsídios também possuem suas deficiências, instauradas nos dois âmbitos – assentados e instituições – um por encontrar-se irregular e o outro por insuficiência de verbas governamentais. Porém diversos entraves podem ser sanados ou amenizados, se as lacunas entre o Brasil Ideal e o Brasil Real se confluírem, dirigindo-se a um mesmo ponto convergente: acessibilidade e produtividade.

5 LAZER, PROCESSO CIVILIZADOR E... FORÇAS ANTAGÔNICAS?

A nossa sustentabilidade como indivíduo, naqueles momentos em que vivemos “além do trabalho”, necessita equilibrar-se entre o repouso, o prazer e o estar bem. Não esquecendo também o âmbito geral da vida, a envolver o trabalho e o desenvolvimento da personalidade, porque “a vida não é só trabalho”. O indivíduo usufrui do lazer no seu cotidiano, conforme nos relata Matos (2015, p. 391), pois o prazer permeia a obrigatoriedade do fazer. Em estudos sobre Permacultura⁴³, deparei-me com as publicações de Pereira (2012), em seu espaço digital, a relatar sobre o lazer em comunidades rurais,

Em uma comunidade rural o que se faz para se divertir de forma saudável envolvendo todas as famílias? Muitas diversões estão ligadas a cultura local e as tradições, daí nem todos os tipos estão presentes em todas as regiões. Ensina a brincar com o vento, com o sol, com a água, com o barro. Para as crianças, principalmente os filhos de agricultores, é imprescindível aprender brincar com estes recursos da natureza. Manter contato do toque, do manipular, deve fazer parte da vida e das diversões destas crianças. [...] Para muitas pessoas, a tarefa de lidar com a terra já é um prazer, é divertido, inusitado, desafiante. Criar conexões entre a terra, o vaso, a planta, a flor, o fruto e a cor é instigante. É um raro prazer que precisa ser vivido, vivenciado. A alegria é o plantar e o colher é o prazer. [...] precisamos aprender como dosar o tempo para o trabalho e criar tempo para o lazer, isto conduz também à saúde.

Isto nos instiga às interpretações que, para se divertir, relaxar, não necessita ser através de um lazer elitista, porque ele pode estar inserido em ambientes os mais diferenciados, em formas variadas. Ademais, na zona rural as opções de lazer possuem suas nuances singularizadas, pela escassez (ou inexistência) dele ofertado pelo Estado. Apesar da proximidade à zona urbana, no Tarumã Mirim não existem os parquinhos para as crianças, as praças ou cinemas para os jovens, os centros de convivência para os anciãos.

Mas existem as árvores para as crianças subirem, as matas para os adultos praticarem as suas aventuras, os banhos para apreciarem os seus mergulhos, os campos improvisados para jogar a “pelada”, iluminados pelo “bico de luz” à noite, ou nos finais de semana, entre as obrigações de “cuidar dos bichos” e o “aguar das plantas”.

Para analisar o aspecto do lazer na Comunidade Afatam, solicitei que o entrevistado citasse, por ordem de importância, cinco formas de lazer que ele mais apreciava, e praticava na comunidade. Para a compilação dos dados, as primeiras opções foram catalogadas com peso maior. Utilizamos, para a formatação da tabela, os critérios de importância, utilizando peso 5 (P-5) para o lazer mais apreciado; peso 4 (P-4) para o 2º lazer mais apreciado, e assim sucessivamente, até a última opção de lazer, dentre os cinco citados, para peso 1 (P-1),

⁴³ Criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza.

compondo-se a tabela que consta as classificações das 16 formas de lazer apresentadas aos entrevistados, os quais relatamos detalhadamente na Tabela, e nos dados particularizados.

Classif.	Lazer	Qt	P-5	=	Qt	P-4	=	Qt	P-3	=	Qt	P-2	=	Qt	P-1	=	Geral	%
1º lugar	Conversar c/amigos	8	5	40	3	4	12	12	3	36	16	2	32	17	1	17	137	13,02
2º lugar	Pescar	9	5	45	11	4	44	8	3	24	6	2	12	6	1	6	131	12,45
3º lugar	Assistir TV	4	5	20	10	4	40	10	3	30	10	2	20	9	1	9	119	11,31
4º lugar	Caminhar	7	5	35	9	4	36	9	3	27	5	2	10	5	1	5	113	10,74
5º lugar	Ouvir rádio	5	5	25	7	4	28	6	3	18	10	2	20	8	1	8	99	9,41
6º lugar	Futebol	8	5	40	6	4	24	4	3	12	1	2	2	3	1	3	81	7,70
7º lugar	Ler	5	5	25	6	4	24	2	3	6	2	2	4	5	1	5	64	6,08
8º lugar	Dançar	8	5	40	2	4	8	4	3	12	0	2	0	1	1	1	61	5,80
9º lugar	Nadar	3	5	15	3	4	12	6	3	18	6	2	12	4	1	4	61	5,80
10º lugar	Jogos	3	5	15	4	4	16	4	3	12	5	2	10	2	1	2	55	5,23
11º lugar	Caçar	5	5	25	4	4	16	1	3	3	1	2	2	3	1	3	49	4,66
12º lugar	Cantar	3	5	15	2	4	8	4	3	12	2	2	4	1	1	1	40	3,80
13º lugar	Canoagem	2	5	10	2	4	8	0	3	0	0	2	0	0	1	0	18	1,71
14º lugar	Pedalar	0	5	0	1	4	4	0	3	0	2	2	4	1	1	1	9	0,86
15º lugar	Ócio	0	5	0	1	4	4	0	3	0	1	2	2	2	1	2	8	0,76
16º lugar	Viajar	0	5	0	0	4	0	1	3	3	1	2	2	2	1	2	7	0,67

Tabela 2 – Classificação, por ordem de preferências, do lazer na comunidade Afatam

FONTE: Pesquisa de campo

a) Conversar com os amigos. A socialização como a primeira opção de lazer reforça a importância da interação entre os seres humanos. Para nós apresentou-se como uma surpresa, por supormos “pescar, assistir TV, ouvir rádio e nadar” como as opções mais propícias às primeiras classificações, demonstrando mais uma vez que as surpresas fazem parte das constatações nas pesquisas de campo. As águas formam o catalizador entre pessoas e lazer. A socialização ocorre inclusive às margens dos igarapés existentes na comunidade, principalmente aos finais de semana, instigados pelo calor, ou pelo repouso ao corpo cansado da lida semanal;

b) Pescar. A pesca, neste capítulo do trabalho, não está inserida na categoria comercial, quando da retirada do pescado nos tanques-criatórios para a venda, e sim na subcategoria amadora, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, de acordo com a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, tendo por finalidade o lazer ou o desporto. Conforme detectado pela pesquisa de campo, na comunidade Afatam, dentre os 85 lotes existentes, 23 deles possuem tanques escavados para criatório de peixes, e em alguns deles os proprietários

permitem que os seus clientes pesquem o produto, sendo, portanto, comércio para o proprietário e lazer para o comprador, conforme fragmentos de diálogos: “Quanto a gente tá com pressa, compra o que tá no gelo⁴⁴. Quando tem tempo, a gente aproveita pra apreciar uma pescaria e, ainda por cima, levar pra casa o alimento pra família. Mesmo tendo que ir comprar, é divertido porque relaxa.”;

c) Assistir televisão. Este lazer está inserido nas atividades miméticas propostas por Elias e Dunning (1992), quando as tramas televisivas aproximam-se do real, envolvendo o telespectador com os roteiros apresentados, em interações emocionais em que o fictício mescla-se nas suas realidades. Para este 3º lugar, apresentou-se também uma surpresa, porque prevíamos anteriormente que “Assistir televisão”⁴⁵ seria o lazer que ficaria no topo da lista, devido ao seu apelo mimético, onde “a arte imita a vida”. A cultura novelística já faz parte da rotina diária da sociedade, influenciando inclusive os comportamentos, tais como: vestuário, linguajar, atitudes, etc. Dumazedier (1973, p. 178) cita que, assistir à televisão é uma ocupação de tempo livre⁴⁶, sendo já essa característica uma poderosa determinante daquilo que o público espera do conteúdo dos programas. Essa expectativa é, porém, complexa: desejo de evasão e participação, entretenimento e adaptação, informação e formação desinteressadas. Em virtude do assentamento não possuir cinema, teatro, nenhum espaço público ofertado pelo Estado em atendimento ao lazer, hipoteticamente a televisão supriria essa demanda, porém, 27 entrevistados⁴⁷ (38,57%) não citaram em nenhum momento essa opção de lazer;

d) Caminhar. Em conformidade com Elias e Dunning (1992, p. 149) o caminhar encontra-se na esfera das miscelâneas de atividades de lazer menos especializadas, com caráter de agradável destruição da rotina, registrado como “dar um passeio a pé”, onde os entrevistados me relataram que esse lazer é praticado com duas funções diferenciadas: caminhar nas vicinais

⁴⁴ Nos tanques em que a comercialização do pescado é rotineira, é comum os peixes ficarem depositados em caixas de isopor com gelo.

⁴⁵ Especificação daqueles que citaram “assistir televisão” como 1ª ou 2ª opção de lazer: ENT-5, 2ª opção; ENT-6, 2ª opção; ENT-11, 2ª opção; ENT-16, 2ª opção; ENT-25, 1ª opção; ENT-26, 2ª opção; ENT-29, 2ª opção; ENT-35, 1ª opção; ENT-38, 2ª opção; ENT-42, 2ª opção; ENT-50, 2ª opção; ENT-58, 2ª opção; ENT-60, 1ª opção; ENT-70, 1ª opção.

⁴⁶ Mais uma vez refutamos essa referência do lazer “no tempo livre”, inclusive assistir TV, visto que em diversos lares, quando da pesquisa de campo, observamos o aparelho de TV na cozinha, onde as entrevistadas (ou esposa dos entrevistados), assistir TV enquanto executava as tarefas domésticas, tais como na residência do ENT-22; ENT-2; ENT-13; ENT-30 etc.

⁴⁷ Não citaram “assistir televisão” como opção de lazer em nenhuma classificação: os ENT-9, ENT-10, ENT-12, ENT-15, ENT-17, ENT-19, ENT-21, ENT-22, ENT-24, ENT-28, ENT-33; ENT-36; ENT-37; ENT-41; ENT-43; ENT-45; ENT-47; ENT-48; ENT-49; ENT-54; ENT-57; ENT-59; ENT-63; ENT-66; ENT-67; ENT-68; ENT-69.

cedinho, em benefício da saúde ou para relaxar, ou caminhar até o lote ou o banho do vizinho, para conversar, misturando-se o lazer no caminhar e no socializar;

e) Ouvir rádio. Esse quesito também foi muito citado (5º lugar), o que nos surpreendeu, pelo advento dos noticiários televisivos, que imaginamos superar em muito os programas radiofônicos. Em alguns entrevistados, inquiri: Por que ouvir rádio? Não tem televisão em casa? Alguns⁴⁸ me esclareceram: “tem sim, mas é que de madrugada eu acordo, ligo o rádio e fico escutando as notícias, ainda deitado” (ENT-65, 43 anos); “Pela madrugada, tá muito frio pra levantar da cama, *intão* é mais prático ligar bem baixinho o rádio, pra não acordar a *véia* (esposa) e ficar ouvindo uma musiquinha, as notícias, assim, *dibaxo* das *cuperta*” (ENT-63, 62 anos). As preferências para “ouvir o rádio” foi mais citado por homens (56,52% contra 43,48%), enquanto que “assistir TV” foi mais citado por mulheres (62,60% contra 37,40%), demonstrando-se que, na zona rural, as mulheres têm mais preferências por TV enquanto que os homens preferem ouvir rádio;

f) O jogo de bola alcançou o 6º lugar, o que foi também nos apresentou como surpresa, pois imaginávamos que fosse ficar entre os três primeiros. Reis (2006, p. 9) diz que o futebol é o esporte coletivo de maior sucesso, pois possui uma característica mimética que propicia ao seu público elevada tensão na expectativa do desenrolar das ações dos jogadores e da equipe, com funções de sociabilidade, interdependência e quebra de rotina, mesmo que praticados continuamente, porque há variações em cada momento. Esta é uma atividade bastante praticada no tempo disponível, tanto por homens quanto por mulheres, nos finais de semana na comunidade, proporcionando emoções intrínsecas ao lazer, aliviando o estresse do dia a dia, visto que essa prática cuida do corpo e contribui para a interação entre os comunitários. Na pesquisa de campo constatei que muitos dos que praticam esta atividade, não são os beneficiários da terra, mas seus filhos, filhas e esposas (mulheres que apreciam o futebol é comum na comunidade);

g) Ler. Esse foi o 7º lugar na preferência dos entrevistados. Dumazedier (1973) relata que a leitura inclui-se no aspecto do desenvolvimento da personalidade (3D = Descansar, Divertir, Desenvolver a personalidade), enquanto que para Elias e Dunning (1992, p. 148) ler se insere nas atividades de formação de caráter, socialmente menos controlado e com frequência de caráter accidental. Para os entrevistados, o prazer na leitura representa dois aspectos diversos, porém ambos dentro do contexto “no tempo disponível” conforme Marcellino (1998, p. 29).

⁴⁸ Especificação daqueles que citaram “ouvir rádio” como 1ª ou 2ª opção de lazer: (ENT-7, 2ª opção; ENT-15, 2ª opção; ENT-18, 2ª opção; ENT-22, 2ª opção; ENT-29, 1ª opção; ENT-32, 1ª opção; ENT-40, 2ª opção; ENT-47, 1ª opção; ENT-51, 2ª opção; ENT-55, 1ª opção; ENT-62, 2ª opção; ENT-64, 2ª opção).

Para uns, ler para se instruir, se informar, desenvolver-se culturalmente, enquanto para outros se inserem nos aspectos miméticos (Elias e Dunning, 1992), onde “a arte imita a vida”, em que os romances transpõem as barreiras entre realidade e ficção;

h) Dançar. Para o 8º lugar apresentou uma característica muito peculiar: Dentre vários que a escolheram como lazer muito apreciado estão: ENT-54, 70 anos; ENT-49, 63 anos; ENT-8, 66 anos; ENT-5, 74 anos; ENT-14, 60 anos; etc., ou seja, anciãos (e anciãs), que apreciam bons ritmos corporais. Entre esses, o ENT-8 me propiciou risos com o seguinte comentário:

- Não danço *cum* ninguém daqui. Vou pra Manaus, lá danço à vontade, e noutro dia retorno pra cá. Aqui, se você dançar cum uma *muié* numa noite, no outro dia todo o assentamento já tá comentando. Se bobear, logo a *muié qué* vim mora *cum* a gente. Eu gosto da minha liberdade. Estou viúvo há quatro anos, e *num* quero saber de *arrumá niuma* dona *incrensa* pra mim não!

A dança na comunidade apresenta-se numa mistura entre o forró e o xote para os mais velhos, o samba e o funk para os mais jovens. Entre seus ritmos corporais, em uma interação e socialização, misturando-se modernidade e saudosismo, os finais de semana muitos procuram “sacudir a poeira”, expressão citada diversas vezes pelos apreciadores. Nos eventos esporádicos e nos festejos anuais, maior parcela de “dançarinos” invadem as pistas, que aos poucos os fazem esquecer a lida diária do trabalho braçal;

i) Nadar: Conforme cita Matos (2009), “não é confortável para jovens e adultos, estar sob o sol e a temperatura de 39°C, 40°C, escavando a terra para plantar mandioca...”, porém esse fato pode remeter posteriormente a um ato do lazer que atingiu o 9º lugar entre os assentados e moradores da comunidade, que é o atrativo do mergulho nos igarapés. É óbvio que trata-se de um lazer simples, porém muito apreciado, observando-se os limites socialmente aceitos (Elias e Dunning, 1992), que os impedem de eliminar todas as roupas e apreciar o banho nus, nas águas refrescantes que singram as matas ciliares.

j) Entre o 10º ao 14º lugar (jogos, caçar, cantar, canoagem, pedalar) pouco há a relatar, porque não percebemos fatos que pudessem ser destacados neste trabalho, além das devidas catalogações;

k) Ócio (ou o “não fazer nada”, conforme transcrito no questionário), ou seja, o descanso da rotina atribulada do dia a dia atingiu o penúltimo lugar na escala, porque, segundo a fala de diversos entrevistados “a gente sempre tem uma coisinha ou outra pra fazer”. Dos 70 entrevistados, somente quatro apontaram esta forma de lazer como apreciável (0,57%). O “não fazer nada” é também para relaxar e se harmonizar, estando inserido nesta opção de escolha o desejo de nada fazer que demanda atividades físicas. Apesar de Elias e Dunning (1992, p. 108)

classificarem o repouso fora das atividades miméticas e de lazer, as pessoas o consideram como tal, pois é o momento em que elas se sentem bem. Marcellino (1998), considera o descanso como uma atividade do lazer.

A obra de Matos (2015, p. 63) amplia as definições do ócio, entre o “não fazer nada” categorizado nas esferas do lazer, e a concepção de ócio concebido como sinônimo de “indolência, de não querer nada, e está alicerçada naquela em que o indivíduo, desde cedo, é orientado para ser produtivo, guiado por preceitos do trabalho, pois este dignifica o homem”, contrapondo-se ao ócio contemplativo, como uma utilização do seu tempo livre. Essa extensão em demasia do tempo livre por não fazer nada “e por um maior contingente de indivíduos, com ou sem profissão definida, em estado de ócio, torna-se um problema social ao evidenciar, dentre outras coisas, a rotina do ócio”.

Essa definição do “ócio em demasia” se observa também no Tarumã Mirim, inclusive por aqueles em que põe em oferta a sua mão-de-obra, porém a demanda local não absorve a todos, tornando-os ociosos, a espera da convocação ao trabalho em que não há constância ou abundância de oferta, e nem a alternância entre o trabalho diário no seu lote e as diárias ou empreitadas nos outros lotes;

j) O último quesito, mesmo havendo este estigma de “último”, merece um destaque à parte, dado o local em que foi lançada esta proposta de lazer: Viajar, ou, como similaridade, “férias”, para Dumazedier (1973, p. 147) são importantes dentre as atividades de lazer, devido à sua duração e a sedução que exercem, por reduzirem os aspectos rotineiros de certos trabalhos. De modo geral, nas férias é mais fácil do que em outros períodos de lazer, descansar, sair do lugar em que se mora e encontrar oportunidades para uma livre expansão individual e social.

Em contrapartida, Dumazedier (1973, p. 27) alerta acerca do tópico férias são acentuadamente mais restritas, no que concerne aos moradores no meio rural, visto que “o trabalho nunca se acaba”, pois há a necessidade de cuidar diariamente dos animais, plantações e criatórios. São raros os casos em que os moradores da comunidade se ausentam em viagens, devido a diversos fatores, tais como: recursos financeiros insuficientes; receio em abandonar suas residências e elas serem “pilhadas” por vândalos, haja vista que a comunidade não possui serviços de segurança pública e as residências são afastadas umas das outras; não ter quem cuide de suas criações (patos, galinhas, marrecos) ou de seus animais (gatos, cachorros).

5.1 Lazer e morte nas águas do Tarumã Mirim

Água instiga ao lazer! Água e produtividade são compatíveis! O cultivo depende da água. Essas são expressões comuns a todos. A água faz parte da vida em todas as suas fases, conforme relata Gorgulho (2004). Dela se tira o alimento, incrementam transportes, utiliza-a como bem de consumo, e se obtém prazer pela recreação. Água é vida, conforme dito popular. Verdade comprovada, tanto em teorias, quanto no empirismo do nosso cotidiano.

Porém as forças antagônicas também constituem fatores presentes na vida dos indivíduos. E isto também se aplica ao quesito água. A água tanto pode manter a vida, quanto gerar acidentes e mortes. Os acidentes com morte por afogamento decorrem de situações em que as vítimas se encontram no meio aquático, impossibilitadas de respirar, devido à imersão prolongada com água nas cavidades corporais. A penetração desse líquido nos pulmões provoca distúrbios hidrossalinos, ocasionando a morte por asfixia, relata Pereira e Pilenghi (1999, p. 112).

Dentre todas as possibilidades de trauma, o afogamento é sem dúvida o de maior impacto familiar, social e econômico, tendo um risco de óbito 200 vezes maior quando comparado ao acidente de trânsito. A Organização Mundial da Saúde estima que 0,7% de todas as mortes no mundo - ou mais de 500 mil mortes a cada ano - são devido a afogamento não intencional, relatam Szpilman et al., (2015). De modo geral, os acidentes são facilitados por falta de movimento das vítimas dentro d'água, por pânico e conseqüentemente o enrijecimento da musculatura e cansaço prematuro; inabilidade, por elevação da cabeça e dificuldade em flutuar na posição horizontal, complementa Pereira e Pilenghi (2008).

Matos (2015, p. 94) nos relata esse componente natural inerente à vida (a água) é também condutor de eletricidade, passível de ser contaminado e, por conseguinte, contaminar. A água tem força naturalmente destrutiva, que pode afogar, e ser ao mesmo tempo ambiente das mais variadas forma de vida, porque todos os seres existentes no universo (animais, vegetais e minerais) dependem da água para sobreviver. O elemento “água” é fator presente e abundante no Tarumã Mirim, conforme já citado, tornando-se fonte de subsistência, prazer, comércio, transporte, mas também de problemas e tragédias, conforme diversos relatos dos moradores do assentamento.

O igarapé Tarumã Mirim possui um balneário denominado como “banho da ponte”, onde se inicia o assentamento, muito frequentado por moradores de Manaus, bem como pelos assentados e moradores das cercanias, em busca do lazer. Nele, a força destrutiva da água se percebe em forma de constantes acidentes, fatais ou não. A ponte do referido igarapé localiza-

se em uma curva, o que induzem os motoristas a perderem a direção dos veículos e desembocarem num salto mortal para a água, causando o falecimento por afogamento. O acidente mais grave ocorreu em 28/11/2010, quando morreram cinco pessoas afogadas, presas dentro do carro. Segundo moradores do local, aquele foi o quarto acidente com mortes por afogamento, dentro de veículos, a despencar da ponte.

No referido “banho da ponte”, há uma praia, onde banhistas refrescam-se do calor, e às vezes, em descuidos esporádicos, ocasionam também os acidentes, geralmente afogamentos de crianças, porque os pais distraem-se, aproveitando o lazer, e finda que os risos se transformam em lágrimas, o divertimento se transforma em tragédia, devido ao afogamento e morte. A comercialização de bebidas alcoólicas em locais com farta água corrente oferece riscos, devido às percepções distorcidas causadas pelos efeitos psicotrópicos das mesmas.

Os mergulhos nesses pontos turísticos incutem no bebedor a sensação de lucidez, quando na realidade os efeitos do álcool permanecem inalterados na corrente sanguínea, tornando-os fragilizados perante a força da correnteza ou a profundidade do seu leito. Constantemente ocorrem brigas e maus entendidos, que provavelmente seriam evitados em condições de sobriedade, conforme também observado em outros “banhos” às margens dos igarapés. A apropriação da água, como forma de lazer, é interpretada como fator de inclusão social, por proporcionarem aos indivíduos socialização, diversão e bem estar. Infelizmente, a mesma água que dá prazer e vida, também pode representar perdas irreparáveis, gerando angústia e dor, através de acidentes fatais.

5.2 O processo civilizador e as configurações cegas

O processo civilizador é uma teoria. Um estudo de longo prazo que norteia como os indivíduos mudam suas formas de se comportar e sentir. Segundo Norbert Elias (2011), se caracteriza onde as estruturas emocionais e comportamentais incorporam-se, moldando, modificando e transformando comportamentos que acontecem na sociedade. Essas regras inserem-se em inter-relações sociais, integram-se no nosso cotidiano, pois desde cedo nos são ensinadas, em nome da boa civilidade. Elas são adquiridas desde a primeira infância, passando aos ensinamentos escolares, e estendendo-se nos relacionamentos profissionais, numa rede figurativa de relacionamentos, formando as configurações sociais.

A convivência diária nos mostra que o “outro” faz parte da nossa vivência, da nossa socialização. Afinal, de que serviriam todos os saberes senão para formar uma configuração que responda às nossas expectativas, nossos desejos, nossas interrogações cognitivas?

(MORIN, 1999). Os comportamentos ditados pelas emoções sem o “filtro” das regras normativas, sem controle moral, fluidas somente de instintos, remeteriam o ser humano à condição de irracional, afinal, o homem é “um ser plenamente biológico, mas se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível” (MORIN, 1999, p. 53).

As atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comum e investidas de sentimentos de vergonha (ELIAS, 1993), tais como defecar perante os outros, comer alimentos diretamente do chão, andar nu. A peculiar trama de independência e dependência, de necessidade e capacidade de decidir sozinho, por um lado, e de impossibilidade de decidir sozinho, por outro, devido às diversas concepções sociais, tanto emanadas de si, como em obediência norteadas pelo Estado, podem produzir tensões consideráveis, instigando os indivíduos a controlarem suas emoções. O desejo de ser alguém por si, individualmente, interliga-se com processos externos e obstrutivos, porque as normas sociais são geridas a partir do “todo”, nas aceitações coletivas.

O desejo de estar inteiramente inserido na sociedade (ELIAS, 1994, p. 124), caracteriza o homem como diferente de outros animais, pois carrega sobre si o ônus e o bônus do processo civilizador. O ônus porque “obriga-o” a seguir normas preestabelecidas pela sociedade, e o bônus porque ele beneficia-se desse processo, controlando ações e comportamentos, permitindo uma convivência onde os direitos são respeitados, os limites sociais observados, levados pelas imposições sociais e pela necessidade de sobrevivência em comunidade.

Conforme cita Elias (2011), uma responsabilidade enorme vai pesando sobre os indivíduos à medida que ele se civiliza, porque quanto mais evoluem, mais a sociedade lhes cobra comportamentos civilizados, emoções controladas, ações concernentes ao que deles se espera. Devido viver em sociedade, as normatizações formam direcionamentos a instigar à obediência a elas. Estes fatores caracterizam o desenvolvimento da sociedade.

Elias, (1994, p. 103) nos cita que essas relações – todo o estilo de sua coexistência social – levam cada vez mais a um controle geral dos afetos, à negação e transformação dos instintos. À medida que prossegue essa mudança social, os indivíduos vão se desenvolvendo, as pessoas são mais e mais instadas a esconderem-se umas das outras, ou até de si mesmas, as funções corporais ou as manifestações e desejos instintivos antes livremente expressos.

Nessa contextualização, o homem evolui, e uma mudança no padrão de comportamento vai se adequando em conformidade com as normas sociais. Aquilo que se apresenta como um processo de individualização crescente, mas dentro das normas sociais, ou seja, o seu “amadurecimento como pessoa”, é visto como um processo de civilização.

As tensões entre os ditames e proibições sociais, internalizadas como autocontrole, e os impulsos espontâneos reprimidos, esse conflito no indivíduo, essa “privação” – como sentimentos de vergonha ou embaraço - desperta a sensação de ser único nas suas emoções, fazendo parte do universo social (ELIAS, 1994, p. 103).

Os excessos das explosões fortes e apaixonadas vão sendo amortecidos por restrições embutidas conservadas pelo controle social, incrustadas de modo tão profundo que não podem ser abaladas (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 112), nos processos civilizatórios. Esses sentimentos passam a fazer parte das atitudes comportamentais das pessoas, e esses processos estendem-se em uma teia, abrangendo todo o contexto social, definindo as regras sociais atuais.

Nesses processos civilizadores, em conformidade com Norbert Elias (2011), observamos dois aspectos inerentes aos seres humanos, quer em âmbito social, quer individual: a Psicogênese e a Sociogênese. Apesar das referências isoladas, elas estão intrinsecamente interligadas, devido à ocorrência de uma interferir e direcionar a outra.

A Psicogênese altera o desenvolvimento da psique do indivíduo, norteando-o a comportamentos ditos “adequados” na sociedade, ou seja, a transformação que ocorre na estrutura da personalidade do ser individual. Na primeira infância, por exemplo, a criança não controla suas emoções, chora livremente, defeca e urina na roupa, etc., porém, à medida que ela vai se desenvolvendo no seu meio social, ela vai assimilando comportamentos que, se antes era tido como “engraçadinho”, ou natural, ora se torna inadequado.

A Sociogênese são inúmeras transformações que ocorrem constantemente nas estruturas das sociedades, produzindo modificações nas inter-relações sociais. A sociogênese e a psicogênese ocorrem reciprocamente no interior dos processos históricos de longa duração, direcionando as mudanças no comportamento dos indivíduos que vão se adaptando, se remodelando, conforme os fatos históricos e sociais, ocorridas no interior das sociedades. Esses comportamentos individuais, que instigam às adequações sociais, vão nos “modelando” a adequar o “eu” no “nós” como sociedade. Essas modificações sociais nos estimularam ao entendimento desse processo.

5.2.1 As configurações e as interdependências sociais

As regras sociais deste século diferem-se das dos séculos anteriores, porque o que antes era aceito como normal e social, foram se readequando, se modificando. Isto é o autocontrole como fruto do processo civilizatório norteando comportamentos, quer perante a sociedade, quer

perante a si próprio. Essas relações geram as interdependências, que formam as junções entre os seres sociais, interligando-os nas suas ações.

Essas interligações pessoais unem imperceptivelmente os seres humanos, quer seja nas origens das ações praticadas por “a” ou “b”, quer seja posteriormente, porque todos convivem em configuração social. Até o “não fazer nada” encontra-se vinculado nas suas configurações sociais e interdependências, porque em algum momento anterior houve a interferência, direta ou indireta, contribuindo para aquele momento de relaxamento, quer seja na fabricação da cadeira em que esteja sentado, na fiação da rede em que esteja deitado, na vara de pesca que repousa nas margens dos rios ou igarapés.

A rede de interdependência entre os seres humanos é o que nos ligam, pois o “eu” encontra-se intrinsecamente embutido nas ações praticadas por “eles”, visto que muito do que “eles” praticam é, direta ou indiretamente, destinado a “mim”. No decorrer desse processo, mais e mais pessoas convivem em crescentes dependências uma das outras, interligadas imperceptivelmente, como que por correntes invisíveis. Cada qual funciona como elo, numa trama de ações, de capacidades para vivenciá-las ou executá-las, se interpondo em direção a uma meta social, em uma interdependência evolutiva (ELIAS, 1994, p. 111).

Essas interdependências e inter-relações são as figurações às quais os indivíduos interagem, que não há como haver um isolamento social. Se “A” fala, há a necessidade do ouvinte, para que haja a interação no diálogo, pois o monólogo não satisfaria a condição de ser sociável.

Ao utilizarmos a madeira no processo industrial final, ao adquirir os móveis para o nosso lar, as janelas e portas (de madeira) nas nossas construções, aos caibros das nossas casas, usufruímos desse produto sem o conhecimento da certificação ambiental. Essa madeira utilizada foi processada através de um manejo sustentável?

No alimento saboroso da carne de animais silvestres que “eu” saboreio, há a “minha” predação consentida, por “eu” não procurar saber se aquela carne é o processo da caça predatória.

No conforto de trafegabilidade que “eu” faço usufruto no ir e vir, há poluição ao meio ambiente, devido à queima de combustíveis fósseis; na aclimação dos nossos espaços residenciais, do trabalho ou lazer, há a contribuição aos danos à camada de ozônio, decorrentes do gás utilizado nos aparelhos de ares condicionados. Tudo isso nos remete mais uma vez às interdependências, nos interligando nas configurações sociais.

Não há como afirmar que “nada tenho a ver” com o desmatamento, com a caça predatória, com os danos ao meio ambiente, com a poluição, pois pertencemos à mesma cadeia

produtiva, nessas interligações e interdependências. Essas configurações sociais na comunidade Afatam também são inerentes nas redes de relacionamentos, nas interdependências, nas inter-relações entre os moradores, na observância do comportamento social, na socialização, no trabalho, nos escambos praticados, no comportamento entre eles. É o resultado do processo civilizador.

5.2.2 Observando o processo civilizador na pesquisa de campo

Na pesquisa de campo no projeto de assentamento Tarumã Mirim, em diversas oportunidades pudemos observar o resultado do processo civilizador em diversas nuances, nas mais diferentes situações: às margens dos igarapés; na lida diária; no acampamento da associação de moradores; na vivência cotidiana das famílias, e, em todos os contextos, as decisões “do eu” imbricava com a existência “do outro”, nas interdependências e nas inter-relações sociais. Segundo Morin (1999) somos influenciados pelos pensamentos dos outros de tal modo que, apesar de independentes, dependemos das relações que construímos, e nos preocupamos inclusive com o que “o outro” pensa de nós e de nossas ações, pois elas estão interligadas entre a nossa necessidade individual e a concepção coletiva, formando essas inter-relações sociais. Cito a seguir alguns fragmentos pertinentes, detectando essa “preocupação social”:

- Aqui em casa sempre tem um cafezinho pra gente *ofertá* pra visita, né? *Sinão* vão *inté pensá* qui a gente é *miserave* (miserável). Eu *mermo num* bebo, vivo só no chazinho, mas quem vem, gosta é de café, *intão num* custa muito ser educado, *num é mermo?* *Nóis num tá* vivendo isolado, nós tem vizinho, *cunhicado*, parente. (ENT-54).

Observamos também essas inter-relações e interdependências em quatro equipes da “Trupe da boia”, formada por 15 mulheres (designadas pela sigla TRU-1 a TRU-15), no período de dois meses, quando cozinham para a equipe de 20 trabalhadores da SEMINF que recuperavam as vicinais, no acampamento improvisado na sede da associação da comunidade, denominado como “Acampamento da boia”, na localidade pesquisada. Colaboração, interdependências e socialização formavam as inter-relações existentes, demarcando esse campo social: o preparo dos alimentos; a limpeza da sede; a distribuição de tarefas, etc. Cito fragmentos do diálogo da líder da “Equipe Sargentão”, no primeiro dia do seu “reinado” na cozinha comunitária:

- *Vamo dexá* tudo limpo e organizado. Daqui a *pôco tão* chegando pra *cumê* (comer)... E o qui eles vão pensar de nós, vendo essa bagunça toda *qui dexamo, inquanto* preparava o almoço? *Que sono disorganizada? Qui* é tudo de *quarquer jeito? Qui só purque tamo* na roça num *temo* educação? *Vamo arrumá, minina* (TRU-12, 45 anos).

Percebemos a preocupação dela com o que “eles iriam pensar”, porque a opinião “do outro” interfere nas ações pessoais. Pudemos observar que outros membros, e outras equipes daquele acampamento, demonstraram comportamentos similares, norteados as suas ações. Em diversos outros momentos e situações também pudemos contatar essa preocupação constante, conforme fragmentos coletados nas entrevistas e nos diálogos:

- Tô capinando aqui na *prantaçãozinha* de cubiu (maná cubiu - *Solanum sessiliflorum*). *Pricisá num precisa, praquê esse matim* (matinho) *num atrapaia crecê* nem *pruduзі*, mas chega gente aqui, vê o mato tomando *diconta*, vão pensa o quê? *Qui tô* morto de priguia? *Qui num* sirvo pra nada? *Ói* dona, sempre fui *hômi* (homem) *trabaiadó*, num arrego pra nada não (ENT-29, 71 anos);

- *Nóis num qué* qui eles (os filhos) vão *simbora*, mais, se num *dêxá*, o qui os povo vão pensar *dinóis? Qui nós* tamo cortando o *distino* deles? *Atrapaiano* um futuro *mió* deles? Se num *dexá*, *dispois* vem a falação: *num dexô* *pru ingoismo*, pra *ajudá* na roça, mas *pudia tá mió!* Esse povo fala *dimais*, mas, se *nóis* mora no meio, têm *qui respeitá* o qui o meio fala, *sinão* a gente fica falado (ENT-63);

- Se comportem, vocês são gente, não bicho. Parem de ficar gritando feito doidos... Até parece *qui num* dei educação *procês*... O qui os outros vão pensar *docês?* E de mim? *Qui* são tudo criado a Deus dará? Sem eira nem beira? Sem freio? A gente mostra *qui* tem educação é no meio do povo, não só dentro de casa não viu? (ENT-1).

Na pesquisa de campo não foi observado somente essa preocupação latente com a opinião alheia, mas também com a rede de dependência existente entre os assentados, ou mesmo fora da territorialidade local. Essas interdependências e inter-relações estão tão imbricadas no ser humano, que não há como haver um isolamento social. Em diversos lotes visitados, percebemos essas inter-relações: nos puxiruns, onde a mão de obra ofertada atende à demanda exigida, porque um ajuda o outro; nas comercializações das suas produções nas feiras de Manaus-AM, quando vendedor depende de comprador, que depende de consumidor, etc.

No Tarumã Mirim, a área de cada lote varia entre 1 a 4 ha, por estar classificada como pequena propriedade. Para maior aproveitamento, geralmente os assentados procuram preparar os locais de banhos nos igarapés, nas interligações dos lotes. Ao se juntarem, tanto no trabalho (de prepará-los), quanto de apreciá-los, nos momentos de lazer, esses banhos interligados formaram “fontes” ricas em materiais para observarmos o processo civilizador em todas as suas nuances. Para socializarem-se, uns comparecem com o peixe, outro com o suco, outro com o

arroz, a farinha, e dessa socialização o lazer se manifestava regido pelo processo civilizador, nas inter-relações sociais e nas interdependências entre eles.

Observamos também a percepção pessoal, instigada pelo social, que não é de “bom tom” os homens comparecerem na casa dos vizinhos sem vestirem camisas, ou às mulheres se visitarem de camisola. Esses mesmos homens que se constroem em ir ao vizinho sem camisa e as mesmas mulheres que se recusam a aparecerem em público de camisolas, comparecem nos igarapés, em meio a todos, usando minúsculos vestuários. São comportamentos vivenciados em naturalidade rotineira, mas, ao afastarem-se do espaço geográfico “banho”, o corpo passa a representar o tabu, que deverá ser coberto pelo vestuário.



Figura 10 - Área social para o lazer às margens do igarapé, no lote do ENT-35
FONTE: Pesquisa de campo

São regras aceitáveis por todos e normas pré-estabelecidas que foram se incorporando nas condutas sociais. Essas configurações, quando do momento da sua ocorrência, às vezes não possui significado representativo, porém com o decorrer do tempo algumas situações alteram estruturas individuais e sociais. À medida que as pessoas compatibilizam suas condutas com a de outros indivíduos, eles são compelidos a nortear e modificar comportamentos anteriores, formando uma regulação social.

5.2.3 Configurações cegas ou aspectos eventuais?

Os autocontroles civilizadores, que desempenham um importante papel na vida das sociedades desenvolvidas, desenvolveram-se para o modelo que possuem agora, através de diversos processos modificadores. As estruturas sociais de “hoje” foram “moldadas” no “ontem”, através de comportamentos que se incorporaram, instigando as transformações que acontecem na sociedade, mesmo que, no passado, não indicavam essas transformações. Por não serem tão perceptíveis quando ocorrem, denomina-se “configurações cegas”.

Nesse contexto, os comportamentos sociais do “agora” podem influenciar, e modificar, os parâmetros sociais do “amanhã”. São as configurações que, se antes eram denominadas “configurações cegas” hoje norteiam os nossos comportamentos (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 167), quer seja no trabalho, no lazer ou mesmo nas relações familiares. Nesse viés do pensamento, analisamos os aspectos do êxodo rural dos jovens, em busca de “uma vida melhor”, com relação aos estudos e profissão. Fato percebido não só na comunidade Afatam, mas por diversas outras comunidades em outros assentamentos, conforme falas que instigaram esta discussão no seminário Agroecológico da UFAM, ocorrido em dezembro/2015.

Ao pesquisar as classes de idade dos agricultores familiares da comunidade Afatam, observamos que, entre os 70 entrevistados, 43 estão na faixa etária entre 50 anos ou mais, representando 61,43% da população pesquisada. Desses, 24 estão entre 60 a 77 anos, representando 31,17%, formando a comunidade anciã. Ademais, dentre os 27 restantes que se encontram na faixa etária de 18 a 49 anos, representando 38,57%, seis deles são caseiros, que a qualquer momento podem desligar-se do emprego, podendo (ou não) serem substituídos por outros em qualquer faixa etária, inclusive acima dos 50 anos. Esta quantificação refere-se somente aos entrevistados, porém é válido ressaltar que há naquela comunidade avós, tios, irmãos, que também estão inseridos nessas faixas etárias.

Em conversas com o líder comunitário, informou-me ele que os interessados que procuram os diversos líderes comunitários das comunidades do Tarumã Mirim, para entrarem com processo junto ao INCRA para obterem terras, a maioria já ultrapassaram os 50 anos, nos confirmando com mais esta informação sobre a tendência etária para os assentamentos, tanto do Tarumã Mirim, quanto de outros.

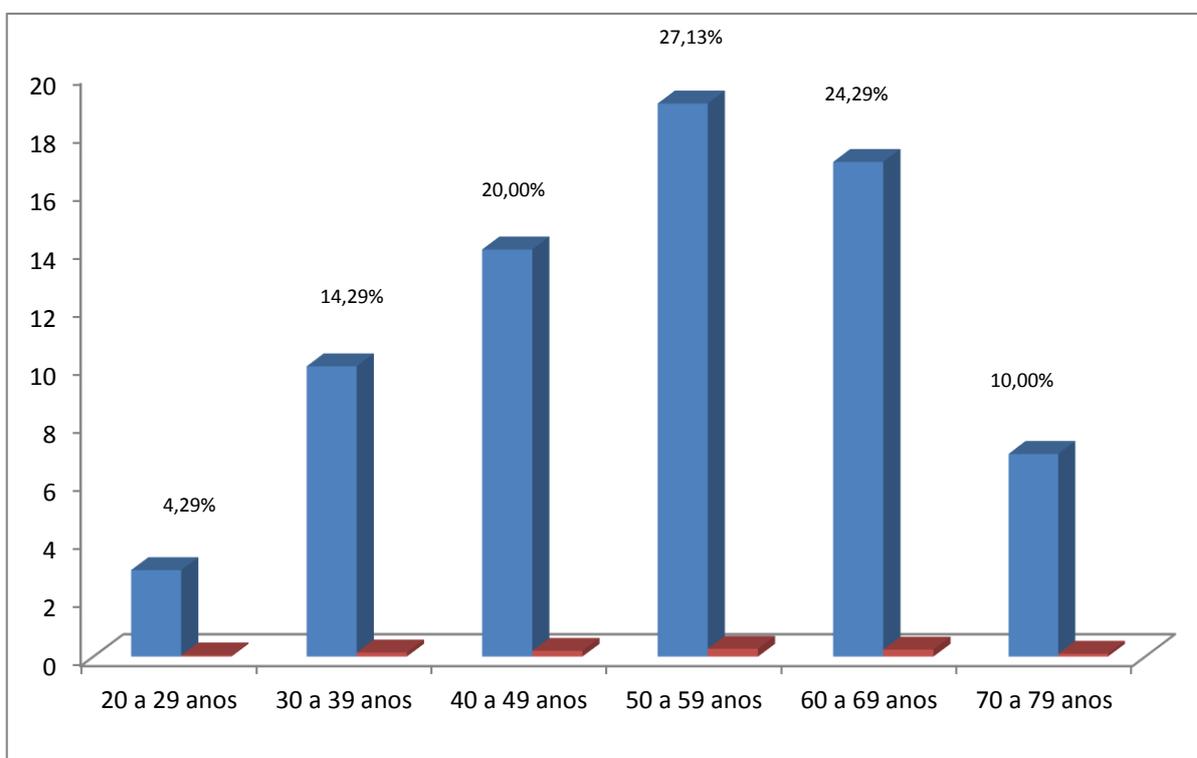


Gráfico 2 – Faixa etária dos 70 entrevistados da comunidade Afatam

FONTE: Pesquisa de campo

Nas análises dos dados coletados, constatamos que a presença de jovens na comunidade pesquisada, principalmente após os 18 anos, possui pouca representatividade.

Questionamos aos entrevistados: “Gostaria que seus filhos permaneçam morando no lote?”. O desejo dos pais em que os filhos permaneçam na propriedade rural, para dar continuidade às suas atividades se apresentou em 3º lugar. Para o 2º lugar destacou-se o desejo dos pais de que os filhos também consigam lotes, para terem-nos por perto, com 21,43% e, destacadamente, o 1º lugar, pelo motivo de que, nos assentamentos rurais, eles (os filhos) estariam mais afastados da violência, conforme Quadro a seguir:

Respostas escolhidas em primeiro lugar pelos 70 entrevistados no Tarumã Mirim	Qte	%
Sim. Sinto que aqui eles estarão mais afastados da violência	30	42,86%
Sim. Para eles conseguirem um lote também para si, e ficar por perto	15	21,43%
Sim. Para dar continuidade às minhas atividades na propriedade	13	18,57%
Não. Prefiro que eles vão pra cidade, estudar, se formar, ter uma vida melhor	7	10,00%
Não responderam, porque não tem filhos	3	4,28%
Não. Aqui a lida diária é muito difícil. Muito trabalho e pouco recurso	2	2,85%

Quadro 1 – Desejo dos pais à permanência dos filhos na propriedade rural

FONTE: Pesquisa de campo

Ao analisarmos a obra de Abramovay (1998, p. 33), “Juventude e Agricultura Familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios”, acerca da influência dos pais para a opção

profissional dos filhos, em que estimulam a serem também agricultores, os resultados apresentaram que 72,20% dos filhos dão continuidade às atividades na agricultura, apresentando-se uma sucessão consolidada. No entanto, esta não representa a realidade da comunidade Afatam. Seria esta uma configuração com probabilidades indicativas de comprometimento produtivo do Tarumã Mirim no futuro? Esse processo também foi citado por Matos (2015, p. 50), “Hoje, filho ou filha de pescador, agricultor, piabeiro, seringueiro não seguem mais a formação dos pais, agora se tornam, entre outras profissões, professores” devido ao fato, inclusive, da migração dos jovens para outros municípios, conclui Matos. Em diversos diálogos informais com alguns jovens à beira dos igarapés, inclusive com o filho da DIV-1, transcrevo trechos do relato:

- Tia, aqui a vida é dura, *num* tem como a gente “crescer”, *num* tem como estudar, se formar. Tem que ir *simbora*. Procurar melhoras fora daqui, onde os empregos podem ser mais do que uma mão de obra aqui, outra ali, uma capinada acolá, que é o que tem aqui no assentamento. A gente quer mais, quer ter mais oportunidades na vida, ter mais conforto, mais futuro (Filho da DIV-1).

Nesse contexto, nos instigamos a questionamentos: o que será do Tarumã Mirim (e dos assentamentos rurais na hinterlândia amazônica) daqui a 20, 30, 50, 100 anos? Quem irá adubar a terra, plantar e colher? Escavar os tanques e criar peixes? Os anciãos já terão falecido, e os jovens já serão adultos que, se alcançarem o almejado de hoje, estarão formados, ou nos seus “empregos fixos”, como é o sonho de muitos, não retornando ao seu território de origem. Será esta uma configuração cega, que futuramente representará uma comunidade constituída somente por “assentados do lazer”, talvez formada por esses mesmos jovens, que ao interior se dirigirão, somente para o lazer no final de semana, na terra onde nasceram, cresceram, e precisaram abandonar, em busca de uma vida melhor?

Os comportamentos do “ontem” se transformaram na sociedade do “hoje”. Não seria este o momento adequado do “hoje” (e a tempo hábil), do Tarumã Mirim despertar para novas possibilidades educacionais, econômicas e sociais, para formar um novo “amanhã”? Instigar a implantação de polos educacionais universitário, com formação voltada para as ciências do campo na localidade, corrigindo dois aspectos deficitários no Tarumã Mirim (educação e capacitações para tornar a terra produtiva), ou mesmo instigar o turismo de cercania, porque o assentamento citado possui três elementos imprescindíveis para tal: natureza ainda exuberante, abundância de águas e proximidade à Manaus.

Tais procedimentos seriam uma “hemodiálise” socioeconômica, “injetando” sangue novo no projeto de assentamento Tarumã Mirim, de forma sustentável, com inovações,

rompendo o ciclo do êxodo rural dos jovens. Enquanto os jovens possuem a perspectiva de sair do assentamento, em busca de uma vida melhor, ampliando o êxodo rural, os anciãos daquela mesma comunidade possuem o desejo de ali permanecer, porque se sentem “enraizados” na localidade. Tais processos nos mostram mais uma vez que as forças antagônicas nos motivam, nos instigam, nos estimulam, fazendo parte da nossa evolução como indivíduo e como sociedade.

5.3 Apego, afeto e territorialidade: elos entre o idoso e seu ambiente

Falar de amor, afetividade, apego, nos instigam a aprofundarmos e a desenvolvermos interligações que proporcionem esses termos a migrarem para novos horizontes, como forma de “pulverizar” a sociedade com elementos que “purificam” e “iluminam” o ambiente. No entanto, são comumente mais divulgados os escritos e os estudos sobre guerra, ódio, desigualdades sociais, pobreza, porque isto realmente encontra-se tão presente, que se tornou o “lugar-comum” na nossa sociedade capitalista, relegando a afetividade a um segundo plano, como se fosse irrelevante ou descartável. Porém esses termos, e essa concepção de afetividade, são elementos que instigam os indivíduos ao prazer, à alegria, ao aconchego, ao processo de individualização (ou mesmo de solidão).

No dicionário de Houaiss (2010) o termo “apego” significa ligação afetiva, estima, complementado por Nabuco (2014) que interliga o apego à qualidade dos padrões de vínculo afetivo do indivíduo: se seguro ou inseguro. Portanto, apego diz respeito ao comportamento de proteção ou de dar atenção às necessidades emocionais do outro – aquilo que se chama popularmente de cumplicidade, esclarece Nabuco (2014).

Afeto diz respeito ao sentimento de bem-querer que sentimos e destinamos a alguém. Assim sendo, as relações que mais perduram com o passar do tempo são aquelas em que somos nutridos de afeto, mas também de apego, ou seja, gostamos de nos sentir “gostados”, mas que também protegemos e nos sentimos protegidos. Comportamento de apego refere-se a qualquer comportamento que resulta na proximidade com a figura de apego, o que o levou Nabuco (2014), no aprofundamento dos estudos de Bowlby, a ampliar essa concepção, e adequar sob ângulos negativos e positivos. O negativo: sem que os dois elementos estejam presentes (apego e afeto), possivelmente uma relação poderá estar seriamente comprometida. No entanto, o lado positivo emana que o apego, além de afeto, pode sim ser aprendido e desenvolvido, solidificando os laços que compõem uma relação, tornando-a, portanto, mais perene. Ao

referirmos à afetividade e ao apego, reportamos não somente aos indivíduos, biologicamente, mas também às coisas, tangíveis ou intangíveis, e, nesse estudo específico, à territorialidade.

Pelas concepções de Santos (2013, p. 96), o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistema de coisas criadas pelo homem. O território é o chão, a população, no envolvimento entre o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, da socialização, da vivência sobre os quais ele influi.

Esta territorialidade, mesclada com a afetividade, nos levam ao projeto de assentamento Tarumã Mirim, na zona rural de Manaus, em análises sobre o elo afetivo dos anciãos ao seu território. Fomos instigadas ao aprofundamento dos aspectos topofílicos dos anciãos daquela comunidade, porque questionamentos se tornaram pertinentes: o elo afetivo que interligam o indivíduo ao meio em que vivem, surgem no aspecto “para cuidar” ou “para ser cuidado”?

5.3.1 Consumismo ou desapego?

Às vezes nos perguntamos: para onde está indo a humanidade? Para uma sociedade de indivíduos desvairados pela busca incessante de bens materiais, com seus instintos consumistas a sobrepujar sobre o amor, a solidariedade, o apego? Isto nos remete aos estudos de Santos (2013, p. 39) ao citar que estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim, havendo uma grande diferença entre o mundo de há cinquenta anos e o mundo de agora. O momento atual apresenta-se com uma sociedade carregada de ideologias que nos é entregue pelos homens do *marketing* e do *design* a serviço do mercado (p. 51), porém Santos (2013) vai mais além, ao problematizar que a situação contemporânea revela, entre outras coisas, três tendências: uma produção acelerada e artificial de necessidades; uma incorporação limitada de modos de vida ditos racionais; uma produção ilimitada de carência e escassez (p. 129). Isto nos remete à Malinowski (1975), ao citar que, atendidas as necessidades básicas, criam-se necessidades secundárias, instigando o ciclo entre necessidades criadas e atendidas. Ora, ao satisfazer uma necessidade, outra se sobrepõe.

O ciclo entre produzir, consumir, criar necessidades forma uma trilogia que leva ao sentimento de escassez. Para Santos (2013, p. 130), a escassez de um pode se parecer à escassez do outro e a escassez de hoje à escassez de ontem, mas quando não é satisfeita ela acaba por se impor como diferente da de ontem e da do outro, gerando a sensação de insatisfação, restando aos “não possuidores” cultivar a procura de bens infinitos como a solidariedade: esta, quanto mais se distribui, mais aumenta, conforme análises de Santos (2013, p. 129).

Porém, até a assimilação dessas concepções, muito já se viveu e muito já se possuiu, ou muito já se exauriu nessa busca e nesse apego à materialidade, esquecendo-se da afetividade e de valores imateriais, porém essenciais à sensação de felicidade. Entretanto, na idade anciã, esse apego aos bens de consumo já se moderaram consideravelmente, principalmente naqueles que residem na zona rural, no entanto, a necessidade do “pertencimento” ainda se torna latente, a pertencer a algo que lhe pertence.

5.3.2 A teoria do apego

Bowlby (1989) considerou o apego como um mecanismo básico dos seres humanos, um sistema de controle das composições químicas do corpo, que funciona dentro de um contexto de outros sistemas de controle comportamentais. O papel do apego na vida dos seres humanos envolve o vínculo afetivo que se desenvolve entre o bebê e a figura provedora de cuidados, geralmente a mãe.

Bowlby (1989) distinguiu dois tipos de fatores que podem interferir na ativação do sistema de comportamento do apego: aqueles relacionados às condições físicas e os relacionados às condições do ambiente. Além disso, esse sistema tem função direta nas respostas afetivas e no desenvolvimento cognitivo, já que envolve uma representação mental das figuras de apego, de si mesmo e do ambiente, sendo estas baseadas na experiência.

O apego envolve a preferência; é duradouro; intensifica as emoções (podendo romper-se ou renovar-se); possui interações intermitentes; as recompensas ou punições não rompem, necessariamente, esses vínculos (por isto que, mesmo a criança recebendo palmadas, o apego ainda permanece) e o apego pode estender-se enquanto perdurar a vida. Apego é um tipo de vínculo no qual o senso de segurança de alguém está estreitamente ligado à figura de apego. No relacionamento com a figura de apego, a segurança e o conforto permitem que seja usado como uma “base segura”, a partir da qual poderá se explorar o resto do mundo, conforme Bowlby (1997).

O comportamento de apego está em nossa vida de várias formas e intensidade e a função principal atribuída a esse comportamento é biológico, correspondendo a uma necessidade de proteção e segurança, o que nos reporta mais uma vez aos anciãos da comunidade Afatam, ao nos garantir “aqui no *meu mundo* (referindo-se à sua moradia) me sinto segura” (ENT-20, 74 anos); “No meu cantinho ninguém mexe *cumigo*. Aqui é meu... *Tou tranquilo*” (ENT-29, 71 anos); “Se eu for *mimbora pra cidade*, morro *dipressa*. Lá *num* é vida...” (ENT-34, 77 anos).

5.4 Topofilia: o elo afetivo entre o homem e o meio em que vivem

Topofilia, em conformidade com Tuan (2012) é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Ele informa que duas pessoas não veem a mesma realidade, e nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. Todos os seres humanos compartilham percepções comuns, um mundo comum, em virtude de possuírem órgãos similares, porém, essa “forma única” da perspectiva humana se torna evidente, quando analisamos que a percepção de um indivíduo com relação a algo, não é a mesma percepção de outro indivíduo, com relação a essa mesma coisa percebida.

O ser humano tem outras maneiras de responder ao mundo além dos cinco sentidos: visão, audição, olfato, paladar e tato (TUAN, 2012, p. 22). Dos cinco sentidos tradicionais, o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo. Ele é predominantemente um animal visual, social e cultural. A visão humana, como a de outros primatas, evoluiu em um meio ambiente arbóreo. No mundo denso e complexo de uma floresta tropical, ver bem é mais importante que desenvolver um sentido agudo do olfato.

As atitudes em relação à vida e ao meio ambiente refletem necessariamente variações individuais e fisiológicas (TUAN, 2012, p. 73), porque há diferenças temperamentais entre as pessoas. Algumas conseguem “dialogar” mais facilmente com a natureza, com o meio ambiente, que outras. O que, para alguns indivíduos seriam alucinações, para outros representam dimensões existentes, não visíveis, porém assimiláveis. A alucinação é conhecida entre indivíduos e grupos de indivíduos. Esse fenômeno fascina porque a percepção de um objeto inexistente parece seguir as regras da percepção normal (idem, p. 91).

A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética, é a visão de um estranho. O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza enquanto que aquele que está “inserido” emocionalmente com esse mesmo meio ambiente percebe cores, sons e movimentos imperceptíveis pelo estranho, principalmente se, nesses pressentimentos, a emotividade e o apego estiverem presentes.

Tuan (2012) exemplifica: “O operador de uma barraca de ‘comer’ pode estar orgulhoso de seu negócio, assim como o lavrador vê em sua descuidada roça de milho uma evidência segura de sucesso na luta por uma vida independente” (p. 97-98). Ambas as situações geram duas formas diferenciadas de serem percebidas: uma por quem tem o apego, e outra por quem não possui tal sentimento particularizado.

A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem em vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentemente e mais difíceis de expressar são sentimentos que temos para com o lugar, por ser o lar, o *locus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 2012, p. 135-136).

A topofilia não é a emoção humana mais forte, porém pode tornar-se irresistível, quando o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimento emocionalmente forte ou é percebido como um símbolo a possuir representatividade para a sua vida. O adulto deve aprender a ser complacente e descuidado como uma criança se quiser desfrutar polimorficamente da natureza (TUAN, 2012, p. 140-141), ou seja, apreciar as diversas formas em que a natureza se lhe apresenta, sentir o cheiro da terra molhada, a sensação do orvalho que cai na pele do indivíduo, da umidade que a floresta oferece, dos “sons” que o silêncio emite, e somente quem está integrado à natureza consegue “ouvir”. Ao “ouvir” e “sentir” o meio ambiente, como esse descrito, pode romper todas as regras formais de eufonia e estética, substituindo a confusão pela ordem e, no entanto, ser completamente desfrutável.

O apego à terra do pequeno agricultor camponês é profundo, conhece a natureza porque ganha a vida com ela. Para o trabalhador rural, a natureza forma parte deles – e a beleza, com substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. Esse sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada dessa intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada (TUAN, 2012, p. 140-141).

A familiaridade com a natureza tanto engendra a afeição, quanto o desprezo. Uma pessoa pode ter muita afeição por uns chinelos velhos que para um estranho parecem bolorentos; um quintal com suas plantações esteticamente desorganizadas pode constitui um “paraíso particularizado”, com significações e interpretações emotivas profundas para o dono, enquanto que para o visitante representa somente um emaranhado arbóreo sem significação ou beleza. Há várias razões para esta afeição.

Na entrevista à ENT-18, ela fez questão de me mostrar sua produção orgânica. Sua fala e seus gestos demonstravam orgulho, como se estivesse me mostrando seus filhos bem cuidados. Sua afetividade com as suas plantações, seu passar de dedos pelas pimentas de cheiro (*Capiscum spp*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*), coentro (*Coriandrum sativum*), couve

(*Brassica oleracea*), etc. sua conversa carinhosa com seus animais: patos (*Anas platyrhynchos.*), marrecos (*Caal snomy*), galinhas (*Gallus gallus domesticus*), tocaram-me profundamente.

Seus cultivos se destacavam ante a natureza que nos envolvia e sua emoção me marcava profundamente, demonstrando que “sentimento de pertencimento” pode se tornar um “bem de raiz”, porque representa riqueza àquele que a possui. Cada produto orgânico me apresentado possuía uma pujança peculiar, como em agradecimento aos cuidados a eles dispensados.

Recordei-me de mais um trecho de Tuan (2012, p. 136), onde ele cita que “Quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo”, sendo o símbolo maior daquela agricultora, o carinho com suas plantações, e o retorno da natureza, naquelas plantações semeadas de esplendor.

Uma pessoa, no transcurso do tempo, investe parte de sua vida emocional em seu lar e em seu território. A familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Assim como algumas pessoas são relutantes em abandonar os velhos chinelos por um novo, outras – especialmente idosas – relutam em abandonar seu velho território por outro novo, com casas novas, bonitas, modernas, e essa foi parte da topofilia percebida no projeto de assentamento Tarumã Mirim, dentre os 70 entrevistados na comunidade pesquisada.

A consciência do passado em um lugar é um elemento importante, e o termo topofilia associa sentimento com lugar. As imagens da topofilia são derivadas da realidade em derredor, atentos para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram assombro ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas.

O fato de as imagens serem extraídas do meio ambiente não significa que este as tenha determinado, nem necessitamos acreditar que certos meios ambientes possuam o irresistível poder de despertar sentimentos topofílicos. O meio ambiente pode não ser a causa direta da topofilia, mas oferece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais. Os estímulos sensoriais são potencialmente infinitos: aquilo em que decidimos prestar atenção (valorizar ou amar) é um acidente do temperamento individual, do propósito e das forças culturais que atuam em determinada época (TUAN, 2012, p. 161).

Uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único em suas particularidades, atitude e valor refletem os três níveis do ser. Os seres humanos estão biologicamente bem equipados para registrar uma grande variedade de estímulos ambientais (Tuan, 2012, p. 337). No mundo moderno, tende-se a dar ênfase à visão em detrimento dos outros sentidos, como o olfato e o tato principalmente.

Por requererem proximidade e ritmo lento para funcionar e por despertarem emoções, são relegados a um segundo plano, priorizando a visão e a audição. Somente na interação indivíduo-meio os seres humanos respondem ao meio ambiente de forma intrínseca, sentindo e pressentindo a vida em toda sua abrangência, valorando os cinco sentidos.

Os empecilhos, tais como os isolamentos, inacessibilidades no ir e vir, devido às precariedades das vicinais, também formam elementos que nos instigaram a entender esse elo entre indivíduo/natureza que os fazem superar tantos obstáculos, mantendo-os no assentamento, apesar de tantos entraves e desconfortos.

Nas entrelinhas entre o elo afetivo do homem com o seu meio, percebi que os jovens não estão tão arraigados afetivamente ao seu meio ambiente no Tarumã Mirim, conforme me relataram pais e avós entrevistados (ENT-1, nove filhos; ENT-2, sete netos; ENT-5, sete netos; ENT-20, 17 entre netos e bisnetos; ENT-22, dois netos), pois muitos dos jovens sonham com a vida na cidade, com maiores possibilidades de carreiras, objetivando um campo profissional que na zona rural não se apresenta.

Os jovens ainda não se sentem “enraizados” na terra, nos remetendo mais uma vez aos antagonismos presentes em diversos contextos: enquanto os jovens sonham em sair do assentamento, os aspectos topofílicos estão mais arraigados nos anciãos da localidade pesquisada.

5.4.1 O avançar da idade, o aumento topofílico

Posteriormente retornei à comunidade, mesmo após já haver findado a coleta de dados para a dissertação, para o aprofundamento ao tópico topofilia, porque os dados existentes ainda não haviam me dado subsídios para uma análise mais apurada. Dentre os 70 entrevistados, existem 21 anciãos com idade superior a 60 anos, escolhi dez deles, dentro dos critérios de inclusão na dissertação (ser o responsável pelo lote, identificado como ENT-) e três fora dela (identificados como EXT-), totalizando 13 anciãos, para perguntar-lhes se prefeririam morar na cidade ou onde se encontravam residindo (na zona rural).

A classificação e o resultado se apresentaram da seguinte forma: ENT-5 (74 anos); ENT-20 (74 anos); ENT-22 (68 anos); ENT-29 (71 anos); ENT-34 (77 anos); ENT-49 (63 anos); ENT-54 (70 anos); EXT-1 (105 anos) e EXT-3 (81 anos), quantitativamente representando 69,23%, preferem permanecer na zona rural, “por já estar acostumado”; “na cidade é muita *zuada*”; “aqui tem mais *sussego*”; “aqui cuido dos meus bichos, presto pra alguma coisa”; “*Vixe, Deus me livre de ir mimbora*”.

Em contrapartida, somente quatro: ENT-46 (64 anos); ENT-60 (72 anos); ENT-61 (61 anos) e EXT-2 (76 anos) prefeririam viver na cidade, alegando “mais perto do *dotô*”; “mais conforto”; “as facilidades compensam o barulho de lá”, correspondendo a 30,77%, demonstrando, com esse resultado, que o idoso prefere permanecer na sua casa, no seu ambiente corriqueiro, no seu *habitat*, do que aventurar-se para outra localidade.

O apego e a afetividade do homem com seu meio foi traduzida em palavras, observada a alma do caboclo, que dialoga com a terra, e dela ouve o seu sussurro, em um colóquio pessoal. Na quietude da alma anciã, interagindo com o seu ambiente de longa convivência, percebemos que o idoso se identifica com o lugar em que reside, vivendo em uma interação harmônica, mesmo que tal *habitat* não seja beneficiado por tecnologias que poderiam facilitar-lhe a vida, quer seja com energia elétrica constante (no Tarumã Mirim as “quedas” de energia são constantes e o retorno demorado); quer seja pela facilidade em comprar mantimentos diversificados nos mercados (no Tarumã Mirim há somente pequenas “bodegas” ou a feira local, com escassez de diversos produtos); pela proximidade à saúde pública mais ampliada (há atendimento de caráter de Saúde Básica no posto de saúde do assentamento, porém não há profissionais especializados no cuidado ao idoso); ou mesmo pela existência aos Centros de Convivência ao Idoso (no assentamento o Estado não beneficia idosos, jovens ou adolescentes no quesito lazer).

A maioria prefere refrescar o corpo cansado no mergulho das águas frias dos inúmeros igarapés existentes na comunidade; pressentir e sentir interação com a natureza; buscar o repouso ou a contemplação em meio ao ambiente que o abraça através do conhecimento de longos anos.

E a floresta os acolhe com seus aromas diversificados, suas cores fugazes, sua brisa, suas sombras e os seus frutos, em um diálogo permanente, que somente aqueles que conseguem “ouvir” com a percepção, traduzem em poesia e amor essa convivência simples e harmoniosa, em uma simbiose ímpar entre homem-natureza.

Não conseguimos definir, ao interligar a topofilia dos anciãos com as teorias do apego e da territorialidade, se o meio em que vivem representa a terra-mãe, que cuida, ou se a terra-filho, que gera a necessidade/sensação de ser cuidada, porém algo se tornou aparente: a possibilidade da separação entre indivíduo-chão produz ansiedade, sendo provável que o seu ambiente se assemelhe ao útero materno, que o acolhe, alimenta e protege, e esse rompimento leva ao medo e insegurança, porém isto merece maiores análises posteriormente.

5.5 Os “sítios do lazer” complementam ou antagonizam a economia local?

Apesar de este tópico “romper” com o raciocínio anterior, possui a função de complementar sobre os fatores antagônicos, e nos reportarmos ao questionamento inicial desta pesquisa. É válido lembrar que, nas preliminares deste trabalho, nos referíamos aos “assentados do lazer” a aqueles que utilizam seus lotes somente para o usufruto próprio do lazer, sem fins comerciais. Os “comerciantes do lazer” surgiram nas “entrelinhas” da pesquisa, e foram bastante analisados em tópicos anteriores. Agora, as análises reportarão a esses “sítios do lazer” em que o aspecto financeiro – no sentido da sua comercialização – não seja elemento preponderante.

Ora, já mencionamos anteriormente que tornar-se produtivo não é somente arar a terra, plantar e colher. O lazer também possui seus parâmetros produtivos, nos aspectos contributivos acerca da qualidade de vida. Porém, agora vamos dar “vez e voz” àqueles diretamente ligados ao tópico, que são os assentados e moradores da comunidade Afatam. Dentre os 29 produtivos, 11 deles (ENT-2; ENT-9; ENT-15; ENT-16; ENT-31; ENT-42; ENT-43; ENT-48; ENT-49; ENT-50; ENT-62) confirmaram a sua aprovação (37,93%) no que concerne aos “assentados do lazer”, motivados inclusive por interesses particulares, quando confirmam: “os ‘assentados do lazer’ contribuem com a comunidade, porque compram os nossos produtos, utilizam a mão de obra excedente aqui de dentro”, etc.

É válido esclarecer também que, nos aspectos de assentamentos rurais, o Estado possui uma visão específica para “produtividade”, no que remete a aportes de melhorias para toda a coletividade (estradas, capacitações, liberações de subsídios) e para emancipação do assentamento, por observar prioritariamente o que (e se) o assentamento produz, em atendimento às normatizações que regem a agricultura familiar, ou seja, se é “produtivo”, recebe benefícios, se não o é, relega-o ao ostracismo.

Para os “de subsistência”, dentre os 27 existentes, 8 deles (ENT-1; ENT-28; ENT-33; ENT-34; ENT-38; ENT-66; ENT-67; ENT-68), correspondendo a 29,63%, também confirmaram a sua aprovação, ao afirmarem que os “assentados do lazer” contribuem para o desenvolvimento da comunidade, instigados pelo interesse pessoal (por contratarem mão de obra local e contribuírem na comercialização dos produtos locais). E, fechando o quantitativo desta análise, dentre os 14 que foram classificados como “assentados do lazer”, 6 deles (ENT-24, ENT-32, ENT-41, ENT-51, ENT-55, ENT-59), correspondendo a 42,85% desse grupo, afirmam que são mais contributivos que entraves no que concerne ao desenvolvimento daquela comunidade.

Nas totalizações gerais, dentre os 70 entrevistados, 25 confirmaram que os “assentados do lazer”, mesmo nada cultivando no lote, contribuem sob outras formas para o desenvolvimento local, quer seja comprado os produtos locais ou contratando a mão de obra existente na comunidade (35,71%); 41 declararam que “assentados do lazer” são entraves, porque prejudica o desenvolvimento da comunidade no quesito “produção”, interferindo negativamente inclusive na emancipação do assentamento (58,58%); e quatro, conforme já relatado, não opinaram (5,71%).

Classificação produtiva dos lotes	Qt e	Acham que contribuem	%	Acham que são entraves	%	Não opinaram	%	Total Geral
Lotes produtivos	29	11	37,93%	15	51,72%	3	10,35%	100%
Lotes de subsistência	27	8	29,63%	19	70,37%	0	0	100%
Lotes “do lazer”	14	6	42,86%	7	50,00%	1	7,14%	100%
Total	70	25		41		4		70

Quadro 2 - Análise geral das percepções produtivas sobre os “assentados do lazer”
FONTE: Pesquisa de campo

Dentre os 29 classificados como produtivos, 3 deles não “tomaram partido” (ENT-30, ENT-35, e ENT-44) declarando que tanto contribuem quanto atrapalham, e, dos 26 restantes, 13 deles (ENT-4, ENT-6, ENT-7, ENT-8, ENT-11, ENT-14, ENT-18, ENT-19, ENT-21, ENT-22, ENT-27, ENT-39, ENT-40) , correspondendo a 50,00%, foram contrários à existência dos “assentados do lazer”, conforme alguns fragmentos:

- Assentamento do INCRA não é terra para veraneio. Nada tenho contra os sítios para lazer de final de semana, mas não em terras do governo, que se destina àqueles que não têm condições de comprar terra pra nela produzir, então criaram esses tipos de terra para quem quer plantar mas não tem onde (ENT-4, 41 anos);

- São entraves. A comunidade só cresce se tiver produção. E só produz se morar no lugar. Quem *num* mora *num* acompanha. Mesmo botando caseiro, *num* vai pra frente. A coisa só vai *pra* frente se o dono tiver de olho. Piscou... lascou... Só a gente mesmo é quem cuida do que é da gente. E quer saber do que mais? Se o governo destina a terra pra quem não produz, tá tirando o direito de quem quer produzir. Essa é a verdade (ENT-21);

- São entraves. Enquanto eu invisto, produzo, outros vem *praca* só *pro* lazer, interferindo negativamente na comunidade que eu, junto com meus outros companheiros, estamos lutando pra tornar toda ela produtiva, porque o que levanta uma comunidade não é só um ou dois, mas a união de todos. E eles não estão se unindo, estão atrapalhando (ENT-27, 64 anos);

- São atrasos para a comunidade sim. Esse negócio de que aproveitam a mão-de-obra excedente daqui é besteira. Os que conheço trazem mão-de-obra de fora. Olha, pra fazer a casa fulano, sicrano e beltrano (não vou citar o nome deles aqui, devido ao sigilo da pesquisa), eles *num* aproveitaram ninguém daqui não. Trouxeram de fora, como se os daqui não soubessem fazer nada. Não digo que não contratam alguém daqui, mas só pra dar uma capinadinha aqui, outra ali, coisa pequena. Quando é algo que valha a pena, vem de fora (ENT-39, 67 anos);

- São entraves, porque, mesmo fazendo uma boa açãozinha aqui, outra aqui, *tá atropaiando*, ora. Quando o governo dá uma terra, é pra morar lá e *pruduží*. *Num* é só pra vir tomar banho e beber cachaça! Se quer terra só *pra se esbaldá* (sentido de lazer – grifo nosso), por que não vai *prum* lugar *disimpidido*? Assim *num* tira a terra de gente *qui qué trabaiá* nela (ENT-40).

Citamos somente os fragmentos das falas dos produtivos, por serem eles os mais prejudicados quando o tópico é “comunidade sem produção”, porque inviabiliza bastante a liberação de subsídios governamentais. Não podemos categoricamente afirmar se é benéfico ou prejudicial a existência dos “assentados do lazer”, porque há as contextualizações nessas duas vertentes, porém a maioria dos entrevistados são contrários a este tipo de “atividade”:

1) há o seu lado positivo, por fomentar a comercialização dos produtos regionais, na sua fonte produtora; por utilizar a mão de obra excedente na comunidade, quer por diárias trabalhadas, quer por empreitadas; por suas contribuições nos eventos locais, participando, interagindo, gerando renda; pela socialização diversificada, nas animações aos finais de semana com os de residência fixa na comunidade. Por buscar a preservação ambiental, não desmatando para o plantio; por preservar o meio ambiente, pois nele está inserido o lazer;

2) há o seu lado negativo, pela ausência produtiva no que concerne aos produtos agrícolas, interferindo na emancipação da comunidade; nas “manchas ambientais” (MATOS, 2015), devido aos resíduos sólidos tais como descartáveis abandonados nos leitos dos igarapés; os ruídos sonoros que incomodam os vizinhos, provocados pelos descontroles controlados das emoções (ELIAS, 2011), muitas vezes em desarmonia ambiental, instigados pela ingestão excessiva de bebidas alcoólicas que provocam a depressão dos centros inibidores do cérebro (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 182); pelo aparente “desnível social” onde aos finais de semana os “assentados do lazer” se divertem, enquanto que os que lá residem trabalham, cuidando dos seus cultivos e/ou criatórios.

- Tem outra coisa que *atrapaia* a vida das pessoas daqui. É o *baruio* danado *qui* eles provocam. E é grito, é uma bagunça *de voz* alta, o *burburim* danado na beira do igarapé. E quando é de noite, se *num* bastasse o transtorno provocado por eles durante o dia, é aquele som na maior *das altura*, que perturba o sono da gente. Noutro dia eles

podem amanhecer *durmindó inté* tarde, mas a gente tem que se levantar cedo *pra trabalhaiá, moiá* as prantas, cuidar das galinhas. *Num* é certo isto (ENT-11, 71 anos).

- Aqui a gente cria os nossos *fii* (filhos) dizendo *qui* cachaça *num* é bom, *furdunço* vira confusão, *qui di* noite é pra *durmí* e *didia* é pra *trabaiá*. *Hômi qui* é *hômi num* vive *pra* lá e *pracá* caçando confusão, *pertubando* o *sussêgo* dos outros. Vejo *mininas* ainda, *invês* (ao invés) *di tá* aprendendo coisa *cum* a mãe, *tão* aí de chamego sem pé nem cabeça (ENT-54).

Apesar da diferenciação social, onde uns dormem e se divertem enquanto outros têm que trabalhar, não foram muitos os que reclamaram sobre as “manchas” ocorridas no ambiente, porém, ambas esses fatores merecerem maiores análises posteriores, para um “diagnóstico” mais detalhado, em um tempo mais estendido.

5.6 Desfecho conclusivo da seção

Apesar da ausência de oferta do lazer pelo poder público no projeto de assentamento Tarumã Mirim, ele encontra-se presente nos diversos âmbitos observados, quer seja nos campos de futebol improvisados, nos banhos nos igarapés, no embalar das redes, ou mesmo na contemplação à natureza, provocando tensões, socializando, divertindo, relaxando, porque o direito ao lazer é uma prerrogativa, sendo o processo civilizador um fator norteador do desenvolvimento social, que difere os seres humanos dos outros animais, por normatizar as condutas e regular a convivência social, possibilitando a convivência entre as pessoas. Entre socialização e natureza, a territorialidade induz ao apego e à topofilia, instigando os anciãos a permanecerem na terra.

Ao verificar as configurações sociais na comunidade Afatam, percebemos que, apesar de tratar-se de um contexto rural, elas também são inerentes nas redes de relacionamentos, nas interdependências entre os moradores, na observância do comportamento social, na civilidade entre os moradores, na socialização, pois nesses relacionamentos, um depende do outro. A vivência diária se incorpora às normas para um processo normatizador e civilizador, em uma interdependência social. O processo civilizatório encontra-se imbuído no seu próprio “eu” do caboclo. As restrições comportamentais são sinais de evolução social, pois aprenderam a controlar suas emoções e não se exporem em demasiado. As explosões apaixonadas, os descontroles emocionais, as demonstrações de excitamentos, tornam-se cada vez mais raros, até mesmo no seio do próprio círculo familiar, pois todos procuram reprimir suas emoções, até atingirem um patamar de autocontrole no comportamento dos indivíduos.

Além do autocontrole que rege o comportamento dos indivíduos, afeto e apego também são elementos relevantes a nortear as relações pessoais e sociais, e, para os anciãos da comunidade pesquisada, o apego às suas casas, seus lotes se imbricaram aos elos afetivos com todo seu meio ambiente, dialogando com a natureza que os cercam, apreciando o que o ambiente lhes oferta: paz, silêncio e possibilidades de contemplação, em meio à natureza. Em contrapartida, os jovens daquela comunidade sonham com possibilidades de continuar seus estudos e entrarem no mercado de trabalho em Manaus, tempo por meta de vida a segurança econômica, para uma vida afastada do labor rural, porque, atualmente o assentamento não oferece melhores possibilidades de subsistência.

6 CONCLUSÕES FINAIS

Executar esta pesquisa demandou persistência e foco, devido a amplitude das vertentes pesquisadas, relacionadas à agricultura familiar no projeto de assentamento Tarumã Mirim, quer seja pela visão institucional, quer seja pelo cotidiano estrutural observado vivenciado, quer pelas percepções dos assentados, quer pelas classificações surgidas. E, para conhecer o sujeito e objeto da pesquisa, tornou-se necessário vivenciar o cotidiano na comunidade. Ouvi, perguntei, observei, conheci suas tradições e costumes, o que tornou possível identificar especificidades e peculiaridades. Em diversos momentos tornou-se necessário o esclarecimento “não sou fiscal de nada. Essa entrevista é sigilosa, somente o resultado final aparecerá na pesquisa. Nomes ou números de lotes não serão citados”, recorrendo aos esclarecimentos no intuito de tranquilizar o pretendo candidato a ser entrevistado, para deixar espaço mais livre para construir relações, perguntar e ouvir coisas que não seriam ditas aos representantes do órgão gestor.

Do ponto de vista institucional, os assentamentos devem desenvolver o cultivo da agricultura familiar, porém, devido a diversos entraves (terra fraca, dificuldades de subsídios), bem como facilidades com as negociações dos lotes (contratos de gaveta), incrementa a ideia de passar o lote adiante, ganhar algum dinheiro com isto e voltar para o urbano. Nesse momento surgem possibilidades de lazer, tais como: o sítio de finais de semana; e os de lazer como empreendedorismo.

À primeira vista são situações apartadas. Mas ao pesquisar os assentados, pudemos analisar as imbricações entre trabalho e lazer, que nos levaram às conclusões que tanto um quanto outro são processos essenciais aos indivíduos, por contribuírem de forma pertinente à subsistência e à qualidade de vida. Ao nos aprofundarmos nos fundamentos e nos processos da agricultura familiar, observamos que é possível explorar tanto a terra, nos processos de cultivo e criatório, quanto o lazer, sem desvirtuar as normatizações que regem os assentamentos rurais, desde que observados certos preceitos como residir no lote e dele conseguir sustentar-se a si e à família.

Da vivência por seis meses continuados, e outros meses em visitas esporádicas, observamos a cultura de interior miscigenada por costumes urbanos, devido à proximidade a Manaus, mas também por ser composta de indivíduos procedentes das diversas regiões brasileiras, mesclando costumes, crenças e tradições, sendo a sua historicidade complexa, que vão desde as desovas e as caveiras de cadáveres, às práticas das benzeções.

Percebi que a relação órgão gestor e assentado não se apresenta de forma harmônica. Em cada análise, quer seja pelo lado institucional, quer seja dos assentados, percebemos um longo vácuo entre eles. A tecnoburocratização, pelo lado da instituição oficial, no intuito de manter o controle sobre os assentamentos, ou os receios advindos de comportamentos inadequados de assentados, alimenta a cultura do medo ou da subordinação subserviente pelo lado dos assentados, criando obstáculos ao invés de interseção, mantendo órgão gestor governamental e assentado em polos opostos, formando lacunas ao invés de pontes de interligações.

As políticas públicas direcionadas àquele nicho não atendem às demandas, devido aos entraves burocráticos e escassez de verbas; falta de ampliação de projetos para a região, mas também porque parte daqueles que deveriam estar adequados à sua utilização se encontram de forma irregular no Tarumã Mirim, por não residir no lote; não ser o beneficiário direto da propriedade (possuem somente contratos de gaveta); seus lotes não terem acessibilidade adequada para mecanizar ou escoar suas produções; desmotivados pela “terra fraca”; desalento frente às “políticas de politicagem”, que mais surgem na mídia, mostrando um Brasil Ideal, que dista da realidade vivenciada do Brasil Real – apesar de ser o mesmo Brasil -; e, por último, pelo comodismo sistêmico de alguns que sobrevivem somente dos auxílios assistencialistas do governo e não buscam formas produtivas aos seus lotes.

Ainda no trabalho de campo, não observei interação entre assentado-Estado, e sim um “distanciamento” por parte do quadro técnico-administrativo do Órgão, a dificultar as famílias assentadas na conquista dos seus intituleamentos. Essa atitude adotada pela instituição oficial sugere a eficiência na organização Estatal por meio da subordinação e ao respeito irrestrito às regras, e não pela realização de funções que provoquem os efeitos esperados pela promoção da política de assentamentos. As emancipações permanecem nos emaranhados burocráticos institucionais.

A instituição oficial representa um diagrama de poder, exercido sobre os assentados, e esses convivem com as normatizações daquilo que podem ou não fazer, dos espaços que podem desmatar, do curso d’água que possam desviar para seus criatórios de peixes, do roçado que “não podem” queimar, da necessidade de demonstrar que o lote é produtivo, ou pelo menos para produção de subsistência. Relações essa de medo-poder, percebido entre o dito e o não dito, nas observações ao longo das 70 entrevistas com os assentados.

Esses distanciamentos existentes entre assentados e instituições poderiam ser amenizados, se existissem menos burocracias e mais acessibilidades pelo lado das instituições, e utilização adequada dos lotes por parte dos assentados. Só assim haveria mais produtividade,

mais recursos, mais qualidade de vida, menos “jeitinho brasileiro” e, conseqüentemente, maiores satisfações e realizações entre todos, não sendo necessário um impor, e outro se amedrontar, por não estarem adequados nos parâmetros definidos por lei.

Ademais, se os assentados (e moradores) não incorressem em proibições para encobrir uma não permissão, nos vizes das instruções normativas, não negaceassem os ditames da lei... Se as relações de poder fossem amenizadas pelo diálogo e acessibilidades, mediatizando soluções, nas adequações reais amazônicas... Se transformassem os “inconvenientes” em “convenientes” (tais como: proximidade à Manaus -a instigar ao uso do sítio somente para o lazer de final de semana - ou devido a terra fraca), ao invés de existir um “assentamento-problema”, formar-se-ia um assentamento com as suas peculiaridades que contribuísse para o seu desenvolvimento, e não para o retraimento produtivo.

Pela diversidade de políticas públicas destinadas à agricultura familiar, à primeira vista supomos tratar-se de grandes aparatos para a produtividade deslançar, porém vale ressaltar que as especificidades amazônicas carecem de um olhar diferenciado, devido peculiaridades existentes, a exigirem soluções também peculiares:

a) as alegações de que o projeto de assentamento Tarumã Mirim, por ser próximo à Manaus, propicia a utilização dos sítios somente para o lazer de final de semana. Ora, cabe aqui sugerir uma reversão de conceitos, para que essa proximidade favoreça o incentivo ao “turismo rápido”, instigado principalmente pela proximidade à Manaus. O “lazer de cercania” poderá ser incentivado, incrementado, profissionalizado, para ofertar ao turista local uma “mercadoria” com valor agregado que satisfaça a ambos – o cliente e o “empresário do lazer”;

b) devido à diversidade de igarapés existentes também induzem os beneficiários da terra à utilização dos lotes somente para o lazer, é válido sugerir o desenvolvimento do ecoturismo, sendo a água o elemento “chamativo”, proporcionando, além de bem-estar (a quem oferece e a quem recebe), novas formas produtivas, tanto econômica quanto socialmente. Para o assentado que destina o seu lote para a oferta do lazer, a preservação à água se torna essencial, mantendo-a limpa, com as margens dos igarapés preservadas, sem o processo de contaminação advindos dos agrotóxicos às vezes utilizados indevidamente nos cultivos rápidos como as hortaliças;

c) pelas alegações de que a terra é “fraca”, segundo diversos relatos, cabe aqui também uma reversão de valores. A partir do reconhecimento de que as terras do Tarumã Mirim carecem de severas correções de solo, então é chegado o momento de não fazer derrubadas, queimadas, mantendo a floresta em pé, e investir no ecoturismo, instigando ao lazer, preservando-se assim a natureza.

Ao disponibilizar a terra para transformá-la em “produtiva”, a sequência natural desse processo é “desmatar para plantar”. Porém, na amplitude de novos conceitos analisados o lazer também é produtivo, o sujeito (assentado) olha o objeto (a terra) e dela capta uma nova função. Ora, a natureza preservada irá valer-lhe mais que ela desmatada. Isto instiga, estimula e exige atitudes e mudanças de comportamentos em prol do ambiente.

Enquanto o mundo clama por preservação ambiental, caberá ao Estado enxergar além das normatizações de que assentamento é para cultivar somente alimentos. Para tal, o órgão gestor, necessita ampliar o seu olhar para além do cultivo da mandioca ou da criação de peixes, bem como modificar o conceito de “fiscalizar”, e romper com os paradigmas de que os assentamentos rurais são propícios somente para o cultivo ou criatório, e observar o “filão” que se estende a céu aberto (ou à floresta cerrada), e fazer nascer um “novo mundo amazônico”, onde o lazer tanto pode ser um produto, quanto uma mercadoria, a aproveitar as peculiaridades que compõe o Tarumã Mirim.

O “braço governamental” necessita romper essa lacuna existencial, e estender o seu “olhar” para as novas “possibilidades produtivas” do Tarumã Mirim, e investir em capacitações para ecoturismo. O Amazonas é deficitário nesse aspecto, mesmo possuindo um “canteiro natural” para a produção do lazer comercial. Ademais, em todos os meses em que decorreu a pesquisa de campo, em acompanhamentos aos técnicos que ministram cursos, em diálogos com os assentados em diversas comunidades no Tarumã Mirim (e não só na comunidade Afatam), não foi detectado nenhum curso, instrução, orientação, para o tópico “turismo”. O foco incentiva somente ao cultivo ou criatório.

As análises mais aprofundadas nos instigaram a um olhar sem preconceitos para o âmbito do lazer, quer pelo lado social, quer pelo lado comercial, quer pelas contribuições pertinentes à qualidade de vida do indivíduo, levando “lucratividade emotiva”. Contudo, nesse contexto, surgiram os “sítios do lazer”, onde os beneficiários da terra a utiliza somente para o seu lazer de final de semana, instigando controvérsias. Nas análises dos resultados no que concerne a esse quesito, constatamos uma dualidade, em que as duas vertentes são complementares, e, ao mesmo tempo antagônicas, dependendo de que contextos são analisados.

São complementares porque, mesmo não cultivando a terra, os “do lazer” colaboram: economicamente na comunidade por adquirirem os produtos locais, contratar mão de obra local (abundante); ecologicamente quando não brocam, não desmatam, não queimam, preservando a “matéria prima” do seu lazer – a floresta e os igarapés; socialmente: quando interagem nos eventos, na socialização com os assentados que residem na comunidade.

São antagônicos porque, pelos aspectos emancipatórios, através do olhar institucional, prejudicam na somatória produtiva do assentamento, interferindo nas prerrogativas de liberações de subsídios, benefícios estruturais tais como pontes, estradas (pelo pressuposto do escoamento de produções) e outros benefícios advindos do Estado. Ademais, se um assentamento é produtivo, novos olhares governamentais instigam a mais melhorias, a mais apoio, a novos benefícios. Isto repercute também na percepção da maioria dos assentados, porque a partir do momento em que o assentamento não é visto “com bons olhos” pelo órgão gestor, todos sofrem com as repercussões negativas advindas da falta de produtividade.

Por mais que busquemos entender os “antagonismos” e as “complementariedades” que interferem no uso dos lotes, cremos ser válido rever as sincronias entre a definição dos assentamentos, “terra para produzir” e “delimitação do homem na terra em condições produtivas”, e trazer à luz da atualidade as peculiaridades do projeto de assentamento Tarumã Mirim, adequando-o em conformidade com o que ele “é” e não com o que ele “deveria ser”, e dessa realidade proporcionar produtividade, quer seja advindas do lazer, quer seja das “mercadorias-lazer”, mostrando “o que poderá vir a ser”.

Enquanto as nações evidenciam a sustentabilidade, através da preservação ambiental, torna-se adequado a quebra de paradigmas no âmbito do projeto de assentamento Tarumã Mirim, a incentivar a produção de “mercadoria sustentável”, que é a comercialização do lazer naquela região, incentivando o *balnearismo*, levando sustentabilidade aos assentados, e satisfação aos clientes que buscam diversão, em localidade próxima de Manaus. São as mudanças de conceitos preestabelecidos de que assentamentos rurais são destinados somente para desenvolvimento agrícola, pastoril ou pesqueiro, que hora nos mostra essa nova visão de mercado.

As vertentes que se apresentam evidenciam que, em qualquer âmbito vivenciado pelos assentados, ao “dialogar” e respeitar o solo e a água, ela responde com produtividade, direta (cultivo) ou indiretamente (comercializando ou apreciando o lazer). Confirmando a dialógica do tema, as duas vertentes não se anulam, pois possuem suas benesses e entraves, ora complementando, ora antagonizando, representando a complexidade e peculiaridade do Tarumã Mirim.

Ao nos questionarmos: o lazer e a agricultura familiar são complementares ou antagônicos nos aspectos socioeconômicos no projeto de assentamento Tarumã Mirim? Ao analisarmos pelo “olhar duro” das normatizações governamentais, o lazer no Tarumã Mirim é antagônico, porque não remete à cultivar, plantar, colher e comercializar suas produções. Ao analisar pelo olhar “capitalista” daqueles que se beneficiam das contribuições dos “assentados

do lazer”, o lazer é complementar. Ao analisarmos através de um “olhar amplo”, em que o lazer é benéfico à saúde dos indivíduos, e também pode ser uma “mercadoria produtiva”, contribuindo inclusive para a preservação ambiental, são complementares, porque a produtividade está além do brocar, arar, plantar e colher. Nas análises gerais, o lazer torna-se elemento contributivo se exercido pelos “comerciantes do lazer”, por desenvolver um novo “produto”, com valor econômico, aproveitando o que de melhor o Tarumã Mirim oferece.

Para que o Tarumã Mirim expanda seu processo produtivo, se adequando à sua realidade peculiar, sugerimos projetos que incentivem ao marketing ecológico e sustentável, porque possui a matéria prima essencial – água, natureza exuberante, proximidade à Manaus – em uma formatação que não desvirtue as possibilidades da agricultura familiar, mas que abarque também mais esse nicho comercial, disponibilizando não somente recursos financeiros, mas também planejamento, capacitação, para gerir seus negócios. Para administrar o lazer como mercadoria, demanda sutileza; para o cultivo à terra, demanda correções do solo, investimentos e insumos.

Em qualquer âmbito, é necessário enxergar um cipó, um tronco de madeira, o chilrear dos pássaros, as curvas do leito dos igarapés, mais do que uma minúscula particularidade da natureza, mas como elemento primordial a instigar a renovação das emoções daqueles que compram espaços e momentos de lazer como mercadorias que lhes proporcionam qualidade de vida, ou daqueles que dependem da subsistência na terra, para o seu cultivo ou criatório, porque, em ambos, natureza preservada é a maior ferramenta a direcionar o trabalho e o lazer.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: Desafios do novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. ISSN 1415-4765. Publicado em abr 1999. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0641.pdf> Acesso em: 27 Mai 2014.

AGUIAR, Maria de Fátima. **Lazer e produtividade no trabalho**. Publicado em: Turismo em Análise, São Paulo, 11 (2):111 -1 24 novo 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63522/66265>. Acesso em: 13 jun 2016.

ALVES, Adjair. **Treinando a observação participante: juventude, linguagem e cotidiano**. Recife: Ed. Universitária de UFPE, 2011.

AMAZONAS. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS). **Estratégia operacional**. Programa rural. Disponível em: <http://www.ads.am.gov.br/index.php/amazonas-rural>> Acesso em: 23 mar. 2014.

AMAZONAS. Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (NEAPL). Cidade Pólo Tabatinga. **Plano de Desenvolvimento Preliminar: APL de produção de pescado**. Publicado em agosto 2008. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248265168.pdf. Acesso em: 12 mar 2016.

AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Água para todos no Amazonas**. Publicado em 24 mai 2015. Disponível em: <http://www.meioambiente.am.gov.br/>. Acesso em: 17 ago 2016.

AMAZONAS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). **Amazonas Turismo**. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/turismo/>. Acesso em: 13 mar 2016.

BALDINO, José Maria; LOURES, Patrícia Marcelina Loures; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. A educação nas manifestações culturais populares religiosas: benzedores e a transmissão de saberes e “segredos”. **Caminhos**. V. 13 n.2, jul/dez 2015. Doi <http://dx.doi.org/10.18224/cam.v13i2.42883> Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/view/388-400/2464>. Acesso em: 07 jan 2016.

BARBALHO, Célia Regina Simonetti Barbalho; MORAES, Suely Oliveira. **Guia para normalização de relatórios técnicos científicos**. Manaus: EDUA, 2003.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia. Análise do processo de desenvolvimento**. 2ª. ed. Manaus: Valer, 2007.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Dossiê questão agrária.** Estud. av. vol.11 no.31 São Paulo Set./Dec. 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000300003>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000300003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 27 Mai 2014.

BEZERRA, Eron. **Amazônia, esse mundo à parte.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOWLBY John. **As origens do apego.** In: Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. Porto Alegre: Artes Médicas; 1989. p. 33-47.

_____. **Formação e rompimento de vínculos afetivos.** In: Formação e rompimento de laços afetivos. São Paulo: Martins Fontes; 1997. p. 167-208.

BRASIL. Agência Nacional de Águas – ANA. **Panorama da qualidade das águas superficiais do Brasil: 2012.** Disponível em: http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/Panorama_Qualidade_Aguas_Superficiais_B_R_2012.pdf. Acesso em: 31 out 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr 2015.

_____. Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "**Luz para Todos**" e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4873.htm. Acesso em: 10 jul 2016.

_____. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o **Programa Bolsa Família**, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de **educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 08 out de 2015.

_____. Decreto nº. 9.760, de 5 de Setembro de 1946. Dispõe sobre os **bens imóveis da União** e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760compilado.htm>. Acesso em: 27 Mai 2014.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **EMBRAPA no Brasil.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/>. Acesso em 12 out 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006.**

Disponível em:

http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/arquivos/familia_censoagro2006_65.pdf. Acesso em: 25 Fev 2015.

_____. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 1996.** Disponível em:

<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm> Acesso em: 31 Mai 2015. Acesso em:

_____. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM. **Serviço de assistência técnica, extensão rural e florestal.** Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM. **Manual do Programa de regularização ambiental dos imóveis rurais do estado do Amazonas.** Disponível em:

<http://www.ipaam.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/CAR/CARTILHA%20CAR.pdf>. Acesso em: 30 dez 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Assentamentos.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 13 jun 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Cadastro Rural.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/certificado-de-cadastro-do-imovel-rural-ccir>> Acesso em: 23 Mar. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Censo Demográfico 2000 – Tabulação Avançada. Resultado Preliminares da Amostra.** Comunicação Social 08 de maio de 2002. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm>. Acesso em: 13 Out 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **É crime comercializar terra em assentamentos.** Disponível em:

<<https://incragoias.wordpress.com/e-crime-vendercomprar-terra-em-assentamentos/>> Acesso em: 30 Mai 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Instrução Normativa 71.** Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/1251-instrucao-normativa-n71-17052012>. Acesso em: 22 nov 2015.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Titulação de Assentamentos.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/titulacao-de-assentamentos>> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim.** Manaus, 1999. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf>. Acesso em: 28 ago 2015.

_____. BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia -INPA. **Orgulho da Amazônia. Estrutura organizacional e de pesquisa.** Disponível em: <<https://www.inpa.gov.br/sobre/historico2.php>> Acesso em: 23 mar 2014.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o **Estatuto da Terra** e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm Acesso em: 02 Abr 2015.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos **dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária**, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm> Acesso em: 23 mar. 2014.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. (2002). Institui o **Código Civil**. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Recuperado em 12, outubro, 2015) que institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 15 out 2015.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o **Programa Bolsa Família**, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 23 mar 2015.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 25 mar 2014.

_____. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Disponível em: <http://www.sedam.ro.gov.br/arquivos/arquivos/04-08-13-18-58-40Lei%2011959-2009%20da%20pesca%20e%20aquicultura.pdf>. Acesso em: 12 set 2016.

_____. Ministério da Saúde. Caderno 7 de Atenção Básica. **Hipertensão Arterial Sistêmica**. Brasília, 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_06.pdf. Acesso em: 11 set 2015.

_____. Ministério da saúde. **Caderno de Atenção Básica**. Brasília: 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_06.pdf. Acesso em 21 mar 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, 1997. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_16.pdf. Acesso em: 11 set 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Levantamento e mapeamento dos remanescentes da cobertura vegetal do Bioma Amazônia, no período de 2002, na escala de 1:250.000.** Coletânea dados 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/Cobertura%20Vegetal%20%20Amazonia.pdf. Acesso em: 19 ago 2016.

_____. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Programa de Integração Intra-regional da Amazônia. Diagnósticos e Projetos.** Publicado em 2012. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/conteudo/destaques/arquivos/Estudo-Tecnico-Integracao.pdf>. Acesso em: 20 ago 2016.

CANEDO, Daniele. **Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos.** Publicado no V Enecult. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. 27 a 29 de maio de 2009 na Faculdade de Comunicação UFBA. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 10 jul 2016.

CASTRO, Albejamere Pereira et al. **Tecnologias Sociais Ecológicas: Uma alternativa de segurança alimentar e geração de renda para agricultura familiar nas comunidades rurais amazônicas.** IN: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CASTRO, Albejamere Pereira; SANTIAGO, Jozane Lima (Org). Agroecologia em Sociedades Amazônicas. Manaus: Editora & Gráfica Moderna, 2015.

CASTRO, Lúcia de Fátima Correia; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. **Atividades Agrícolas no Assentamento Iracema (PI) e suas repercussões sobre o Meio Ambiente.** Revista Internacional de Desenvolvimento Local. V. 8, N. 1, p. 65-73, Mar. 2007. Disponível em: < [http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n1/a07v8n1.p df](http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n1/a07v8n1.pdf)> Acesso em: 27 Mai 2014.

COSTA, Francimara Souza et al. **Práticas agroecológicas no sul do Amazonas: Fundamentos para o desenvolvimento sustentável da produção agrícola familiar.** IN: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; CASTRO, Albejamere Pereira; SANTIAGO, Jozane Lima (Org). Agroecologia em Sociedades Amazônicas. Manaus: Editora & Gráfica Moderna, 2015.

CUCHE, Denys. **A noção da cultura nas ciências sociais.** 2. ed. Bauru: Edusc. 2002.

CUSTÓDIO, José de Arimathéia Cordeiro. Mil anos com banho! **Anais de Estudos Antigos e Medievais.** 21 a 23 set 2011. doi: 10.4025/10jeam.ppeuem.03021. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03021.pdf>. Acesso em: 16 ago 2016.

DACTES, Cristiane. **Pesquisa básica X Pesquisa aplicada.** Publicado em 2012. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAtj8AB/pesquisa-basica-x-pesquisa-aplicada> Acesso em: 27 out 2015.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** 9ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DIÁRIO DO AMAZONAS. **Peixes criados em canal de Igarapé.** Disponível em: <http://www.amazonianarede.com.br/peixes-criados-em-canal-de-igarape/>. Acesso em: 13 set 2014.

DUMAZEDIER. Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Edições 70, 2008.

_____. **O processo civilizador. V.1 Uma história dos costumes**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2011.

_____. **O processo civilizador. V.2 Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Rio de Janeiro: Difel, 1992.

FERRARI, Marian Dias; GUERREIRO, Silas (org). **Antropos e Psique. O outro e sua subjetividade**. 9ª ed. São Paulo, 2009.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: Um encontro com a pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

_____. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Renata Machado dos Santos; OLIVEIRA, Valdir de Castro. **Ciência & saúde coletiva**. Cooperação internacional Brasil-Cuba-Haiti: o papel das rádios comunitárias no fortalecimento da mobilização social no âmbito da saúde pública no Haiti. Publicado em: Ciênc. saúde coletiva vol.20 n.1 Rio de Janeiro Jan. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015000100199&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 02 ago 2016.

GORAYEB, Adryane. **Análise integrada da paisagem na bacia hidrográfica do rio caeté – amazônia oriental** – Brasil. Rio Claro SP: Universidade Estadual Paulista, 2008. 206 f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/100074/gorayeb_a_dr_rcla.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 ago 2015.

GORGULHO, S. A água, a recreação, o lazer e o turismo. **Folha do Meio Ambiente Cultura Viva**. Brasília-DF. Publicado em 10 dez 2004. Disponível em: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2004/11/hidricos153.html>. Acesso em: 30 out 2016.

GUANZIROLI, Carlos E. ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENOURT, Gilson. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUERREIRO, Silas; PASSADOR, Luiz Henrique. **O campo da antropologia: constituição de uma ciência do homem**. IN: RIBAS, João Batista Cintra; KEMP, Kênia; PASSADOR, Luiz Henrique; FERRARI, Marian Dias Rivas; As origens dos antropos. (Org). 9ª ed. São Paulo: 2009.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Marisete T. **Velhas benzedoras**. Publicado em: Dossiê – o final da vida no Século XXI. Doi: 10.5433/2176-6665.2012v17n2p126. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/14025/11836>. Acesso em: 21 jul 2016.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Objetiva: Rio de Janeiro, 2010.

JORDAN, Danielle. Jornal Ambiente Brasil, em 23 Mar 2014. **Produção de peixes em igarapé contribui com a geração de renda no Amazonas**. Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/exclusivas/2010/03/19/52523-exclusivo-producao-de-peixes-em-igarape-contribui-com-a-geracao-de-renda-no-amazonas.html> > Acesso em: 23 mar. 2014.

LEITE, Sergio et al. **Impacto dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo SP: Fundação Editora da Unesp, 2004.

LORIETI, Marcos Antônio. **Complexidade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e formação de professores**. Notandum 23. Mai-Ago 2010. CEMOrOC-Feusp/IJI-Universidade do Porto. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand23/P13a20.pdf>. Acesso em: 27 out 2015.

MACIEL, Regiane Macedo; FILIPPINI, Elizabeth. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus - Edição 04 Dez/2010. Manaus: uma reflexão acerca de seu passado. Disponível em: http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_4/37.pdf. Acesso em: 02 ago 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MANAUS. Secretaria Municipal de Saude – SEMSA. **Saúde da mulher**. Disponível em: <http://semsa.manaus.am.gov.br/programas-de-saude/saude-da-mulher/>. Acesso em: 09 set 2014.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e cultura**. Campinas: Editora Alínea, 2007. (Coleção Estudos do Lazer)

_____. **Lazer e educação**. 5ª ed. São Paulo: Papirus, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, Karl. **O Capital. Resumo literal condensação dos livros 1, 2 e 3**. Belo Horizonte: Novos Rumos, 1990.

_____. **O Capital (compêndio)**. Carlo Cafiero (org). São Paulo: Hunterbooks, 2014.

_____. **Salário, preço e lucro**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2002.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hinterlândia amazônica**. Manaus: Valer/FAPEAM, 2015.

MATTEI, Lauro. **Políticas de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar no Brasil: O Caso Recente do Pronaf**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007. Disponível em:

<http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros_publicados/docs/ren2007_v38_n1_a9.pdf> Acesso em: 27 Mai 2014.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. V.2 São Paulo: EPU, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 34.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MONTE, Francisco Clesson Dias. **O INCRA e a política de assentamentos rurais: um estudo sobre processos político-administrativos de ação pública**. Rio de Janeiro, RJ Julho de 2013. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2013/05/https_correio2.incr.gov_4.pdf. Acesso em: 28 Jul 2015.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2014.

_____. **Introdução ao Pensamento Completo**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Os sete saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Cortez, 1999

NABUCO, Cristiano. **Quando o apego e o afeto não caminham junto**. Publicado em 02/07/2014. Disponível em: <http://cristianonabuco.blogosfera.uol.com.br/2014/07/02/quando-o-apego-e-o-afeto-nao-caminham-junto/>. Acesso em 08 out 2016.

NOGUEIRA, Ana Claudia Fernandes; MAINBOURG, Evelyne Marie Therese. A Comunidade do Pau Rosa/Amazonas e a Relação entre Natureza, Cultura e o Processo Saúde/Doença. Publicado em: **Saúde Soc. São Paulo**, v.19, n.1, p.22-34, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/03.pdf>. Acesso em: 15 abr 2016.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

PASSADOR, Luiz Henrique. GUERREIRO, Silas (Org). **As origens dos antropos**. In: O outro e sua subjetividade. 9ª ed. São Paulo, 2009.

PEREIRA, Antônio Roberto Mendes. **O lazer nas pequenas propriedades rurais - Os festejos, os brinquedos e as brincadeiras**. Disponível em: <http://permaculturapedagogica.blogspot.com.br/2012/02/o-lazer-nas-pequenas-propriedades.html>. Acesso em: 30 jun 2016.

PEREIRA, Edilson. O espírito da oração ou como carismáticos entram em contato com Deus. **Religião & Sociedade**. Relig. soc. vol.29 no.2 Rio de Janeiro 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872009000200004>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872009000200004. Acesso em 13 ago 2016.

PEREIRA, F. M; PILENGHI, C. D. Lazer aquático, mortes por afogamento e a educação física. **Kinesis**. Santa Maria, n. 21. P. 109-130. Publicado em 1999. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/lazer-aquatico-mortes-por-afogamento-e-educacao-fisica.pdf>. Acesso em: 31 out 2016.

PEREIRA, F. M; PILENGHI, C. D. Lazer aquático, mortes por afogamento e a educação física. **Com.Motricidade**. Publicado em: 21 ago 2008. Disponível em: <http://www.motricidade.com/index.php/repositorio-aberto/40-docencia/1172-lazer-aquatico-mortes-por-afogamento-e-a-educacao-fisica>. Acesso em: 31 out 2016.

PINTO, Willer Hermeto Almeida. CARVALHO, Albertino de Souza Carvalho. **Geoprocessamento aplicado a análise físico-territorial da área do Tarumã – AM**. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Florianópolis, Brasil, 21-26 abril 2007, INPE, p. 3003-3009. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim. Manaus, 1999. Disponível em: <http://marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf> /marte.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.13.15/doc/3003-3009.pdf. Acesso em: 28 ago 2015.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública**. Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo – Brasil. Ver. Saúde Pública, 29 (4): 318-325, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>. Acesso em: 27 out 2015.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Futebol e violência**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

RIBAS, João Batista Cintra. **O olhar**. In: RIBAS, João Batista Cintra; KEMP, Kênia; PASSADOR, Luiz Henrique; FERRARI, Marian Dias; GUERREIRO, Silas (org). **Antropos e Pique**. O outro e sua subjetividade. 9ª ed. São Paulo, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SABOURIN, Eric. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007. **Que políticas públicas para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf>> Acesso em 27 Mai 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Saray Giovana dos (org). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à educação física**. Florianópolis: Tribo da ilha, 2011.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Magia e religião na modernidade: os rezadores em Manaus**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, Diego. O "Sonho de Rose": políticas de saúde pública em assentamentos rurais. **Saúde e sociedade**. vol. 15 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300006>. *Print version* ISSN 0104-1290 *On-line version* ISSN 1984-0470. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300006. Acesso em: 02 ago 2016.

SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. Brasília: Páginas & Letras, 2003.

SZPILMAN, D; TRINDADE, R; VIEGAS, S; MEYER, K. **Mergulho Seguro. Prevenção do afogamento no mergulho em apnéia**. Publicado em 20 jul 2015. Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático - Sobrasa. Disponível em: http://www.sobrasa.org/new_sobrasa/arquivos/recomendacoes/Prevencao%20do%20Afogamento%20no%20Mergulho%20em%20Apneia.pdf. Acesso em: 31 out 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo Da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

TUPINAMBÁ, Maria José Ferreira. **Recepção da informação: A efetividade da comunicação institucional da EMBRAPA pelos agricultores familiares do assentamento Tarumã Mirim, na região metropolitana de Manaus**. Manaus: UFAM, 2013. 95 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas.

VELHO, Otávio Guilherme. **A frente agrícola**. In: Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro:

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 87-138. ISBN: 978-85-9966-291-5.
Available from SciELO Books .

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013. Homicídios e juventude no Brasil.**

Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf. Acesso em: 23 dez 2014.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WITKOSKI, A. C. (Coord); FRAXE, T. J. P; SOUZA, D. S. R.; CAVALCANTE, K. V.

Relatório analítico território rural Manaus e entorno – Amazonas. Publicado em set 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra044.pdf>. Acesso em: 19 ago 2016.

APÊNDICE A – Entrevista estruturada aplicada na comunidade Afatam

APÊNDICE A – Entrevista estruturada aplicada na comunidade

Afatam

1/2

Lote nº _____; () Assentado; () Morador; Idade ____ anos; Sexo: M () F ()

1). Como você classificaria, pelo aspecto da produtividade, o seu lote? Classifique em**“1” para “O meu lote é somente para o lazer aos finais de semana”;****“2” para “produção de subsistência – somente para o consumo familiar” e****“3” para “produtivo (consumo e venda do excedente acima de R\$ 3.000,00 ao ano)”.**

Classificação: [_____].

2). Antes de tornar-se assentado, qual sua experiência com o manuseio da terra?**Classifique de 1 a 10, sendo “1” para pouca experiência e “10” para muita experiência.**

Classificação: [_____].

3). Na sua percepção, qual a eficácia dos órgãos governamentais na comunidade?**Classifique de 1 a 10, sendo “1” para pouco eficiente e “10” para um muito eficiente.**

Classificação: [_____].

4). O que o motivou adquirir um lote em um assentamento rural? Enumere de acordo com a importância para você.

- a). () Porque eu não tenho outra profissão senão esta de lidar com a terra;
- b). () Por querer dar sequência à profissão dos meus pais, que também eram agricultores;
- c). () Creio que aqui seja o ambiente mais propício para criar os filhos;
- d). () Aqui se vive com mais tranquilidade, sem tanta violência quanto na cidade;
- e). () Em busca de um local tranquilo para passar os finais de semana longe da cidade.

5). Gostaria que seus filhos permaneçam morando no lote? Enumere de acordo com a importância para você.

- a). () Não. Gostaria que eles fossem pra cidade, estudar, se formar, ter uma vida melhor;
- b). () Não. Porque aqui a vida diária é muito difícil. Muito trabalho e pouco recurso;
- c). () Sim. Para dar continuidade à minha atividade profissional aqui no assentamento;

- d). () Sim. Porque sinto que aqui eles estarão mais afastados das violências urbanas;
- e). () Sim. Conseguir um lote também para si, formar família, ficar por perto.

6). O Estado disponibiliza certos recursos para o processo do assentamento. Em quais desses projetos se beneficiou ou se beneficia? Poderá marcar mais de um, ou todos, se necessário.

- a). () Crédito Fomento (para aquisição de equipamentos, ferramentas, insumos);
- b). () Crédito Habitação (construção da moradia para o assentado);
- c). () Projeto Lumiar (Capacitação (aprender a) e Treinamento (melhorar o que já se sabe);
- d). () Projeto Educacional (Para adultos ou crianças);
- e). () Projeto da Saúde (Médicos, dentistas, enfermeiros, visitas de agente da saúde);

7). O que mais necessita melhorar no Assentamento? Enumere de 1 a 5, de acordo com a importância. Enumere de acordo com a necessidade, pela sua percepção.

[] Saúde; [] Educação; [] Estradas; [] Subsídios; [] Orientações e capacitações;

8). O lazer também é importante para manter a qualidade de vida? Enumere de acordo com a importância para você.

- a). () Sim. Ele libera as tensões do trabalho, alivia o estresse, relaxa;
- b). () Sim. Ele melhora a qualidade de vida, deixa a pessoa mais feliz;
- c). () Sim. Porque ele melhora inclusive o relacionamento entre as pessoas;
- d). () Indiferente. Pode-se viver sem o lazer, e mesmo assim ser saudável;
- e). () O lazer é perda de tempo. Enquanto está se divertindo está deixando de trabalhar.

9) O lazer é para relaxar, descansar, se divertir, se desenvolver, etc. Quais as melhores formas de lazer na comunidade, que você pratica e mais aprecia? Escolha 5 dentre as abaixo.

Enumere quantos achar necessário, de acordo com a importância para você.

- [] Caçar; [] Ouvir rádio; [] Caminhar; [] Assistir televisão;
- [] Pescar; [] Futebol; [] Pedalar; [] Jogar cartas, dominó;
- [] Ler; [] Cantar; [] Viajar; [] Não fazer nada;
- [] Dançar; [] Canoagem; [] Nadar; [] Conversar com amigos.

APÊNDICE B - Entrevista semiestruturada aplicada na comunidade Afatam

Entrevista semiestruturada aplicada na comunidade Sajotam.

1/1

Responda livremente.

Você acredita que os “sítios do lazer de final de semana” são “entraves”, que interferem negativamente no desenvolvimento da sua comunidade ou contribuem de forma positiva para as relações sociais, econômicas e culturais locais?

- Entrave;
- Contribuem;
- Ambos. Tanto um quanto outro;
- Não quis opinar.

Explique o porquê da sua resposta.

APÊNDICE C - Entrevista aberta aplicada com as cozinheiras do “Acampamento da boia”

Entrevista aberta aplicada com as cozinheiras do “Acampamento da boia”.

1/1

Responda livremente.

- 1). A experiência ajudou a socialização entre vocês, estreitando os laços de amizade?
- 2). Vocês se divertiram, mesmo trabalhando?
- 3). Quebrou a rotina anterior, da vida de vocês?

APÊNDICE D – Entrevista aberta com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Divisão Serviço de Educação e Cidadania

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

1/2

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, na representatividade da sr^a Valda Correa de Melo, da Divisão de Desenvolvimento Serviço de Educação e Cidadania, está sendo convidada para participar da pesquisa "Lazer e Agricultura Familiar: complementares ou antagônicos no processo produtivo de um assentamento rural?", sob a responsabilidade da pesquisadora Águida Meneses Valadares Demétrio; endereço: Avenida Timbiras, 2460, Cidade Nova 1; Manaus AM, telefone (92) 9-9224-6300 e (92) 9-9224-6374; e-mail: agdademetrio@hotmail.com, com o objetivo de compor o capítulo da obra "Horizonte Paralelo: Um mundo à parte nos assentamentos rurais", na busca do entendimento sobre o projeto político-pedagógico destinado aos projetos de assentamentos rurais, no que concerne à agricultura familiar e a vivência nesse universo rural, e que a sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento.

Riscos e Benefícios da pesquisa: De acordo com a resolução N° 466 de 12/12/12, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, tais como tensão, impaciência, etc.

Divulgação: Através deste termo permito a sua divulgação, em contribuição ao desenvolvimento científico.

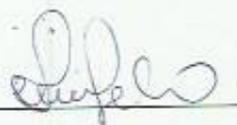
Benefícios da pesquisa: O benefício relacionado à sua participação será o de aumentar o conhecimento científico para a área dos assentamentos rurais, a partir das informações obtidas e conclusões apresentadas ao final deste estudo.


Águida Meneses Valadares Demétrio

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento. Recebi uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Manaus, AM, 14 de Abril de 2016.

Participante da Pesquisa: _____



2/2

APÊNDICE D - Entrevista aberta aplicada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na Divisão Serviço de Educação e Cidadania

Responda livremente:

Como o INCRA observa as normatizações específicas do Decreto 7.352, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária?

APÊNDICE E – Entrevista aberta aplicada no Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM)

1/2

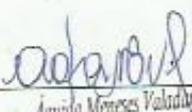
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, através do sr Ozenildo Oliveira Minciro, engenheiro ambiental, está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Lazer e Agricultura Familiar: complementares ou antagônicos no processo produtivo de um assentamento rural?”, sob a responsabilidade da pesquisadora Águida Meneses Valadares Demétrio; endereço: Avenida Timbiras, 2460, Cidade Nova 1; Manaus AM, telefone (92) 9-9224-6300 e (92) 9-9224-6374; e-mail: agdademetrio@hotmail.com, com o objetivo de compor o capítulo “Horizonte Paralelo: Um mundo à parte nos assentamentos rurais”, na busca do entendimento sobre produtividade, lazer e subsistência, no que concerne à agricultura familiar e a vivência nesse universo rural, e que a sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento.

Riscos e Benefícios da pesquisa: De acordo com a resolução Nº 466 de 12/12/12, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, tais como tensão, impaciência, etc.

Divulgação: Através deste termo permito a sua divulgação, em contribuição ao desenvolvimento científico.

Benefícios da pesquisa: O benefício relacionado à sua participação será o de aumentar o conhecimento científico para a área dos assentamentos rurais, a partir das informações obtidas e conclusões apresentadas ao final deste estudo.


 Águida Meneses Valadares Demétrio

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento. Recebi uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Manaus, AM 13 de Abril de 2016.

Participante da Pesquisa: _____

APÊNDICE E - Entrevista aberta aplicada no Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM)

Responda livremente:

Como o IDAM analisa os aspectos que envolvem a liberação de subsídios aos assentamentos rurais e, mais especificamente, ao projeto de assentamento Tarumã Mirim, na zona rural de Manaus?

APÊNDICE F – Entrevista aberta aplicada no Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)

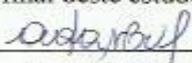
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

1/2

O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM), uma organização não governamental sem fins lucrativos está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Lazer e Agricultura Familiar: complementares ou antagônicos no processo produtivo de um assentamento rural?”, sob a responsabilidade da pesquisadora Águida Meneses Valadares Demétrio; endereço: Avenida Timbiras, 2460, Cidade Nova 1; Manaus AM, telefone (92) 9-9224-6300 e (92) 9-9224-6374; e-mail: agdademetrio@hotmail.com, com o objetivo de compor o capítulo “**Horizonte Paralelo: Um mundo à parte nos assentamentos rurais**”, na busca do entendimento sobre produtividade, lazer e subsistência, no que concerne à agricultura familiar e a vivência nesse universo rural, e que a sua participação é voluntária, podendo desistir a qualquer momento.

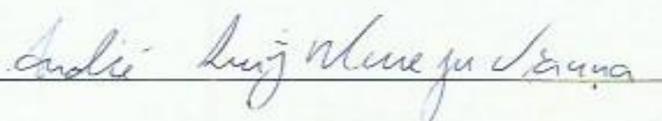
Riscos e Benefícios da pesquisa: De acordo com a resolução N° 466 de 12/12/12, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, tais como tensão, impaciência, etc.

Benefícios da pesquisa: O benefício relacionado à sua participação será o de aumentar o conhecimento científico para a área dos assentamentos rurais, a partir das informações obtidas e conclusões apresentadas ao final deste estudo.


Águida Meneses Valadares Demétrio

Declaro estar ciente do inteiro teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento. Recebi uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Manaus, AM 12 de abril de 2016.

Participante da Pesquisa: 

2/2

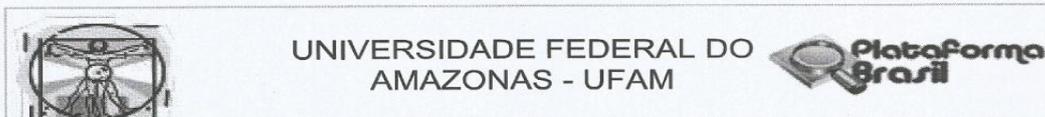
APÊNDICE F - Entrevista aberta aplicada no Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)

Responda livremente:

Como o IDESAM analisa os aspectos que envolvem os cursos de capacitações e orientações técnicas no projeto de assentamento Tarumã Mirim, na zona rural de Manaus?

ANEXO 1 – Parecer consubstanciado aprovado pelo CEP

1/2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAMPlataforma
Brasil**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA****Título da Pesquisa:** LAZER E AGRICULTURA FAMILIAR: COMPLEMENTARES OU ANTAGÔNICOS NO PROCESSO PRODUTIVO DE UM ASSENTAMENTO RURAL?**Pesquisador:** Águida Meneses Valadares Demétrio**Versão:** 1**CAAE:** 51295515.9.0000.5020**Instituição Proponente:** Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia**DADOS DO COMPROVANTE****Número do Comprovante:** 120478/2015**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

Informamos que o projeto LAZER E AGRICULTURA FAMILIAR: COMPLEMENTARES OU ANTAGÔNICOS NO PROCESSO PRODUTIVO DE UM ASSENTAMENTO RURAL? que tem como pesquisador responsável Águida Meneses Valadares Demétrio, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Amazonas - UFAM em 25/11/2015 às 16:03.

Endereço: Rua Teresina, 4950**Bairro:** Adrianópolis**CEP:** 69.057-070**UF:** AM**Município:** MANAUS**Telefone:** (92)3305-5130**Fax:** (92)3305-5130**E-mail:** cep@ufam.edu.br

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LAZER E AGRICULTURA FAMILIAR: COMPLEMENTARES OU ANTAGÔNICOS NO PROCESSO PRODUTIVO DE UM ASSENTAMENTO RURAL?
Pesquisador Responsável: Águida Meneses Valadares Demétrio
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 51295515.9.0000.5020
Submetido em: 13/11/2015
Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_611307

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão em Tramitação (E1) - Versão 2
 - ↳ Emenda (E1) - Versão 2
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Recepção - Submissão 1
 - ↳ Cronograma - Submissão 1
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 1
 - ↳ Orçamento - Submissão 1
 - ↳ Outros - Submissão 1
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigad
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justif
 - ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
 - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

LISTA DE APECIAÇÕES DO PROJETO

Apreciação	Pesquisador Responsável	Versão	Submissão	Modificação	Situação	Exclusiva do Centro Coord.	Ações
E1	Águida Meneses Valadares Demétrio	2			Em Edição	Sim	
PO	Águida Meneses Valadares Demétrio	1	13/11/2015	03/12/2015	Aprovado	Não	



HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	03/12/2015 16:27:09	Parecer liberado	1	Coordenador	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	PESQUISADOR	
PO	02/12/2015 21:28:48	Parecer do colegiado emitido	1	Membro do CEP	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	02/12/2015 14:43:49	Parecer do relator emitido	1	Membro do CEP	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	27/11/2015 03:04:09	Aceitação de Elaboração de Relatoria	1	Membro do CEP	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	25/11/2015 17:11:51	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	25/11/2015 16:04:55	Indicação de Relatoria	1	Secretária	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	25/11/2015 16:03:51	Aceitação do PP	1	Secretária	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	13/11/2015 15:04:25	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	